

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS UBERABA

LUIZ CARLOS VIEIRA DE SOUSA JÚNIOR

ENSINO MÉDIO INTEGRADO:

a trajetória profissional e acadêmica de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

UBERABA – MG
2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS UBERABA**

LUIZ CARLOS VIEIRA DE SOUSA JÚNIOR

ENSINO MÉDIO INTEGRADO:

a trajetória profissional e acadêmica de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Uberaba, Linha de Pesquisa - Gestão das Organizações e Políticas Públicas para a Educação Tecnológica e Profissional, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Ednaldo Gonçalves Coutinho

UBERABA – MG
2017

S85e Sousa Júnior, Luiz Carlos Vieira de
Ensino médio integrado: a trajetória profissional e acadêmica de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro- IFTM- Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico/ Luiz Carlos Vieira de Sousa Júnior – 2017.
135 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Gonçalves Coutinho
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica)
Instituto Federal do Triângulo Mineiro- Campus Uberaba- MG,
2017.

1. Educação. 2. Ensino médio integrado. 3. Educação técnico.
I. Coutinho, Ednaldo Gonçalves. II. Título.

CDD 373.81

ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
**a trajetória profissional e acadêmica de egressos do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Avançado Uberaba
Parque Tecnológico**

Luiz Carlos Vieira de Sousa Júnior

Data de aprovação ____ / ____ / ____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Prof. Dr. Ednaldo Gonçalves Coutinho**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia/MG

Membro Titular: **Profa. Dra. Elisa Antonia Ribeiro**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia Centro/MG

Membro Titular: **Prof. Dr. Paulo Irineu Barreto Fernandes**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia/MG

Membro Suplente: **Profa. Dra. Marisa Borges**
Prefeitura Municipal de Uberaba - Secretaria Municipal de
Educação/ Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Membro Suplente: **Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro - Campus Uberaba/MG

LOCAL:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus
Uberaba/MG – Campus Uberaba.

Unidade I – Sala 12

Rua João Batista Ribeiro, 4000 – Bairro Distrito Industrial II

CEP – 38064.790

PESQUISADOR

Luiz Carlos Vieira de Sousa Júnior

Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM; Chefe do Setor de Comunicação Social e Jornalismo da Universidade Federal do Triângulo Mineiro Uberaba/MG.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Ednaldo Gonçalves Coutinho

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Campus Uberlândia/MG

CONTATO:

Rua Natal Borges de Meirelles nº 41, – Abadia

Uberaba / MG – Cep 38025-402 - Brasil

lc.jornal@gmail.com

(34) 3338-9047 / 98807-7628

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, gostaria de agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Neste sentido, agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, e ao Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do IFTM – Campus Uberaba, que me acolheu e ofertou as condições para que eu pudesse levar adiante esta pesquisa. Em especial, agradeço ao meu orientador Ednaldo Gonçalves Coutinho que acreditou na minha proposta de pesquisa e me guiou por todo o caminho. Minha gratidão também ao coordenador do Curso Técnico em Manutenção e Suporte à Informática, Ademir da Guia Oliveira, e a Direção Geral do Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico que forneceram todos os dados e informações necessárias para a realização do projeto.

Agradeço, também, à Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, instituição na qual tenho minhas experiências como servidor, e aos meus colegas de trabalho que ao longo da minha trajetória no mestrado me deram o suporte necessário para que pudesse prosseguir com minhas atividades de estudo.

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesto minha gratidão de forma particular a todos os colegas do Curso de Mestrado em Educação Tecnológica que, ao longo dessa trajetória, compartilharam suas experiências e aprendizado comigo, e aos professores que, com dedicação e sabedoria, apresentaram-nos novas possibilidades e nos ajudaram a criar um senso crítico mais apurado para a educação e a tecnologia.

Agradeço à minha família pela compreensão e atenção, em especial, à minha mãe que soube me guiar nos momentos de dúvida, me animar perante as dificuldades, compartilhar comigo as vitórias e conquistas proporcionadas por esta experiência.

À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele. Delors et al. (2006)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar o impacto da formação profissional oferecida pelo Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico na trajetória dos egressos e assim verificar a efetividade da Rede Federal como política pública. Para a execução deste propósito foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a Educação Profissional e a trajetória desta modalidade de ensino no país. Foram utilizados conceitos de Manfredi (2002), Cunha (2000), Azevedo et al. (2010), Saviani et al. (2006), Coutinho (2012), Pacheco (2011 e 2012) e Brandão (2008). Como parte prática do trabalho optamos pela aplicação de questionário para os egressos do curso estudado como forma de verificar a trajetória acadêmica e profissional dos mesmos. O grupo selecionado para o estudo foram os egressos das turmas do Ensino Médio Integrado de 2013, 2014, e 2015. Dos resultados obtidos constatou-se que a Rede tem cumprido seu papel como política pública ao inserir os egressos no mercado de trabalho e possibilitar a continuidade dos estudos seja em outro curso técnico ou ao ingressar em curso superior.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico, Formação profissional.

ABSTRACT

This research main objective is to evaluate the impact of the professional education offered by the Regular Technical course integrated to High School Curriculum – Maintenance and Support in IT of the Federal Institute of Education, Science and Technology of the Triângulo Mineiro – Advanced Campus Uberaba in the trajectory of the graduates and thus verify the effectiveness of the Federal Network as a public policy. In order to carry out this purpose, a bibliographical research about professional education and the trajectory of this modality of education in the country was carried out. Concepts of Manfredi (2002), Cunha (2000), Azevedo et al. (2010), Saviani et al. (2006), Coutinho (2012), Pacheco (2011 and 2012) and Brandão (2008) were used. As a practical part of the work, we opted for the application of a questionnaire for the graduates of the course as a way to verify their academic and professional trajectory. The group selected for the study were the graduates of 2013, 2014, and 2015. From the obtained results it was verified that the Federal Network has fulfilled its role as public policy by providing for graduates opportunities in the labor market and making possible for them to continue the process of education whether in another technical course or by joining an upper course.

Keywords: Integrated High School, Professional Qualification, Technical Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED/INEP)
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tringulo Mineiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de adultos na faixa etária de 25-34 anos de idade que não completaram o segundo grau – por gênero -2015	17
Gráfico 2 - Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2014 (Em %).	23
Gráfico 3 - Educação Profissional Técnica na Rede Federal – Ensino Médio Integrado.....	26
Gráfico 4 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.	27
Gráfico 5 - Taxa de respostas obtidas – Egressos 2013	74
Gráfico 6 - Taxa de respostas obtidas por gênero – Egressos 2013	74
Gráfico 7 - Escola de origem – Egressos 2013.....	75
Gráfico 8 - Escola de origem - Percentual (%) – Egressos 2013.....	75
Gráfico 9 - Motivo escolha IFTM – Egressos 2013	76
Gráfico 10 - Motivo escolha IFTM – Percentual (%) – Egressos 2013	77
Gráfico 11 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Percentual geral por modalidade de ensino (%) – Egressos 2013	78
Gráfico 12 - Continuidade dos estudos – Comparação/Quantitativo de cursos - Dados e Percentual (%) – Egressos 2013	79
Gráfico 13 - Continuidade dos estudos – Comparação por área - Dados e Percentual (%) – Egressos 2013	80
Gráfico 14 - Empregabilidade – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013	81
Gráfico 15 - Rendimentos entre os empregados na área de formação do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013	82
Gráfico 16 - Opinião sobre a proposta formativa do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013	83
Gráfico 17 - Opinião sobre professores do Curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013	84
Gráfico 18 - Opinião sobre influência do estágio na inserção no mercado de trabalho – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013	85
Gráfico 19 - Taxa de respostas obtidas – Egressos 2014	86
Gráfico 20 - Taxa de respostas obtidas por gênero – Egressos 2014	86
Gráfico 21 - Escola de origem – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014.....	87
Gráfico 22 - Motivo escolha IFTM- Dados e Percentual (%) – Egressos 2014.....	88
Gráfico 23 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Percentual geral por modalidade de ensino (%) – Egressos 2014	90
Gráfico 24 - Continuidade dos estudos – Comparação/Quantitativo de cursos - Dados e Percentual (%) – Egressos 2014	90
Gráfico 25 - Continuidade dos estudos – Comparação por área - Dados e Percentual (%) – Egressos 2014.....	91
Gráfico 26 - Continuidade dos estudos (Geral) – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014..	92
Gráfico 27 - Empregabilidade – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014	93
Gráfico 28 - Rendimentos entre os empregados na área de formação do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014	94
Gráfico 29 - Opinião sobre a proposta formativa do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014.....	95
Gráfico 30 - Opinião sobre professores do Curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014	96
Gráfico 31 - Opinião sobre influência do estágio na inserção no mercado de trabalho – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014	97
Gráfico 32 - Taxa de respostas obtidas – Egressos 2015	98

Gráfico 33 - Taxa de respostas obtidas por gênero – Egressos 2015	98
Gráfico 34 - Escola de origem – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015.....	99
Gráfico 35 - Motivo escolha IFTM- Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	101
Gráfico 36 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Percentual geral por modalidade de ensino (%) – Egressos 2015	103
Gráfico 37 - Continuidade dos estudos – Comparação/Quantitativo de cursos - Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	103
Gráfico 38 - Continuidade dos estudos – Comparação por área - Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	104
Gráfico 39 - Continuidade dos estudos (Geral) – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	105
Gráfico 40 - Empregabilidade – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	106
Gráfico 41 - Rendimentos entre os empregados na área de formação do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	107
Gráfico 42 - Opinião sobre a proposta formativa do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	108
Gráfico 43 - Opinião sobre professores do Curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	109
Gráfico 44 - Opinião sobre influência do estágio na inserção no mercado de trabalho – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.....	25
Quadro 2 - Três ideias-força que justificam a importância e a centralidade do trabalho como atividade social.	41
Quadro 3 - Educação ao longo de toda a vida – 4 Pilares.....	50
Quadro 4 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Egressos 2013.....	78
Quadro 5 - Comparação rendimentos – Egressos 2013	83
Quadro 6 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Egressos 2014.....	89
Quadro 7 - Comparação rendimentos – Egressos 2014	94
Quadro 8 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Egressos 2015.....	102
Quadro 9 - Comparação rendimentos – Egressos 2015	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição da população ocupada por escolaridade, Brasil, 2009 e 2013.....	19
Tabela 2 - Frequência à escola por grupos de idade e sexo.....	20
Tabela 3 - Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – Brasil – 2001/2014 (Em %).	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
OBJETIVOS.....	29
METODOLOGIA.....	30
CAPÍTULO I – HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	36
1.1 - Trabalho e sociedade.....	36
1.2 - Capital Humano	41
1.3 - Formação Humana Integral.....	45
1.4 - Educação: um tesouro a descobrir.....	47
CAPÍTULO II – ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA E LEGISLAÇÃO	52
2.1 - Primeiras escolas.....	52
2.2 - Legislação Educacional – Decretos e Constituições.....	55
2.3 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional: a revisão da educação no país.....	59
CAPÍTULO III – O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFTM COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	65
3.1 – Criação da Rede Federal: um breve histórico.....	65
3.2 - IFTM - Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico: breve contextualização	69
3.3 – Busca pelos egressos do Curso de Suporte e Manutenção em Informática.....	70
3.4 - Dados 2013.....	73
3.5 - Dados 2014.....	85
3.6 - Dados 2015.....	97
3.7 - Considerações sobre os dados coletados.....	111
CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXO A – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio – 2010 (Resumido).....	125
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	125
BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	125
JUSTIFICATIVA (social e institucional)	128

APÊNDICE A – Questionário.....	133
--------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, setores econômicos nacionais passaram por adaptações: as indústrias foram aperfeiçoadas e as linhas de produção se tornaram mais complexas e com maior capacidade produtiva. Tais mudanças são reflexos de um movimento econômico mundial, a globalização dos mercados por meio da internacionalização da economia. Este novo cenário econômico criou a necessidade de que o país adequasse sua produção aos padrões de qualidade e produtividade mundiais. Esta adequação foi possibilitada pela modernização de processos e também pela capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores, um nó crítico para o desenvolvimento econômico.

Como consequência da globalização dos mercados e adequação das forças de produção aos padrões internacionais, houve aumento na oferta de oportunidades de trabalho nas mais diversas áreas produtivas, assim, a qualificação profissional tornou-se uma ferramenta de extrema relevância para as empresas no processo decisório de contratação de um profissional. Para os trabalhadores, essa mudança no mercado de trabalho trouxe a necessidade de qualificação por meio da conclusão da Educação Básica¹, e da busca pela formação por meio de cursos técnicos. Neste reordenamento, onde a concorrência é cada vez mais acirrada, a estabilidade e as oportunidades de trabalho estão atreladas a preparação do cidadão.

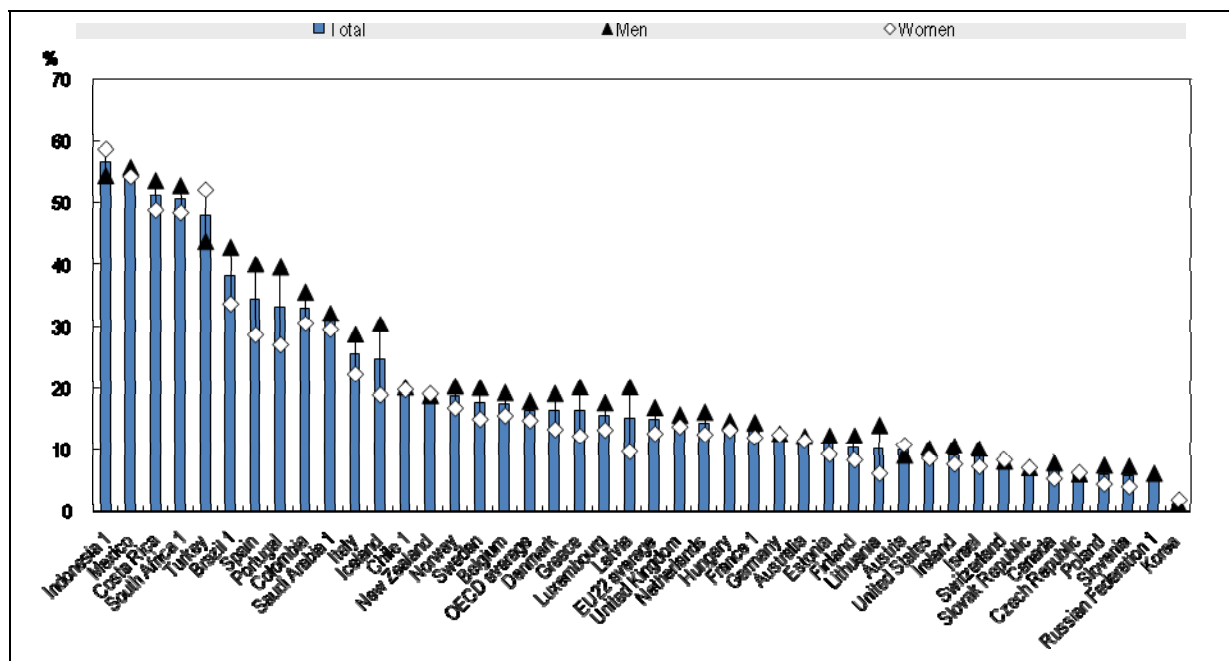
Como a educação torna-se cada vez mais uma condição necessária para o emprego da mão de obra, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior qualificação profissional. A escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão de obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panaceia de resolução do problema do emprego nacional. (POCHMANN, 2002, p.97)

Para Burbules e Torres (2004) o reflexo da globalização é a sua capacidade de influenciar um dos objetivos básicos da educação: a preparação para o trabalho. A competitividade entre mercados traz como consequência a necessidade de que o Estado e a sociedade busquem formas de atingir os padrões internacionais de produção. Para que tais necessidades sejam atendidas, é preciso maior atenção ao papel desempenhado pela educação na formação dos trabalhadores.

¹ A Educação Básica compreende a educação infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A publicação “*Education at a Glance*” produzida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE²), organização que tem por objetivo promover políticas que visem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de pessoas por todo o mundo, em sua edição anual, traz dados do Brasil e de mais 40 países com um panorama geral dos sistemas educacionais desses países. O documento serve como fonte de informação sobre o impacto do aprendizado nos países além de fornecer um panorama sobre o progresso na educação. Segundo informações da publicação de 2016, nas últimas décadas, a quota de adultos que não possuem o segundo grau completo diminuiu entre a maioria dos países parceiros da OCDE. Em média, um em cada cinco adultos na faixa de 25-34 anos de idade ainda não possui o segundo grau completo (Gráfico 1).

Gráfico 1- Porcentagem de adultos na faixa etária de 25-34 anos de idade que não completaram o segundo grau – por gênero -2015



Fonte: Education at a Glance 2016 - Table A1.3 and “Educational attainment and labour-force status”, Education at a Glance (database), http://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=EAG_NEAC. See Annex 3 for notes (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

Ainda de acordo com o relatório da OCDE, possibilitar a todos uma chance justa de obter uma educação de qualidade é parte fundamental do contrato social. É importante chamar a atenção para desigualdades nas oportunidades educacionais para assim aperfeiçoar a mobilidade social e os resultados socioeconômicos, e para promover o crescimento inclusivo por meio de profissionais aptos a empregos altamente qualificados. Altos níveis de

² Em inglês há alteração da sigla Organization for Economic Co-operation and Development – OECD.

escolaridade são associados com resultados positivos individuais, econômicos e sociais. Indivíduos com maior escolaridade geralmente têm saúde melhor, são mais engajados em causas sociais e possuem melhores taxas de emprego e ganhos relativos mais elevados. O domínio de habilidades numéricas e de leitura e escrita também estão fortemente associados com altos níveis de educação formal.

O ensino secundário consolida as competências e conhecimentos básicos por meio de vias acadêmicas ou vocacionais, ele visa preparar os alunos para ingressar em outros níveis de ensino ou para o mercado de trabalho e para se tornarem cidadãos engajados. Em muitos países, ele não é obrigatório e pode durar de dois a cinco anos. No entanto, é crucial fornecer educação de qualidade que atenda as necessidades da sociedade e da economia. [...] O ensino secundário completo tem se tornado cada vez mais importante em todos os países, na medida em que as habilidades para o mercado de trabalho estão se tornando cada vez mais baseadas no conhecimento, e progressivamente exigindo dos trabalhadores uma rápida adaptação às incertezas de uma economia mundial em rápida mutação. No entanto, enquanto as taxas de conclusão dão uma indicação do sucesso dos sistemas educativos em satisfazer os requisitos mínimos do mercado de trabalho, elas não demonstram a qualidade desta educação. (OCDE, 2016, p.46)³

Dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT no relatório intitulado “Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil” publicado em dezembro de 2014, demonstram as mudanças no perfil de qualificação profissional do brasileiro alinhadas aos indicadores de escolaridade. O relatório, que é parte de um projeto da OIT, tem como foco a pesquisa sobre a transição da escola para o trabalho e apresenta os resultados de uma pesquisa realizada numa amostra representativa composta por 3.288 questionários aplicados a jovens no Brasil.

Parte do relatório se dedica a demonstrar a relação entre a escolaridade, e a ocupação no mercado de trabalho. Antes de apresentar os dados é importante destacar que o conceito *ocupado* utilizado no relatório foi adotado na aplicação dos questionários da pesquisa realizada pela OIT seguindo a definição da Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho que destaca que *o ocupado* inclui todas as pessoas de 15 anos de idade ou mais que durante uma semana de referência trabalharam por salário ou lucro, em dinheiro ou em espécie, durante pelo menos uma hora; estavam temporariamente ausentes do trabalho por doença, licença, estudos, mas tinham ligação formal com o seu emprego; ou realizaram algum trabalho sem remuneração para o ganho familiar.

No que diz respeito à distribuição dos *ocupados* de acordo com a quantidade de anos de escolaridade, a variação entre as Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios – PNADs de 2009 e 2013, apresentadas no relatório da OIT, apontam uma diminuição da proporção de

³ Tradução extraída da página 46 do *Education at a Glance 2016*.

ocupados com menor escolaridade e aumento de *ocupados* com escolaridade mais elevada. Cabe destacar aqui a definição mais aprofundada do termo empregabilidade para melhor compreensão. De acordo com o pesquisador em Educação, Ramon de Oliveira, no Dicionário da Educação Profissional publicado pela Fundação Oswaldo Cruz a definição de empregabilidade seria:

No sentido mais comum, ‘empregabilidade’ tem sido compreendida como a capacidade de o indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, denotando a necessidade de o mesmo agrupar um conjunto de ingredientes que o torne capaz de competir com todos aqueles que disputam e lutam por um emprego. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2009)⁴

No entanto, o autor destaca na publicação alguns aspectos relevantes sobre a utilização do termo empregabilidade na atualidade. Segundo o pesquisador, a definição de empregabilidade desloca para o trabalhador a responsabilidade pela criação de estratégias eficientes para a inserção no mercado de trabalho, tal deslocamento implica um afastamento do Estado de sua função de implementação de políticas públicas e medidas capazes de garantir um mínimo de condições de sobrevivência para a população.

No Brasil, os anos de escolaridade variam de acordo com os dados apresentados na Tabela 1. Tais números demonstram como a escolaridade e qualificação profissional estão diretamente relacionadas a empregabilidade. Além disso, os dados mostram uma variação positiva na porcentagem de pessoas ocupadas com o Ensino Médio completo entre os anos de 2009 e 2013.

Tabela 1- Distribuição da população ocupada por escolaridade, Brasil, 2009 e 2013.

Anos de estudo	2009 (%)	2013 (%)	Var (pontos percentuais) 2009/2013
Sem instrução e menos de 1 ano	7,8	7,1	-0,7
1 a 3 anos	8,9	6,7	-2,2
4 a 7 anos	22,7	19,4	-3,3
8 a 10 anos	16,7	17,0	0,3
11 anos ou mais	43,7	49,4	5,7

Fonte: Elaboração Própria (Relatório – Transições da Escola para o Mercado de Trabalho de mulheres e jovens no Brasil – Work4Youth - OIT).

Na publicação “Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO - ⁵ da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI” Delors et al. (2006) descreve essa relação entre ensino, desenvolvimento e mercado de trabalho. “Admite-se hoje em dia, de um modo geral, que para haver desenvolvimento é preciso que uma proporção elevada da

⁴ Texto extraído do Dicionário da Educação Profissional – Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/cicionario/index.html>>

⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

população possua estudos secundários [...] Sob a pressão das exigências do mercado de trabalho, a duração da escolaridade tende a aumentar (DELORS et al., 2006, p.134). Roitman e Ramos (2011) reforçam essa afirmação e destacam as expectativas em relação aos sistemas educacionais e o mercado de trabalho:

Na maioria dos países, os sistemas educacionais estão sendo revistos. Espera-se que a educação prepare os jovens para o mundo do trabalho, para sua independência econômica, para que eles possam viver de forma construtiva em comunidades responsáveis e para que possam conviver e compreender a diversidade cultural de uma sociedade que se transforma de uma forma muito rápida. Espera-se que a educação ajude os jovens a construir suas vidas em um cenário de futuro que ninguém com certeza pode prever. (ROITMAN; RAMOS, 2011, p.47)

O relatório da OIT apresenta ainda dados sobre o perfil da população jovem que já frequentou a escola (Tabela 2). Apesar de demonstrar que a universalização do acesso à educação básica é uma realidade entre os jovens brasileiros (99,9% dos entrevistados já frequentaram a escola), os dados indicam que 33,4% abandonaram a escola antes de se formarem. Um dado preocupante apresentado no relatório de 2014 é que, entre os que abandonaram a escola e não voltaram a estudar, a proporção de jovens entre 25 e 29 anos é alta (44,7% entre os homens e 42,1% entre as mulheres). Entre as principais razões apresentadas pelos entrevistados para o abandono dos estudos estão motivos econômicos como a necessidade de trabalhar para se manter, ou ajudar a família, ou mesmo custear as despesas e seguir estudando.

Tabela 2 - Frequência à escola por grupos de idade e sexo.

	15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
	Masc (%)	Fem (%)	Masc (%)	Fem (%)	Masc (%)	Fem (%)
Está estudando atualmente	73,1	70,7	20,4	26,6	12,6	12,7
Não, completei meus estudos	8,9	13,7	34,2	36,3	42,7	44,9
Não, abandonei antes de me formar	17,9	15,6	45,4	37,1	44,7	42,1
Não respondeu	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração Própria (Relatório – Transições da Escola para o Mercado de Trabalho de mulheres e jovens no Brasil – 2014 – Work4Youth - OIT).

Nota: Dados foram apresentados de forma simplificada para pesquisa completa consultar o Relatório da OIT – Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil. Dados referentes à 2013.

Ainda de acordo com o relatório da OIT, o Brasil, a partir dos anos 2000, experimentou um processo de redução das taxas de desemprego e aumento da renda e

formalização do mercado de trabalho, no entanto, a juventude brasileira continua enfrentando grandes desafios inclusive no processo de transição da escola para o trabalho. O documento destaca ao mesmo tempo o desafio de aumentar e melhorar as condições educacionais, como ponto de partida da construção de trajetórias de trabalho decente para a juventude.

Para Roitman e Ramos (2011), a educação em nosso país parece se vestir com uma *burka*⁶, com o propósito principal de esconder as suas imperfeições. No entanto, para os autores, o debate em torno de uma Educação de qualidade vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade brasileira. O papel da Educação perante a economia, sociedade e democracia precisam ser levados em consideração com urgência:

O maior dos sonhos, o de o Brasil se tornar um país justo e soberano. Podemos até ter uma conjuntura econômica favorável, construída nos últimos anos. No entanto, não teremos o país que almejamos se não tivermos educação de qualidade para todos os jovens, alicerce de uma democracia. (ROITMAN; RAMOS, 2011, p.23)

Outro documento que traz dados relevantes sobre a educação no país é o “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016⁷”, a publicação destaca que nas últimas décadas consolidou-se a consciência de que a Educação deve ser, antes de tudo, uma política de Estado, que conduza o Brasil a conquistas de longo prazo, independente da alternância natural de governos. O documento apresenta uma visão abrangente dos resultados e desafios educacionais do país e foi idealizado para ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e aqueles que desejam compreender melhor o cenário do ensino público e privado no Brasil. Em relação ao Ensino Médio, o documento aponta uma evolução na taxa de jovens de 19 anos que concluíram esta etapa do ensino no Brasil, nos últimos anos (Tabela 3). Tal dado corrobora o que já foi mencionado anteriormente sobre a busca do jovem pela escolaridade.

⁶ Conforme Roitman e Ramos (2011) definem: a burka, também conhecida como burca ou burqua, é um traje usado pelas mulheres muçulmanas com o propósito de disfarçar o corpo inteiro.

⁷ A publicação traz dados referentes ao ano de 2014-2015.

Tabela 3 - Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – Brasil – 2001/2014 (Em %).

Ano	Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio
2001	33,3%
2002	35,9%
2003	38,1%
2004	39,9%
2005	41,4%
2006	44,8%
2007	46,6%
2008	48,5%
2009	51,6%
2011	53,4%
2012	53,0%
2013	54,3%
2014	56,7%

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016 (IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.)

Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Foram utilizados os microdados reponderados da PNAD 2001 - 2009.

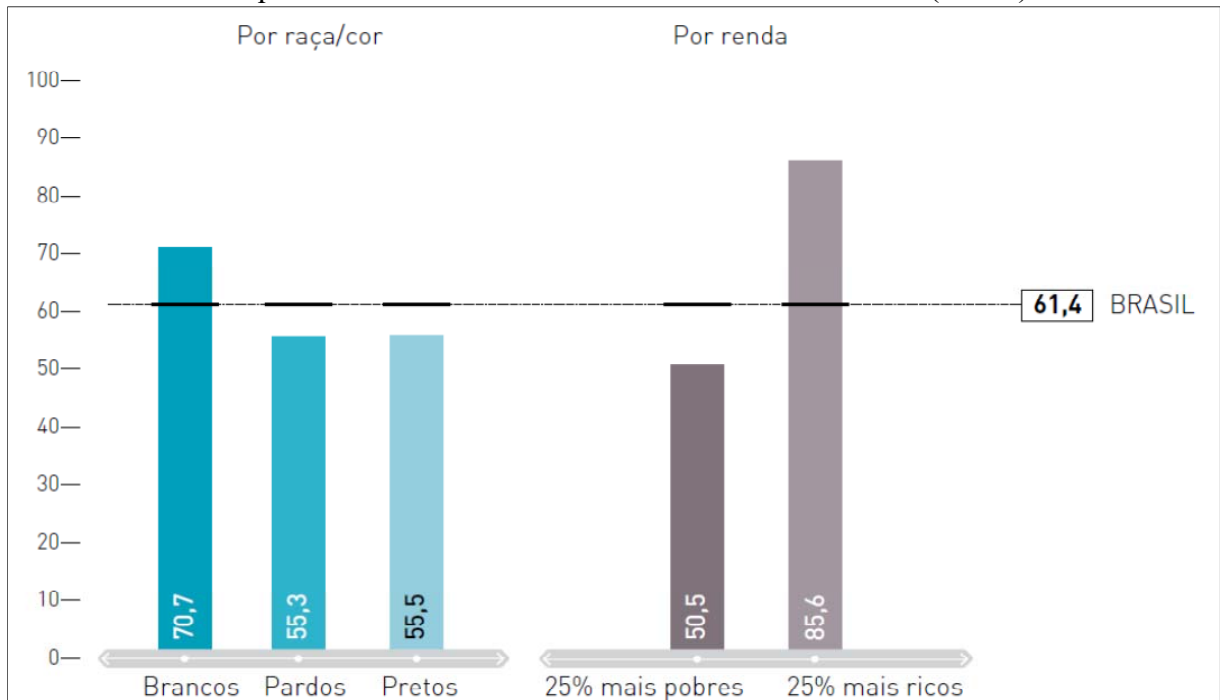
No entanto, o mesmo documento destaca que, apesar do aumento registrado na taxa de jovens que buscam pela conclusão do Ensino Médio, é nesta etapa que a desigualdade de oportunidades educacionais brasileira encontra um de seus exemplos máximos na diferença de 35,1 pontos percentuais entre a taxa líquida⁸ de matrícula dos 25% mais pobres e dos 25% mais ricos, no Ensino Médio (Gráfico 2). Os dados apresentados no anuário mostram que entre os mais ricos a taxa de matrícula é maior evidenciando assim, um maior nível de oportunidades para este grupo e a dificuldade daqueles enquadrados no grupo dos mais pobres em seguir sua trajetória no mundo dos estudos. Tais dados reforçam a constatação do relatório da OIT que aponta motivos econômicos como a necessidade de trabalhar para se manter, entre as principais razões para o abandono dos estudos por essa faixa etária.

Apesar dos dados demonstrarem a ampliação do acesso à educação, fica evidente a diferença de oportunidades diante da diversidade de grupos e classes sociais. Tais aspectos

⁸ A taxa líquida representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária.

geram reflexos no futuro profissional e por isso destacamos aqui a importância em se pesquisar sobre políticas de ensino em especial as que envolvem a formação da juventude. “É preciso pensar nas diferentes juventudes, as que estudam no diurno e aquelas do noturno; as que sonham por uma escola de tempo integral; as que precisam trabalhar e de mais tempo para concluir o Ensino Médio” (ROITMAN; RAMOS, 2011, p.70).

Gráfico 2 - Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2014 (Em %).



Fonte: Reprodução - Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016 (IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.)

Nota: As categorias raça/cor - conforme auto-declaração do respondente - Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística. Renda familiar per capita calculada a partir de todos os rendimentos de todos os membros das famílias exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.

Observando pelo lado das oportunidades, são necessárias mudanças e uma reavaliação do sistema educacional. O Ensino Médio como etapa final de qualificação para o mercado de trabalho tem sido foco permanente de discussão e reflexão e um desafio como parte de políticas educacionais.

Nosso futuro está penhorado porque não cuidamos do patrimônio mais importante que um país tem: sua gente. Se dependermos da qualificação dela para avançarmos, tudo leva a crer que continuaremos vendo os países desenvolvidos de longe e que, assim como a geração anterior viu o Brasil ser ultrapassado pelos tigres asiáticos, a nossa irá testemunhar a passagem de China, Índia e outros países menores. (IOSCHPE, 2014, p.21)

Nessa perspectiva, que envolve os desafios proporcionados pelo capitalismo, pela globalização, e pelos reflexos gerados por eles na educação como a elevação da escolaridade em função da inserção no mercado de trabalho, é importante pesquisar e refletir sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, em especial às relacionadas ao ensino e qualificação profissional pela rede pública. Por políticas públicas utilizamos a definição utilizada por Souza (2006) que destaca o termo como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Ao longo dos anos, os governos implementaram diversos programas e políticas públicas de formação profissional. Uma das primeiras propostas realizadas no país foram as 19 Escolas de Aprendizes Artífices instituídas pelo Decreto Presidencial nº 7.566 de 1909, assinado por Nilo Peçanha. Tais escolas eram destinadas ao Ensino Profissional, primário e gratuito. Elas deram origem a diversas propostas e ações voltadas para a qualificação profissional ofertadas por meio do governo federal como, por exemplo, as Escolas Industriais e Técnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

Entre as políticas implementadas na última década vale ressaltar a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica⁹ e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ainda de acordo com a Lei nº 11.892 os institutos têm entre suas finalidades e características:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; (BRASIL, 2008)

Conforme a lei que deu origem aos institutos destaca, uma das principais finalidades destes é a oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades com vistas na atuação profissional, ou seja, um dos objetivos dos institutos é formar profissionais para ingresso no mercado de trabalho por meio da qualificação. Entre os diversos níveis e modalidades de Educação Profissional e Tecnológica ofertadas pelos institutos podemos destacar o Ensino Médio Integrado, que conforme o Art. 7º da referida lei, é configurado como um dos objetivos dos Institutos. Tal texto é complementado pelo Art. 8º

⁹ A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todo o território nacional, oferecendo Educação Básica, cursos de qualificação, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Ela é composta por: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II.

da mesma lei, que destaca que os institutos devem garantir o mínimo de 50% de suas vagas para atender a esta modalidade de formação.

Cabe reforçar aqui que ao mencionarmos Ensino Médio Integrado iremos abordar ao longo desta dissertação leis e decretos que alteraram esta modalidade de ensino. Tal abordagem é uma tentativa de evidenciar o contexto de influências políticas que geraram mudanças nesta modalidade de ensino (Quadro 1). Um dos principais pontos a ser destacado é o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e revogou o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, possibilitando novamente o desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de nível médio articulada com o ensino médio.

Quadro 1 - Alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997	DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004
<p>Art 5 º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este.</p> <p>Parágrafo único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos.</p>	<p>Art. 4o A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2o do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:</p> <p>I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e</p> <p>III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.</p> <p>§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:</p> <p>I - integrada [...]; II - concomitante[...]; III – subsequente [...];.</p>

Fonte: Elaboração Própria.

Nota: Concomitante¹⁰ ao Ensino Médio: o estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um Curso Técnico, mas com matrículas e currículos distintos.

Subsequente ou Pós-Médio: destinada a quem já concluiu o Ensino Médio e, portanto, após a educação básica.

¹⁰ No IFTM o Curso é também ofertado com Concomitância externa e destina-se a alunos que ainda não concluíram o Ensino Médio, mas estão cursando a partir do 2º ano em outra instituição de ensino. Integrado ao Ensino Médio: o estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um Curso Técnico, em uma única instituição e com uma única matrícula. Fonte: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio - Documento base.

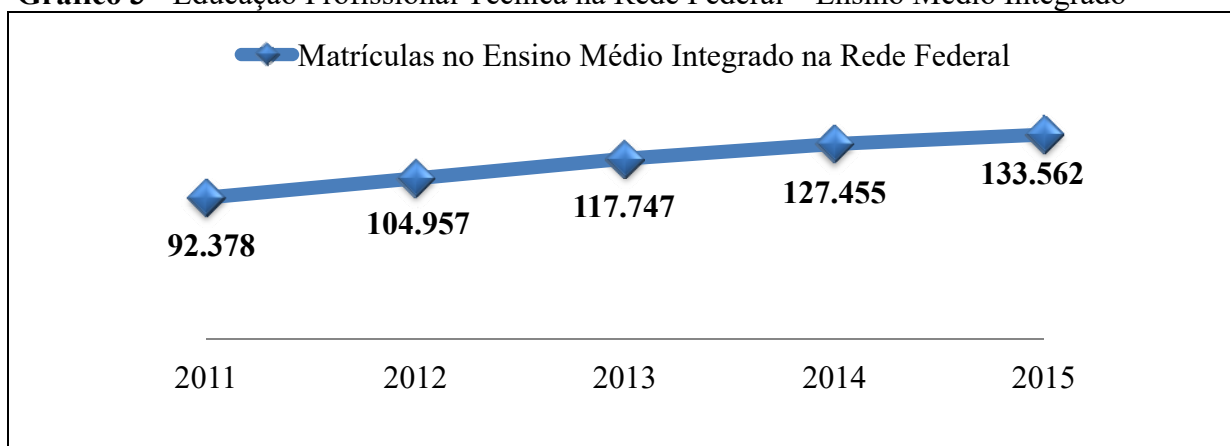
Retomando dados históricos para esclarecimento sobre a questão, em dezembro de 1996, foi sancionada a Lei 9.394, considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional em um capítulo separado da Educação Básica. O Decreto nº 2.208 de 1997, assinado pelo presidente na época, Fernando Henrique Cardoso, separava obrigatoriamente o Ensino Médio da Educação Profissional.

Conforme definido pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, o Ensino Médio Integrado é uma modalidade de ensino que articula a Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio de forma integrada, a quem tenha concluído o ensino fundamental sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única.

Verifica-se durante os últimos anos, a ampliação do número de vagas na Educação Profissional Técnica de nível médio. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta de pelo menos 50% da expansão no segmento público, ou seja, grande parte dessa expansão engloba as instituições ligadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Segundo dados divulgados no Portal do Observatório do PNE e pela Sinopse Estatística da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no país em 2011, o número total de matrículas no Ensino Médio Integrado na Rede Federal, era de 92.378, já em 2015, o número de matriculados saltou para 133.562, ou seja, em cinco anos o número de alunos matriculados na modalidade aumentou em mais de 40 mil na Rede em todo o país (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Educação Profissional Técnica na Rede Federal – Ensino Médio Integrado

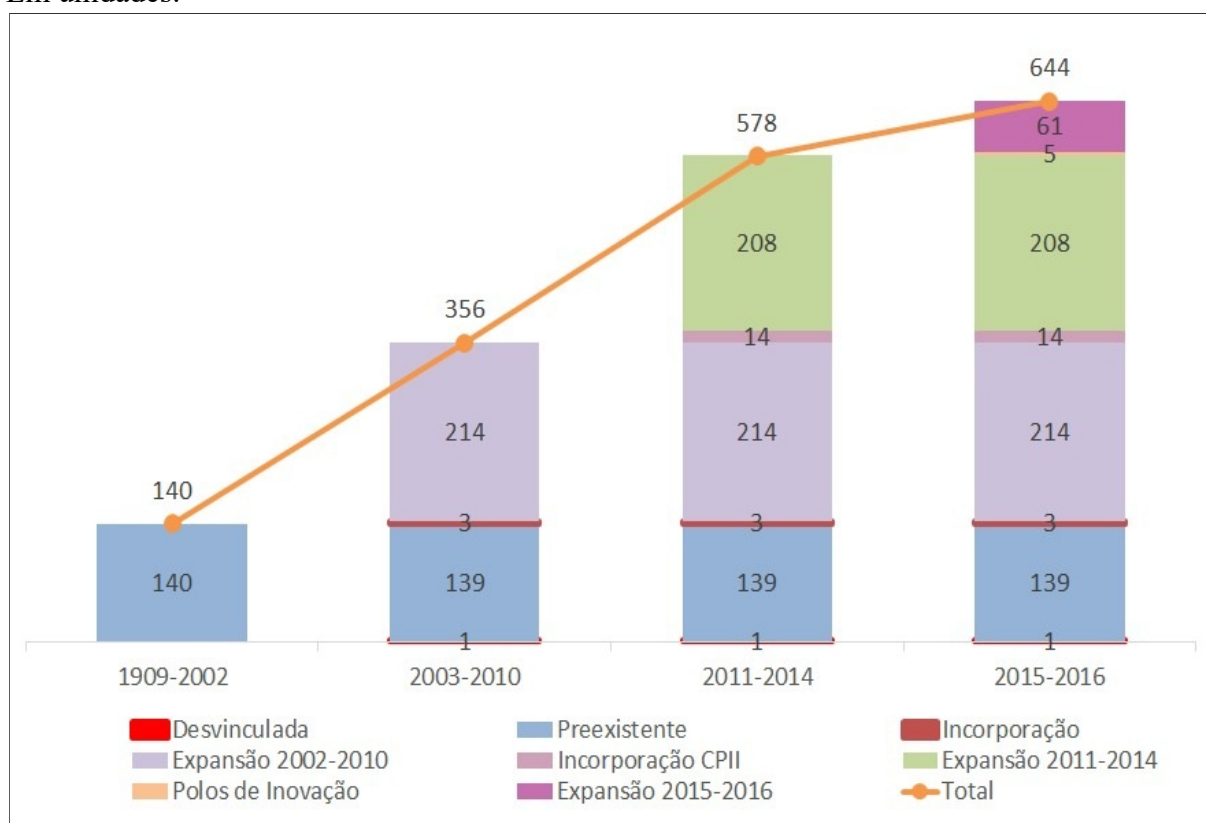


Fonte: Elaboração Própria (MEC/Inep/Deed/Sinopse Estatística da Educação Básica)

*Nota: Dados podem ser consultados no endereço eletrônico: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>.

De acordo com informações do Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação entregou à população mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da Educação Profissional. Com esta expansão e oferta de novos cursos, acredita-se que os ingressantes estão buscando qualificação para conquistar melhores oportunidades no mercado de trabalho ou para continuidade dos estudos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.



Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Reprodução).

*Nota: Informações extraídas da página da Rede Federal. Informações podem ser acessadas no endereço: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>.

Apesar da ampliação no número de Instituições nos últimos anos e do aumento de vagas e matrículas na Educação Profissional de nível médio na Rede Federal, o país carece de dados sobre a trajetória destes estudantes após a conclusão do Ensino Médio. Tais dados são suficientemente instigadores para alavancar uma reflexão sobre o impacto da formação profissional oferecida em cursos na modalidade de Ensino Médio Integrado por meio da Rede Federal.

A Educação Profissional Técnica de nível médio tem por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício

profissional. Por meio dela, os estudantes podem buscar uma formação técnica adaptada às necessidades e novas tecnologias do mercado e ainda estar em contato com o meio acadêmico e possibilidades de uma formação continuada. Analisar e pesquisar sobre essa temática possibilita uma reflexão sobre como as políticas públicas, em especial a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, influenciaram na vida profissional e acadêmica de seus egressos.

Da criação dos Institutos surgiu o Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia. Atualmente o IFTM conta em sua composição organizacional com uma Reitoria instalada na cidade de Uberaba, e os *campi* de Campina Verde, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Avançado Uberaba Parque Tecnológico, Uberlândia, Uberlândia Centro e o polo presencial na cidade de Ibiá.

Por se tratar de uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, e devido a essa pluralidade na oferta de formação foi necessário delimitar o campo de pesquisa para um nível e modalidade de ensino, além de selecionar um *Campus* específico e um curso para ser analisado em profundidade. Foi, então, feita a opção pelo Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

Diante dos dados apresentados, essa pesquisa buscou avaliar o impacto¹¹ da formação profissional proporcionada pela Rede Federal por meio do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico na trajetória profissional e acadêmica dos egressos. Os dados sobre os egressos serviram como meio de verificar a efetividade¹² do curso como parte de uma política pública. Tal proposta se justifica no Art. 6º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que coloca a qualificação dos cidadãos com vistas na atuação profissional como uma das finalidades dos Institutos que compõem a Rede Federal criada pela mesma lei.

¹¹ A palavra impacto é utilizada no sentido de representar o efeito proporcionado ou gerado. Fonte: Dicionário Michaelis.

¹² De acordo com o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa – Michaelis, efetividade é definida da seguinte maneira: Qualidade ou estado daquilo que é efetivo. Tal termo tem sua definição complementada pela palavra efetivo que no dicionário é definido da seguinte maneira: Real, verdadeiro; que produz efeito; que tem efeito; eficaz. Com base no significado destas palavras definimos a utilização do termo efetividade relacionado à empregabilidade e continuidade do processo formativo.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho foi avaliar o impacto da formação profissional oferecida pela Rede Federal na trajetória profissional e acadêmica dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

Os objetivos específicos foram: identificar a trajetória profissional e acadêmica dos egressos desse curso no período de 2013 a 2015; delinear o perfil escolar e acadêmico dos alunos egressos no curso; verificar se a proposta de qualificação profissional com vistas a inserção no mercado de trabalho pela Lei 11.892/2008 se efetiva por meio do curso pesquisado.

Esta pesquisa buscou responder à seguinte pergunta principal: Qual o impacto da formação profissional oferecida pela Rede Federal na trajetória dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico?

Como questões secundárias a pesquisa destacou:

1. A proposta de qualificação profissional com vistas à inserção no mercado de trabalho pela Lei 11.892 se efetiva no Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico?
2. Quais elementos levaram os egressos à opção pelo Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico?
3. Qual a origem escolar e trajetória acadêmica dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico?

Com o resultado da pesquisa espera-se aprimorar as propostas dos Cursos Integrados ao Ensino Médio oferecidos pelo IFTM e propor possíveis medidas para melhorar a qualidade do ensino e inserção dos egressos no mercado de trabalho. Espera-se que os resultados

subsidiem ações das instituições de ensino e que demonstre para toda a comunidade de Uberaba e região que o IFTM *Campus* Avançado Uberaba tem cumprido o seu papel enquanto instituição de ensino de formação profissional contribuindo com a empregabilidade e continuidade dos estudos dos cidadãos que nela se formaram.

METODOLOGIA

Iremos aqui apresentar os dados que embasaram o desenvolvimento da pesquisa assim como os fundamentos, procedimentos e etapas realizadas para a aplicação do questionário e produção desta dissertação. Foram analisados leis, decretos e documentos produzidos pelo Ministério da Educação – MEC relacionados com a criação dos Institutos Federais, da Rede Federal, e com a oferta do Ensino Médio Integrado nestas instituições.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre eles o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, que ampliou a oferta de Educação Profissional e Tecnológica para a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais. A mesma lei definiu entre seus objetivos a oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os seus níveis e modalidades e no Art. 8º estabeleceu que os Institutos devem cumprir a cota de 50% de suas vagas na Educação Profissional Técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados. Com isso, foram estabelecidos na região de Uberaba, diversos cursos, entre eles o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico, escolhido para ser analisado com profundidade. Esclarecemos que devido à ampla oferta de cursos ofertados pelo IFTM houve a necessidade de se reduzir o grupo pesquisado para um único curso e período de tempo.

Iniciado em 2011, o curso oferece anualmente cerca de 60 vagas e é realizado no período integral. A integralização deve ser realizada no período mínimo de três e máximo de seis anos. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a justificativa para sua implementação na cidade surgiu devido a área de Informática constituir um campo com inúmeras alternativas às mais diversas atividades profissionais. O crescimento econômico, a diversidade dos setores produtivos e a capacidade de absorção do profissional técnico em suporte e manutenção em informática pelo mercado de trabalho são alguns dos pontos destacados pelo documento para justificar a criação do curso.

O documento aponta entre os objetivos do curso a capacitação nas mais diversas atividades da área de tecnologia de modo a desenvolver competências e habilidades específicas às atividades profissionais na área de informática no nível técnico. Outro ponto levantado diz respeito a habilitar os formandos a prosseguirem seus estudos em nível superior.

Diante do exposto, a proposta da pesquisa realizada foi avaliar o impacto a formação profissional proporcionada pela Rede Federal por meio do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico na trajetória profissional e acadêmica dos egressos. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi apresentado aos ex-alunos um questionário para verificar a efetividade do curso como parte de uma política pública. Como o início das atividades do curso foi no ano de 2011, e a integralização tem duração mínima de três anos, o questionário foi aplicado para os egressos dos anos de 2013, 2014 e 2015, o que representa um público de 159 egressos. O questionário contou com questões fechadas, de resposta única, ou de múltipla escolha, algumas com a possibilidade de marcar mais de uma opção.

Optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa e quantitativa do tipo exploratória com recorte transversal, abordagem teórica-empírica e método de coleta por questionário. Segundo Aragão (2011), estudos transversais ou de corte transversal são estudos que visualizam a situação de uma população em um determinado momento, como instantâneos da realidade. Como o curso foi iniciado em 2011, há egressos a partir de 2013, e são abertas turmas com cerca de 60 alunos por ano, com uma amostra de aproximadamente 180 egressos. Os questionários foram enviados para os ex-alunos por meio de e-mail e mensagem em redes sociais.

O projeto foi desenvolvido em Uberaba, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no *Campus* Uberaba Parque Tecnológico. Seguindo a metodologia apresentada por Antônio Carlos Gil, classificamos o trabalho desenvolvido neste projeto com base em seus objetivos em pesquisa exploratória.

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2006, p.40)

Com base nos procedimentos técnicos utilizados no projeto, a proposta foi dividida em três momentos, um de análise bibliográfica, um de análise documental e um de levantamento, voltado para a aplicação de questionário e realização de entrevistas para verificar a efetividade do curso e de sua proposta formativa.

Por análise bibliográfica entende-se um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema. Foram consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática da pesquisa, tais como Manfredi (2002), Cunha (2000), Azevedo et al. (2010), Saviani et al. (2006), Coutinho (2012), Pacheco (2011 e 2012) e Brandão (2008). Segundo Gil (2006), os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Entre eles, podemos destacar as obras de divulgação que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos, e os livros de referência, que têm o objetivo de possibilitar a rápida obtenção de informações. Dentro da pesquisa bibliográfica, pode-se destacar também as publicações periódicas que podem ser fonte de informação por meio de notícias de jornais ou revistas que estejam relacionadas ao tema.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2006, p.44)

Por análise documental como definido por Oliveira (2012), entende-se a busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, fotos, entre outros. Ressaltamos que serão pesquisados documentos históricos como leis, decretos, artigos da constituição, projeto pedagógico do curso, relatórios e dados institucionais sobre o curso pesquisado, teses e dissertações relacionadas ao tema, documentos sobre propostas de políticas ligadas ao Ensino Médio e Educação Profissional, e dados sobre o Plano Nacional de Educação – PNE.

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas. (GIL, 2006, p.47)

Com base na análise bibliográfica e documental, propõe-se a apresentação de um panorama histórico sobre o desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Propõe-se também a apresentação do contexto histórico que levou a criação e oferta do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio no *Campus* Uberaba Parque Tecnológico. Os dados institucionais pesquisados durante a etapa de análise documental foram utilizados para a contextualização do perfil dos egressos.

Em relação ao perfil dos egressos, nossa proposta foi levantar dados como: idade, sexo e escola de origem (municipal, particular, estadual ou federal). Para completar a análise foram utilizados dados do Projeto Pedagógico do Curso e do Relatório de Gestão da Instituição do período a ser estudado.

Para o terceiro momento da pesquisa optou-se por realizar um levantamento. Segundo Bell (2008), o método tem como objetivo obter respostas de um grande número de indivíduos para as mesmas perguntas. O que permite não apenas descrever, mas também comparar aspectos pertinentes à pesquisa. Gil (2006) destaca que este método caracteriza-se pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Os levantamentos podem proporcionar respostas às perguntas: O que?, Onde?, Quando? E Como?, mas não é fácil descobrir Por que?. As relações causais raramente – se é que alguma vez – podem ser provadas pelo método do levantamento. A principal ênfase é na descoberta do fato, e se um levantamento for bem estruturado e testado, poderá ser uma maneira relativamente barata e rápida de obter informações. (BELL, 2008, p.21)

Portanto, destacamos que esta etapa do projeto contou com a realização a elaboração e apresentação aos egressos de questionário para verificar a efetividade da proposta de formação do curso e das políticas públicas que o norteiam.

O questionário contou com questões fechadas, de resposta única, ou de múltipla escolha, algumas com a possibilidade de marcar mais de uma opção. As perguntas foram apresentadas seguindo alguns dos modelos apresentados por Bell (2008), são eles:

- 1 **Lista:** uma lista de itens é oferecida, e é permitido ao egresso selecionar um ou mais desses itens.
- 2 **Categoria:** resposta é apenas uma dentre um conjunto.
- 3 **Grade:** uma tabela ou grade é dada para registrar respostas a duas ou mais perguntas ao mesmo tempo.
- 4 **Escala:** solicita informações factuais ou até mesmo a intensidade de sentimento ou aprovação de atitudes. Para estas questões, foi utilizada a escala de Likert.

As escalas de Likert solicitam aos entrevistados que indiquem a intensidade de concordância ou discordância com determinada afirmação ou série de afirmações, geralmente em uma faixa de cinco ou sete pontos, fazendo um círculo no número apropriado. As respostas são então pontuadas, em geral de 1 (discorda plenamente) a 5 (concorda plenamente), informando a medida dos sentimentos dos entrevistados. (BELL, 2008, p.185)

Ainda sobre a formatação das perguntas adotamos a definição de Barros e Lehfeld (2010) que definem as perguntas nos seguintes tipos:

- ✓ **Perguntas de fato:** relacionadas a dados objetivos.
- ✓ **Perguntas de ação:** que dizem respeito ao comportamento e envolvem ações do presente e do passado.
- ✓ **Perguntas de opinião:** avaliar a concordância ou discordância do entrevistado sobre alguns aspectos.

Para a aplicação do questionário optamos pela utilização da plataforma *Google Forms* devido às vantagens oferecidas pelo sistema. A ferramenta gratuita gera gráficos de forma automática possibilitando acompanhamento mais próximo dos resultados da pesquisa. Além disso, ela possibilita integração com outras ferramentas para filtrar os dados em planilhas separadamente. Como o público pesquisado estava geograficamente disperso o questionário enviado via *web* foi a melhor opção.

O questionário apresenta, como todo um instrumento de pesquisa, suas vantagens e limitações. A vantagem maior diz respeito à possibilidade de se abranger um grande número de pessoas. É um instrumento muito útil para certas pesquisas em que se procuram informações de pessoas que estão geograficamente muito dispersas. (BARROS & LEHFELD, p.74)

Com a lista de contatos partimos para duas frentes de aplicação: envio por e-mail e via redes sociais. A lista de egressos obtida no IFTM contava com o nome completo, endereço, e-mail e telefone dos ex-alunos por turma. No entanto, como os alunos ao ingressar e completar o Ensino Médio na Instituição geralmente são menores de 18 anos, os dados em sua maioria traziam e-mail desatualizado ou o contato dos pais dos alunos. Inicialmente enviamos o questionário apenas por e-mail. Como não tivemos muitas respostas nesta primeira tentativa passamos a entrar em contato por telefone com os egressos para atualizar os dados de contato e e-mail. Identificamos alguns alunos em que tanto o endereço, como o telefone de contato estavam desatualizados, nestes casos o egresso foi excluído da lista. Com os dados atualizados encontramos os participantes nas redes sociais e passamos a reforçar a necessidade de participação dos egressos na pesquisa. Confirmamos o envio do questionário para todos os membros do período pesquisado. Conforme as respostas eram recebidas enviávamos novamente o link do questionário e a solicitação para os egressos que ainda não haviam respondido. No entanto, como a participação é livre, alguns dos ex-alunos mesmo recebendo o link do questionário não responderam a pesquisa. Do total de 159 alunos distribuídos nas turmas de 2013, 2014, e 2015, tivemos 73 respostas, o que representa 46% do total. As taxas do questionário foram as seguintes por ano: 2013 (39%), 2014 (50%) e 2015 (48%).

Apesar de ser formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, há cerca de sete anos decidi investir em especializações na área de Educação, visto que cada vez mais surgem possibilidades de integração entre ferramentas de Comunicação e Educação. Diante dessa perspectiva fiz uma pós-graduação em Metodologia do Ensino na Educação Superior (Uninter) e outra em Formação de professores para EJA (IFTM). Além disso, optei por cursar outra graduação, ingressei no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFTM Campus Uberaba. Neste tempo pude conhecer a estrutura e funcionamento do IFTM que oferece formação ampla com cursos técnicos, Ensino Médio, graduação e pós-graduação. Então surgiu a curiosidade de pesquisar para conhecer mais sobre essa estrutura de ensino. Ao ingressar por meio de concurso público na Universidade Federal do Triângulo Mineiro tive contato mais próximo com os processos de seleção de alunos e percebi que muitas ações são focadas neste público e que não há muitos dados sobre os alunos formados nestas instituições, tal questionamento motivou a ideia inicial da pesquisa que era acompanhar os resultados dos egressos de instituições públicas. Acredito que o trabalho desenvolvido proporcionará como pesquisador um entendimento melhor sobre as políticas públicas de ensino e poderá ser futuramente aproveitado em um algum trabalho no acompanhamento dos egressos dessas instituições.

Esta dissertação foi composta em três capítulos, além desta introdução e metodologia apresentada. No primeiro apresentamos o trabalho em diferentes perspectivas históricas e a sua relação com a educação e formação profissional. Abordamos a definição do trabalho para a sociedade ao longo do tempo e o seu significado mais amplo ligado a produção de valor econômico e Capital Humano. No segundo capítulo procuramos demonstrar um breve resumo sobre a trajetória do Ensino Profissional no Brasil além de abordar alguns pontos sobre a Lei nº 9.394/1996, os decretos nº 2.208/1997 e nº 5.154/2004 que influenciaram na relação entre Ensino Médio e ensino profissionalizante.

No terceiro capítulo apresentamos um breve histórico sobre as origens da Rede Federal e Institutos Federais e dados sobre a organização do IFTM. Apresentamos também os resultados do questionário aplicado aos egressos do curso estudado. Na conclusão do trabalho, destacamos uma síntese do que foi discutido assim como uma reflexão sobre a utilização deste tipo de pesquisa para nortear as ações de ensino.

CAPÍTULO I – HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, procuramos demonstrar o trabalho em diferentes perspectivas históricas e a sua relação com a educação e formação profissional. Abordamos a definição do trabalho para a sociedade ao longo do tempo e o seu significado mais amplo ligado a produção de valor econômico e Capital Humano. Tal abordagem se torna necessária para este trabalho a fim de demonstrar como a globalização, capitalismo, e de modo mais amplo, a economia, têm o poder de moldar a sociedade, a educação e a formação recebida por ela.

1.1 - Trabalho e sociedade

Desde o início dos tempos o trabalho e os resultados obtidos por meio dele foram as ferramentas propulsoras para o desenvolvimento da sociedade e da civilização. Conforme a sociedade e a cultura progrediam, as definições e as percepções sobre a importância e a influência do trabalho eram alteradas. No início dos tempos o trabalho podia ser resumido como a luta pela sobrevivência, ou seja, as necessidades básicas do homem levavam ele ao trabalho. Segundo Antunes (2009) o trabalho ao longo dos tempos teve diversas definições:

O mundo antigo, por exemplo, oscilava entre o trabalho como vida ou como degradação, como criação ou como servidão, como atividade vital ou como escravidão. [...] Aos poucos trabalho passou a ser concebido também como sinônimo de *tripaliare*, oriundo de *tripalium*, instrumento de tortura e sofrimento. Disso decorre que o trabalho é sempre torturante, e se o trabalho é sempre expressão de sofrimento, o ócio ressurgia como espaço de liberação. (ANTUNES, 2009, p. 218-219)

Rossato (2001) destaca que ao longo da história o trabalho passou por diversas transformações, no seu modo de ser entendido e em função de mudanças tecnológicas. Nos tempos antigos, era visto como tarefa de escravos e que não merecia a atenção de pessoas educadas, ou de classes sociais consideradas superiores. Com o desenvolvimento da agricultura e de novas tecnologias cada vez mais o termo ganhou o significado de instrumento criador de riquezas. As mudanças no mundo do trabalho levaram também a discussão sobre as relações de trabalho e as políticas sociais principalmente ao se tratar temas como a preparação para o mundo do trabalho.

Quando o assunto é trabalho e educação essa relação de aprendizagem também passou por diversas transformações. Nas sociedades primitivas o trabalho tinha como característica atender as necessidades do dia a dia e o “aprendizado”, ou melhor, a preparação para o trabalho era feito junto à família. Nestas sociedades o trabalho assumia a função de garantir a

sobrevivência por meio da caça e outros meios para garantir o alimento. Começava ali a evolução da separação de tarefas e funções. O valor do trabalho começava a ser quantificado, mesmo que simbolicamente por meio do *status* que cada tarefa proporcionava ao trabalhador na sociedade.

Desde os tempos mais remotos na história das civilizações humanas, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades. Nas sociedades primitivas, em civilizações que viviam à base das economias de coleta, de pesca e de agricultura rudimentar, a primeira divisão social do trabalho dava-se segundo a diferenciação sexual e de idade: crianças e jovens eram responsáveis por certas tarefas domésticas, às mulheres cabiam atividades domésticas e agricultura e aos homens reservavam-se as tarefas mais “nobres”, como a colheita e a caça. (MANFREDI, 2002, p.33-34)

Destacamos aqui que apesar de tratarmos de um tempo primitivo citamos tal relação, pois já naquele período as sociedades tinham as divisões de tarefas e funções em um grupo. Assim pais e filhos iniciavam um processo de ensino, e transmissão de conhecimentos. É certo que tais ensinamentos não chegavam a ser algo semelhante a ‘escola’ que temos hoje, mas era uma relação de aprendizagem e preparação para a vida.

Quanto a formação para o trabalho, durante alguns séculos, ela efetivou-se na própria dinâmica da vida social e comunitária, concomitantemente à própria atividade de trabalho. [...] Este processo de aprendizagem informal, que abrangia o domínio de métodos, técnicas e rotinas das tarefas dos diferentes ofícios, constitui durante séculos, a única escola de que homens e mulheres, jovens e adultos das classes populares dispunham. (MANFREDI, 2002, p.52-53)

Manacorda (2010) destaca essa relação histórica entre trabalho, ensino e aprendizagem. De acordo com o historiador, os registros mais antigos sobre essa relação são do antigo Egito. Acredita-se que no período havia a transmissão organizada de habilidades práticas e até mesmo de noções científicas. Tudo organizado em uma determinada hierarquia de funções e com preparação separada para as funções intelectuais e práticas.

Pode-se deduzir que um povo residente as margens de um grande rio e como agricultura avançada tivesse acumulado e transmitido desde tempos remotíssimos noções de alto nível não somente sobre a agricultura e a agrimensura, mas também sobre as ciências que lhe servem de base: a geometria, para medição dos campos, a astronomia, para o conhecimento das estações, e, especialmente, a matemática, que é o instrumento básico de uma e de outra. E se pode deduzir também que a divisão do trabalho, própria de uma civilização desenvolvida que se articulava em muitos setores produtivos e numa hierarquia de funções no seu interior (agricultura, e depois a arte de construir estaleiros, cerâmica, vestuário, medicina etc.) tivesse como pressuposto uma transmissão organizada das habilidades práticas e das noções científicas relativas a cada atividade. [...] Logo, para isso se imaginaria encontrar escolas “intelectuais” de matemática, geometria, astronomia e, mais ainda, de ciências esotéricas e sagradas, e escolas “práticas” dos vários ofícios; quer dizer, para época antiga, escola de sacerdotes e aprendizado de artesãos (aos quais é óbvio acrescentar o treinamento dos guerreiros). (MANACORDA, 2010, p.22)

O historiador ainda destaca que o Antigo Egito traz registros do início de um processo de especialização em funções. Os escribas (profissionais que na Antiguidade tinham a função de escrever textos, registrar dados numéricos, redigir leis, copiar e arquivar informações) tinham funções divididas conforme a especialidade e tinham a função de ensinar a função a algum dos filhos para assim perpetuar seu conhecimento. Tal relação demonstra a trajetória da relação entre o ensino e a preparação para o trabalho. Cabe destacar que apesar da organização do trabalho em funções especializadas, Manacorda (2010) aponta que os trabalhadores eram divididos em ‘classes sociais’. Portanto, por exemplo, os filhos de uma família de agricultores tradicionalmente seguiriam a mesma profissão dos pais.

O autor também evidencia através da contextualização histórica do trabalho e da educação a diferenciação da educação para as classes dirigentes e para o povo. Este dualismo escolar¹³ que ainda é presente na atualidade tem seus primeiros registros segundo o escritor na China, onde haviam escolas para os filhos das classes dirigentes e a educação do restante da sociedade era feita de forma informal pela própria família. Manacorda (2010) evidencia processo semelhante também na Grécia:

Na Grécia encontraremos, embora com características diferentes, aspectos da educação do antigo Egito, que nos foram transmitidos interpretados por autores gregos como Heródoto, Platão, Diodoro de Sicília. Encontraremos, antes de tudo, a separação dos processos educativos segundo as classes sociais, porém menos rígida e com evidente desenvolvimento para formas de democracia educativa [...] Para as classes governantes uma escola, isto é, um processo de educação separado, visando preparar para as tarefas do poder, que são “pensar” ou o “falar” (isto é, a política) e o “fazer” a esta inerente (isto é, as armas); para os produtores governados nenhuma escola inicialmente, mas só um treinamento no trabalho, cujas modalidades, que foram mostradas por Platão, são destinadas a permanecer imutáveis durante milênios: observar e imitar a atividade dos adultos no trabalho, vivendo com eles. Para as classes excluídas e oprimidas, sem arte nem parte, nenhuma escola e nenhum treinamento, mas, modo em graus diferentes, a mesma aculturação que descende do alto para as classes subalternas. (MANACORDA, 2010, p.58)

Reforçando ainda o aspecto sobre o dualismo escolar, Manacorda (2010) aprofunda ainda mais a história da Educação e do Ensino Profissional ao destacar a formação de escravos. Cabe destacar que o surgimento da educação profissional aliada à educação servil traz reflexos para a sociedade na atualidade que ainda reforçam a distinção entre formação profissional para a classe trabalhadora e uma formação acadêmica para as classes dominantes. É certo que na atualidade essa diferenciação é menos evidente, mas persiste quando o assunto são oportunidades de acesso à educação.

¹³ Dualismo escolar – o termo faz referência a separação onde há um tipo de escola de ensino profissional, destinada para as classes subalternas; e outro, de caráter acadêmico, destinado a preparar pessoas para formar a elite dominante.

Podemos acrescentar que na Grécia (e especialmente em Roma) já aparece o costume de os patrões treinarem os escravos em determinadas profissões, através de verdadeiras escolas. Podemos concluir que a instrução profissional nasce como instrução servil: terá que percorrer um caminho bastante longo para conquistar sua verdadeira dignidade. (MANACORDA, 2010, p.95)

Gramsci (2001) destacava esse dualismo educacional ao abordar a sociedade em grupos sociais. Para ele cada grupo social tinha origem de uma função essencial no mundo econômico. Estes grupos criavam camadas intelectuais no campo social, econômico e político. “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.” (GRAMSCI, 2001, p.15). O autor destacava que o empresário por ter essa função de ‘criar’ outros grupos estaria em um nível superior o que caracterizaria uma capacidade intelectual. “A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p.118). Porém esta função intelectual não caberia a todos:

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. (GRAMSCI, 1982, p.7)

O autor também destacava a importância da escola como um instrumento do Estado e da Economia. Para Gramsci (1982) o desenvolvimento e a complexidade da divisão da sociedade poderia ser medida pela especialização dos níveis intelectuais. Quanto mais ‘especializada’ a sociedade, mais complexo seria o campo do trabalho, os meios científicos, a indústria e conseqüentemente mais civilizada seria a sociedade. Assim o autor demonstra a mudança da perspectiva da sociedade em relação ao trabalho.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a "área" escolar e quanto mais numerosos forem os "graus" "verticais" da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. (GRAMSCI, 1982, p.9)

Para Manfredi (2002) o desenvolvimento da agricultura, o aperfeiçoamento dos instrumentos e equipamentos, o aparecimento das cidades, guerras, expansão do capitalismo, crescimento da indústria, entre outros proporcionaram mudanças na perspectiva de educação para formação profissional. Tais acontecimentos geraram o aprofundamento da divisão do trabalho e reforçaram a necessidade de especialização.

No passado, como na atualidade, as especializações profissionais surgem em decorrência de mudanças de ordem técnico-organizativa no sistema econômico das sociedades, afetando igualmente as condições materiais de trabalho e os tipos de profissionais necessários. (MANFREDI, 2002, p. 36)

Romanelli (2013) destaca que as mudanças na sociedade e na economia podem gerar reflexos no sistema educacional fazendo com que o sistema e as metodologias de ensino sejam adequados às exigências do contexto atual, seja ele capitalista ou socialista. Essa adequação às exigências acontece em parte por influência da sociedade e também do Estado por meio de políticas públicas de formação e na garantia de direitos como a educação.

Em sentido genérico, a educação escolar, a nosso ver, preenche funções segundo o teor e o sentido das mudanças socioeconômicas ocorridas no contexto da vida nacional. Dessa forma, mudanças globais e radicais, como aquelas que transformaram setores ou todo um contexto pré-capitalista em capitalista ou socialista, tendem a modificar profunda e amplamente o sistema educacional no sentido de torná-lo adequado às novas exigências da sociedade que visa a sair da estagnação e do arcaísmo e transformar-se ou transformar seus setores arcaicos em setores modernos e dinâmicos. (ROMANELLI, 2013, p.111)

Vale ressaltar que os dados apresentados e as considerações dos diversos autores aqui mencionados demonstram de maneira clara a relação entre sociedade, educação profissional e economia. As mudanças nos processos produtivos e até mesmo na organização da sociedade influenciam diretamente a estrutura do mundo do trabalho e da própria sociedade conforme foi demonstrado.

Historicamente, as profissões surgem, por um lado, das preocupações com a satisfação das necessidades advindas com a transformação dos processos produtivos e, por outro, da crescente complexidade e diversificação das funções de comando, de controle, de defesa e de preservação social, nas diferentes formações sociais. (MANFREDI, 2002, p. 36)

Manfredi (2002) complementa a definição histórica sobre o papel do trabalho e sua influência na sociedade e na economia ao destacar três ideias força (Quadro 2) que juntas seriam a base para o trabalho como atividade social. São elas:

Quadro 2 - Três ideias-força que justificam a importância e a centralidade do trabalho como atividade social.

IDEIAS-FORÇA – CENTRALIDADE DO TRABALHO	
Base fundadora da economia:	produtor de força social de produção de bens e serviços, fonte de renda e sobrevivência de diversos segmentos da população.
Base para a estruturação de categorias:	determina as relações entre os diferentes grupo, classes e setores da sociedade, influencia parâmetros de identidade social e cultural.
Objeto de ação e de intervenção de políticas governamentais:	faz parte da construção de normas e intervenções na esfera política

Fonte: Elaboração própria

1.2 - Capital Humano

Um reflexo das mudanças geradas pela expansão econômica e que se reflete na atualidade é a demanda de recursos humanos. Apesar da evolução do mundo do trabalho em questões como a especialização, a escola e o mercado profissional não caminharam na mesma velocidade. Apesar de conhecidas as demandas, as redes de ensino não ofereciam oportunidades de capacitação na mesma proporção do desenvolvimento do mercado. Assim a formação do cidadão para o trabalho ficou defasada:

Até os anos 1920, a educação comportou-se como um instrumento de mobilidade social, no sentido mais amplo do termo. Os estratos que manipulavam o poder político e econômico utilizavam na como distintivo de classe, e as camadas médias urbanas procuravam-na como a principal via de ascensão, prestígio e integração no universo dos estados dominantes. [...] A expansão econômica parecia criar, cada vez mais, uma demanda de recursos humanos que não foram oferecidos pela escola. A defasagem que procuramos demonstrar e que se acentuava entre educação e desenvolvimento era a que não só marginalizava boa parte da população, como também não correspondia, ou pelo menos não parecia corresponder, graças à manutenção de um modelo antigo de educação, às necessidades da expansão econômica. (ROMANELLI, 2013, p.266-267)

Com a mudança de conceitos e a evolução do significado de trabalho para o homem, surge a Revolução Industrial que, por sua vez, também provocou mudanças radicais na sociedade. Com isso, máquinas passam a substituir trabalhadores e surgiu a necessidade de formação de profissionais preparados para manipular equipamentos modernos.

Buscando melhorar as condições dos trabalhadores, são criadas as associações de operários que lutam por melhores condições de trabalho. Como consequência, aumentam a automação, a produtividade e os salários e diminui a fadiga física. Em contrapartida, exige-se a profissionalização dos operários e decresce a demanda de mão de obra não especializada. (ROSSATO, 2001, p. 155)

A necessidade de mão de obra especializada trouxe reflexos. Quanto mais especializada a mão de obra, “maiores as chances” de uma colocação no mercado de trabalho. Reforçamos aqui o termo “maiores as chances”, pois apesar do mercado exigir a qualificação ela por si só não garante a empregabilidade do trabalhador, mas contribui para isso. Essa reordenação da relação do mercado com a qualificação profissional por meio da educação é abordada por Frigotto; Ciavatta e Ramos (2009) que destacam a permanência da distinção entre classes quando o assunto é educação. Os autores evidenciam a contradição entre a estrutura político-econômica e as relações sociais ao citarem a forma dual como a educação é vista: uma escola com formação clássica e formal para as classes dirigentes, e outra pragmática e de preparação profissional para os trabalhadores. Para os autores uma forma de treinar a população para um projeto de desenvolvimento voltado para atender as necessidades das classes dirigentes. É impossível não refletirmos também como as leis educacionais favoreceram o acesso à formação profissional e escolar conforme destaca Romanelli (2013).

Desde a segunda metade do século XIX, os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. De fato, esse século se caracterizou, quanto à educação, pela acentuada tendência do Estado de agir como educador. (...) As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. (ROMANELLI, 2013, p.62)

A busca por especialização, o capitalismo, a globalização, a oferta de ensino profissionalizante, fizeram com que a sociedade começasse a discutir o valor do trabalho e seu significado para o homem e para a sociedade. Nessa vertente iniciaram-se as tentativas por parte de especialistas em tentar definir a lógica do ‘mundo do trabalho’. No século XVIII, Adam Smith em seu livro “A Riqueza das Nações” destacava que o trabalho seria uma forma de transformação da realidade, fonte de riqueza e valor. Aqui através da visão do economista a definição de trabalho como fonte de acumulação de capital e de ascensão social começa a ser discutida em profundidade.

Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela de que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade, ou — o que é a mesma coisa — pelo preço de grande quantidade de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens. (SMITH, 1996, p. 70)

David Ricardo em seu livro “Princípios de economia, política e tributação” complementa as afirmações de Adam Smith ao associar a quantidade de trabalho necessária

para produzir mercadorias e seu valor de troca. O autor destaca que a proporção entre a quantidade de trabalho necessária para adquirir diferentes objetos seria a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocar trabalho por produtos evidenciando assim o papel do trabalho como fonte de riqueza.

O trabalho, como todas as outras coisas que são compradas e vendidas e cuja quantidade pode ser aumentada ou diminuída, tem seu preço natural e seu preço de mercado. O preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento ou diminuição. (RICARDO, 1996, p. 65)

Apesar dos autores aqui mencionados seguirem linhas de trabalho às vezes opostas, suas obras complementavam e até hoje fomentam as discussões sobre o mundo do trabalho. Karl Marx fazia crítica às desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, mas suas definições sobre o mundo do trabalho complementavam o trabalho de outros autores. O autor acrescentava ao termo trabalho a definição de condição de existência do homem. Além disso, aproveitava para debater o papel do trabalho, da remuneração proporcionada por ele, e também da educação na vida e na sociedade.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1996, p. 172)

Em sua obra “Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro” Marx (2010) aprofundava a discussão entre a relação entre operários e os capitalistas ‘compradores’ da força de trabalho. O papel do dinheiro e da carga horária de trabalho, além da ‘recompensa’ pelas horas trabalhadas fica mais evidente para a sociedade.

Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês etc. E, depois de comprá-la, utiliza-a fazendo com que os operários trabalhem durante o tempo estipulado. [...] Os operários trocam a sua mercadoria – a força de trabalho – pela mercadoria do capitalista – o dinheiro – e essa troca é realizada na verdade, numa determinada proporção: tanto dinheiro por tantas horas de utilização da força de trabalho. [...] O valor de troca de uma mercadoria, avaliado em dinheiro, é o que se chama precisamente o seu preço. Portanto, salário é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalhador, é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria particular que só existe na carne e no sangue do homem. (MARX, 2010, p.34)

Para Marx (2010) o salário não seria apenas uma cota-parte do operário na mercadoria que produz, mas sim pagamento pela mercadoria existente que foi vendida ao capitalista durante a produção de uma mercadoria. O salário para ele era relacionado à força de trabalho produtivo vendida. “A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Por que ele a vende? Para viver.” (MARX, 2010, p.36).

Com este questionamento Marx propunha a discussão sobre a importância do salário e o que ele representava para o homem em um sistema capitalista. O autor também aprofundava a discussão ao relacionar a venda do trabalho como uma mercadoria.

O que é pois o valor da força de trabalho? Como o de qualquer outra mercadoria, esse valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. (MARX, 2010, p.111)

Marx criticava as contradições do mundo do trabalho. Apesar de destacar sua importância como necessidade humana, o autor percebeu que o trabalho foi transformado em mercadoria e sua função convertida para a produção de valores de troca. A sociedade se tornou produtora de bens de consumo e o mundo do trabalho tornou mais evidente as contradições sociais.

As discussões apontadas por Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx contribuíram para a formulação de uma definição mais ampla relacionando trabalho e educação, a teoria do Capital Humano. Elaborada a partir de pressupostos econômicos ela define a educação como um investimento importante para o desenvolvimento econômico. A teoria desenvolvida por Theodore W. Schultz define Capital Humano como as capacidades, competências e atributos de personalidade que favorecem a realização de trabalho e assim impulsionam a economia.

A instrução tanto pode proporcionar satisfações no presente quanto no futuro. Quando os benefícios ocorrem no futuro, a instrução tem as características de um investimento. Como um investimento, tanto pode afetar as futuras despesas como as futuras rendas. Assim o componente dos gastos com a instrução apresenta duas variantes: a instrução que atende à despesa atual e a instrução, como um investimento, para atender à futura despesa. O componente de produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimento que aumenta futuras rendas e, desse modo, assemelha-se a um investimento em bens de produção. (SCHULTZ, 1967, p. 23-24).

Schultz, complementando sua teoria define a diferença entre Capital Humano e Capital Físico que segundo o autor seria a propriedade privada, as fábricas, equipamentos, estoques, enquanto o Capital Humano envolveria de maneira mais direta a força de trabalho e seus conhecimentos e habilidades, portanto seria um bem intransferível.

Nenhum indivíduo pode vender seu capital educacional. Nem tampouco lhe é possível transferir o volume de instrução que possui, como presente, para outra pessoa. É seu este volume de capital humano, para usar e conservar enquanto viver. (SCHULTZ, 1987, p. 112).

Frigotto (2006) faz crítica à definição dos economistas sobre Capital Humano e aponta que a teoria ajuda a mascarar desigualdades e questões sociais que envolvem o mundo do

trabalho. Para o autor a definição proposta na teoria transforma a força de trabalho em uma mercadoria.

O conceito de capital humano vai mascarar, do ponto de vista das relações internacionais, a questão do imperialismo, passando à ideia de que o subdesenvolvimento nada tem a ver com as relações de poder, mas se trata fundamentalmente de um problema de mudança ou modernização de alguns fatores, onde os recursos humanos qualificados — capital humano — se constitui no elemento fundamental. [...] A questão das desigualdades sociais, dos antagonismos de classes, o conflito capital-trabalho seriam superados, por um processo meritocrático. Mascara-se, como vimos, o caráter orgânico da acumulação, concentração e centralização do capital e a própria luta de classes, na medida em que se nivela, sob a categoria de capital, a capacidade de trabalho dos indivíduos "potenciada" com educação ou treinamento, ao capital físico, ou seja a força de trabalho se apresenta como uma mercadoria — um Capital do mesmo valor que o capital físico. (FRIGOTTO, 2006, p. 125-126)

Apesar das críticas e diferentes visões apresentadas pelos autores sobre a relação entre educação e capacitação para o mundo do trabalho todos reforçam em seus discursos a percepção de que o mercado exige cada vez mais um profissional com maior 'bagagem' formativa. Um profissional preparado com algo mais do que uma formação básica. Alias, formação básica esta que é fortemente criticada por não atender as necessidades de especialização do mercado e por ainda manter a diferença de oportunidades entre classes sociais. Esta lógica de especialização da mão de obra proporcionada pelo capitalismo, pelo desenvolvimento da indústria e de tecnologias, dominou os processos educativos. Apesar da universalização da educação como direito houve a permanência de um sistema dualista: escolas privadas para as elites, e escolas públicas para classe trabalhadora. Frigotto (2006) deixa evidente que a discussão dessa relação entre mercado de trabalho, capital físico, capital humano, qualificação profissional, trabalho como fonte de riqueza, entre outros, é muito mais profunda e às vezes ajuda a mascarar questões sociais importantes. O contexto social, as políticas sociais, as oportunidades educacionais também devem ser levados em conta. Educação e formação profissional devem pensadas a longo prazo e com a visão de uma formação integral para todos e não distinta entre classes.

1.3 - Formação Humana Integral

Quando o assunto é formação profissional e para o trabalho. Pacheco (2012) defende uma concepção de trabalho como princípio educativo onde é necessário observar a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Somente assim seria possível trabalhar a ideia de formação integrada que possibilitaria superar a divisão histórica criada pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. (PACHECO, 2012, p.58)

Para Pacheco (2012) é importante a compreensão do trabalho no seu duplo sentido:

- Ontológico: forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza, com outros e, assim produz conhecimento.
- Histórico/ Prática econômica: trabalho assalariado no sistema capitalista, visto como categoria econômica e prática produtiva, baseada em conhecimentos existentes, que produzem novos conhecimentos.

De acordo com o autor, pelo primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo ao proporcionar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica. É por meio da apropriação destes conhecimentos que se dá a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades e potencialidades dos sentidos humanos. Pelo segundo sentido, o trabalho é um princípio educativo, pois proporciona exigências específicas para o processo educacional, visando à participação de membros da sociedade no meio produtivo. Este segundo sentido fundamenta e justifica uma formação específica para o exercício de profissões, essas entendidas como uma forma contratual, socialmente reconhecida do processo de compra e venda da força de trabalho.

A concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna, a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. [...] Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (PACHECO, 2012, p.67)

Pacheco (2012) acredita que a relação econômica torna-se cada vez mais fundamento da profissionalização. Desta forma, a compreensão de conhecimentos técnicos e científicos possibilita uma atuação mais consciente na sociedade e na economia.

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitem compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade. (PACHECO, 2012, p.69)

Em relação à Educação Profissional Técnica de nível médio, Pacheco (2012), acrescenta que ao habilitar jovens para o exercício de profissões técnicas, em especial na forma integrada, é possível explicitar o significado da formação no Ensino Médio, como última etapa da Educação Básica. O autor destaca que é preciso que essa formação se constitua em política pública educacional, assumindo amplitude nacional e que desta forma as ações sejam enraizadas em todo o território brasileiro. Tal questão tem papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico do país.

Uma política educacional dessa natureza requer sua articulação com outras políticas setoriais vinculadas a diversos ministérios responsáveis por políticas públicas estruturantes da sociedade brasileira. Portanto, pensar a educação integrada como política pública educacional exige pensá-la também na perspectiva de sua contribuição para a consolidação das políticas de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de desenvolvimento agrário, de saúde pública, de desenvolvimento da indústria e do comércio, entre outras. Enfim, é preciso buscar o seu papel estratégico no marco de um projeto de desenvolvimento socioeconômico do Estado brasileiro. (PACHECO, 2012, p.76)

Fica evidente a importância de políticas públicas para a formação e qualificação para o trabalho e a importância destes itens para o desenvolvimento econômico do país. O significado da formação para o trabalho deve assumir um papel diferente, deve deixar de ser segregador e dualista possibilitando oportunidades diferentes conforme a classe social. É preciso pensar numa lógica de formação humana integral que habilite profissionais para um entendimento mais completo do mundo do trabalho.

1.4 - Educação: um tesouro a descobrir

Neste contexto envolvendo políticas públicas e as necessidades e objetivos de uma formação para o mercado de trabalho, a publicação de 2006 “Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI” apresenta alguns pontos relevantes que serão aqui apresentados de forma resumida como forma de complementar o que já foi mencionado neste capítulo. A proposta é dar uma

visão mais global sobre a economia e a evolução do trabalho para assim encerrar esta parte da publicação. O relatório que foi publicado em 1996 foi iniciado em 1993 e conta com a contribuição de especialistas de todo o mundo. Apesar de mais de 20 anos de sua publicação as discussões presentes na publicação ainda são bem atuais. O papel político e questões globais sobre educação são destaque.

A educação é, também, um grito de amor à infância e à juventude, que devemos acolher nas nossas sociedades, dando-lhes o espaço que lhes cabe no sistema educativo, sem dúvida, mas também na família, na comunidade de base, na nação. Este dever elementar deve ser constantemente lembrado, para cada vez mais ser tido em conta, quando das opções políticas, econômicas e financeiras. Parafrazeando o poeta, a criança é o futuro do homem. (DELORS et al., 2006, p. 11)

De acordo com a publicação, a procura de educação para fins econômicos é uma realidade na maior parte dos países integrantes da OCDE. As comparações internacionais realçam a importância do capital humano, e do investimento na formação e especialização da sociedade. O progresso e a qualidade técnica do trabalho ganham cada vez mais relevância no mercado global e com isso as exigências de qualificação se intensificam.

A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana torna-se, então cada vez mais evidente, assim como a necessidade de formar agentes econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador. Requerem-se novas aptidões e os sistemas educativos devem dar respostas a esta necessidade, não só assegurando os anos de escolarização ou de formação profissional estritamente necessários, mas formando cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível. [...] Em todos os setores, mesmo na agricultura sente-se a necessidade de competências evolutivas articuladas com o saber e com o saber-fazer mais atualizado. Esta evolução irreversível não aceita as rotinas nem as qualificações obtidas por imitação ou repetição e verifica-se que se dá uma importância cada vez maior aos investimentos ditos imateriais, como a formação, à medida que a “revolução da inteligência” produz os seus efeitos. (DELORS et al., 2006, p. 71)

Essa ‘revolução da inteligência’ não permite mais que a formação profissional seja focada em empregos estáveis. As inovações constantes exigem dos sistemas educativos uma preparação que possibilite o domínio das técnicas, mas também a capacidade de evoluir e se adaptar as constantes mudanças.

No alvorecer do século XXI, a atividade educativa e formativa, em todos os seus componentes, tornou-se um dos motores principais do desenvolvimento. Por outro lado, ela contribui para o progresso científico e tecnológico, assim como para o avanço geral dos conhecimentos, que constituem o fator decisivo do crescimento econômico. [...] Um dos principais papéis reservados à educação consiste antes de mais, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. (DELORS et al., 2006, p. 82)

O progresso técnico modifica as qualificações exigidas pelos processos de produção. Assim a noção tradicional de qualificação profissional se torna obsoleta. Cada vez mais as

tarefas físicas são substituídas por tarefas mais intelectuais como o comando de máquinas. A especialização em funções é exigida, a concorrência por uma vaga no mercado de trabalho se amplifica e a capacidade de adaptação às mudanças pode ser o fator decisivo para garantir uma colocação profissional.

Na indústria especialmente para os operadores e os técnicos, o domínio do cognitivo e do informativo nos sistemas de produção, torna um pouco obsoleta a noção de qualificação profissional e leva a que se dê muita importância à competência pessoal. O progresso técnico modifica, inevitavelmente, as qualificações exigidas pelos novos processos de produção. As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo, de organização à medida que as máquinas se tornam, também, mais “inteligentes” e que o trabalho se “desmaterializa”. Os empregadores substituem, cada vez mais, a exigência de uma qualificação ainda muito ligada, a seu ver, à ideia de competência material, pela exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco. (DELORS et al., 2006, p. 94)

A educação neste contexto exige que os sistemas educativos cumpram diversas missões: a formação precisa ser integral e preparar para as constantes mudanças do mercado, a qualificação é contínua e prolonga-se por toda a vida e as exigências do mercado são imprevisíveis.

A educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas. Este fenômeno tem várias causas. A divisão tradicional da existência em períodos distintos – o tempo da infância e da juventude consagrado à educação escolar, o tempo da atividade profissional adulta, o tempo da aposentadoria – já não corresponde às realidades da vida contemporânea e, ainda menos à exigências do futuro. Hoje em dia, ninguém pode pensar adquirir na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes, mesmo que a educação inicial dos jovens tender a prolongar-se. Paralelamente, a própria educação está em plena mutação: as possibilidades de aprender oferecidas pela sociedade exterior à escola multiplicam-se, em todos os domínios, enquanto a noção de qualificação, no sentido tradicional, é substituída em muitos setores modernos de atividade, pelas noções de competência evolutiva e capacidade de adaptação. (DELORS et al., 2006, p. 103)

De acordo com Delors et al. (2006) para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, “a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais (Quadro 3) que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento”. São elas:

Quadro 3 - Educação ao longo de toda a vida – 4 Pilares.

A educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares	
Aprender a conhecer:	Aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.
Aprender a fazer:	A fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.
Aprender a viver juntos:	Desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências.
Aprender a ser:	Desenvolver a personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal.

Fonte: Elaboração Própria - DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Destacamos aqui especialmente o primeiro e segundo pilar: “Aprender a conhecer” e “Aprender a fazer”. O primeiro trata sobre a busca constante para prolongar a escolaridade e consequentemente compreender melhor o ambiente em que vivemos. A formação inicial tem importante ligação com este pilar, é nela que desenvolvemos o despertar pela curiosidade intelectual, importante instrumento para o ensino secundário e superior. O segundo pilar reforça a importância de uma formação humana integral na qual o jovem e o adolescente aprendem não só uma profissão, mas também a enfrentar as diversas situações impostas pelo mundo do trabalho. Aprendem a ver o significado do trabalho além da troca de valores, não apenas como mercadoria de troca. As aprendizagens precisam evoluir e não ser mais consideradas apenas como transmissão de rotinas de trabalho. A aprendizagem não se destina apenas ao trabalho, mas também a participação formal ou informal no desenvolvimento. O ensino secundário deve atender a estes quatro pilares. Esta etapa do ensino é vista por um lado como acesso à promoção social e econômica por oferecer possibilidades melhores de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, ainda prevalecem as questões relacionadas a ser desigualitário e fracassar na preparação para o ensino superior e para a entrada no mercado de trabalho. Não podemos esquecer que esta etapa desempenha também um importante papel para o desenvolvimento econômico do país.

No próximo capítulo faremos uma breve introdução a trajetória histórica do Ensino Profissional no Brasil e ao mesmo tempo apresentaremos dados sobre as políticas públicas que originaram o que hoje é a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da qual o IFTM faz parte. Em termos de legislação aprofundaremos nossa discussão sobre alguns pontos específicos que alteraram o Ensino Médio Integrado.

CAPÍTULO II – ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA E LEGISLAÇÃO

Neste capítulo, procuramos demonstrar um breve resumo sobre as origens e a trajetória do Ensino Profissional no Brasil. Apresentaremos de forma sucinta algumas das instituições e políticas educacionais adotadas no país que teriam como foco o ensino e a formação profissional. Esta reconstrução histórica visa demonstrar a relação criada entre o Ensino Médio e a Educação Profissionalizante no país ao longo do tempo. Para isso abordaremos por meio da discussão de autores como Manfredi (2002), Cunha (2000), Azevedo et al. (2010), Saviani et al. (2006), Coutinho (2012), Pacheco (2012) e Brandão (2008). Alguns pontos sobre a Lei nº 9.394/1996, os decretos nº 2.208/1997 e nº 5.154/2004 que influenciaram na relação entre Ensino Médio e Ensino Profissionalizante também serão debatidos.

2.1 - Primeiras escolas

Manfredi (2002) destaca na relação dos povos nativos as primeiras demonstrações de práticas educativas de preparação para o trabalho no Brasil. De acordo com a autora, na época da chegada dos portugueses as práticas educativas e o preparo para o trabalho se fundiam com as práticas cotidianas no interior das tribos. “As práticas de aprendizagem efetivavam-se mediante a observação e a participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e confecção de objetos” (MANFREDI, 2002, p.65).

Tal ponto destaca a relação anteriormente mencionada sobre o Ensino Profissional em outras civilizações antigas, onde as profissões eram aprendidas no convívio familiar. Com o processo de colonização e escravização dos índios esse processo educativo passou a ser influenciado pela Igreja Católica que buscava evangelizar os indígenas e indiretamente atendia aos interesses mercantis e políticos da época.

Durante os dois primeiros séculos de colonização portuguesa, a base da economia brasileira era a agroindústria açucareira organizada em *plantation*, predominando o sistema escravocrata de produção e organização do trabalho. Eram utilizados o trabalho escravo da população nativa de índios e dos negros vindos da África e alguns poucos trabalhadores livres, empregados em tarefas de direção e/ou que requeriam maior qualificação técnica. (MANFREDI, 2002, p. 67)

Manfredi (2002) ainda destaca que as residências dos jesuítas instaladas em alguns dos principais centros urbanos forma os primeiros núcleos de formação profissional. Para a autora o sistema escravocrata que durou por mais de três séculos “deixou marcas profundas na

construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana” (MANFREDI, 2002, p. 71). Essa dinâmica de trabalho imposta pelo sistema escravocrata acabou criando no país uma representação de que o trabalho que exige esforço físico e manual era destinado aos mais pobres sendo assim ‘trabalho desqualificado’. Percebe-se no início do desenvolvimento do país a imposição de um sistema educacional forçado para a população nativa. Havia a necessidade de ‘construção de um país’, mas não havia mão de obra para isso. A solução encontrada foi impor um processo de formação e utilizar a escravidão para criar força de trabalho. Assim não se caminhou em termos de direitos, escolaridade, ou qualificação para o trabalho. Para as classes dominantes prevalecia a percepção de que o trabalho físico e desgastante era destinado àqueles considerados por eles como ignorantes.

Algumas mudanças na perspectiva da oferta de Ensino Profissional no Brasil aconteceram em 1808 com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quando o Brasil deixou de ser colônia e passou a ser sede do Reino. Tal mudança trouxe implicações econômicas e políticas para o país. Era preciso investir mais na formação da população.

As primeiras instituições públicas a ser fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado. No Rio de Janeiro foi criada a Academia Marinha e as cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808); a Academia Real Militar (1810); o curso de Agricultura (1814); o Curso de Desenho Técnico (1818); a Academia de Artes (1820). [...] Assim, a instituição do sistema educacional principiou pelo topo, ao passo que os demais níveis de ensino – o primário e o secundário – serviam como cursos propedêuticos, preparatórios à universidade. (MANFREDI, 2002, p. 74-75)

Manfredi (2002) ressalta que além da divisão entre ensino superior e secundário havia uma outra distinção traçada na construção do sistema escolar público. O estado buscava desenvolver um ensino apartado do ensino secundário voltado para promover a formação de trabalhadores diretamente ligados à produção. Nesse sentido, Cunha (2000) destaca as instituições que eram destinadas a atender os chamados ‘meninos desvalidos’:

Para cumprir e ampliar a formação compulsória da força de trabalho foram criadas casas de educandos artífices por dez governos provinciais, de 1840 a 1865, que adotaram como modelo a aprendizagem de ofícios em uso no âmbito militar, até mesmo a hierarquia e a disciplina. O mais importante dos estabelecimentos desse tipo, o Asilo de Meninos Desvalidos, foi criado na cidade do Rio de Janeiro em 1875. Os "meninos desvalidos" eram os que, de idade entre 6 e 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar escolas comuns, viviam na mendicância. Esses meninos eram encaminhados pela autoridade policial ao asilo onde recebiam instrução primária e aprendiam os ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo,

trabalhando nas oficinas, como duplo fim de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue ao fim desse período. (CUNHA, 2000, p.3-4)

Cabe destacar, no período mencionado, a Constituição Política do Império do Brasil, elaborada pelo Conselho de Estado e outorgada por Dom Pedro I em 25 de março de 1824. Em relação à educação, o documento no Artigo nº 179 destacava que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” apontando assim o início da discussão do direito à educação na legislação. No entanto, fica evidente que apesar do direito a ‘instrução primária para todos’, havia distinção na qualidade e forma que ela era oferecida de acordo com a classe social.

Anos mais tarde, em 1890, o Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, propunha ao governo provisório de Manoel Deodoro da Fonseca uma reforma do ensino primário e secundário. O Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 estabelecia em seu Artigo 2º a instrução primária, livre, gratuita e leiga. Em seu Artigo 8º o mesmo decreto destacava a obrigação do Governo de providenciar a construção de edifícios apropriados para o ensino. Em seu Artigo nº 11 reforçava o papel do governo no financiamento das escolas. Tais dados demonstram o estabelecimento de políticas públicas para o ensino e a preocupação do governo em criar a possibilidade da oferta de ensino em todo o país. Tal iniciativa pode ser explicada em parte devido a reflexos da Revolução Industrial, entre eles a concorrência de mercado entre os países, que de certa forma impunha a necessidade de uma mão de obra escolarizada. O fim da escravatura, a consolidação do projeto de imigração e consequente expansão da economia, as primeiras décadas de implantação da Primeira República foram marcadas por algumas mudanças em relação ao Ensino Profissional.

A modernização tecnológica (ainda que no nível de adaptação e manutenção da tecnologia importada) inerente a esses novos setores da economia brasileira gerou novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular. (MANFREDI, 2002, p.79)

Nesse sentido, de atender as demandas de qualificação profissional, Manfredi (2002) destaca que a medida mais efetiva de se criar um sistema de escolas de aprendizes foi realizado em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha. Entre as justificativas para a criação das escolas constantes no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, estava o aumento constante da população das cidades que exigia facilitar as classes proletárias os meios de vencer as dificuldades crescentes da luta pela existência.

A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em "oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais".(CUNHA, 2000, p.63)

Cunha (2000) destaca que a finalidade de criação das escolas ganhou outro significado. Para o autor a rede de escolas de aprendizes e artífices não inovou muito e sua finalidade passou a ser ‘formar cidadãos úteis’ para atender as exigências econômicas. Apesar disso, a rede foi um importante marco para a estrutura do ensino por se provavelmente o primeiro sistema educacional de abrangência nacional.

2.2 - Legislação Educacional – Decretos e Constituições

Com o passar dos anos as discussões sobre modelos educacionais e a forma como os governos e as políticas deveriam tratar este tema se tornaram mais frequentes. Saviani et al. (2006) destaca que do ponto de vista da administração do ensino público, o advento da República marcou uma continuidade em relação ao Império. Em relação ao Ensino Profissional surgiram algumas mudanças na legislação. Um exemplo foi o Decreto nº 5.241, conhecido pelo nome de seu criador, a “Lei Fidélis Reis” sancionada em 1927 previa o oferecimento obrigatório do Ensino Profissional no país. Daquele período em diante, em poucos anos foram estabelecidas diversas ‘reformas educacionais’. Algumas delas são:

- Reforma Rivadávia Correa, de 1911, estabelecida pelo Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911 – tinha como objetivo que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte.
- Reforma João Luiz Alves (conhecida por Lei Rocha Vaz), estabelecida pelo Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925- estabeleceu um acordo entre a União e os estados visando promover o ensino primário.
- Reforma Francisco Campos, estabelecida por seis decretos: Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931:dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;

Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Nota-se que em um curto período foram feitas diversas ‘Reformas’, mas nenhuma realmente efetiva ou permanente. Tal aspecto demonstra as influências políticas e a falta de um consenso sobre qual seriam os melhores mecanismos para impulsionar a educação e formação profissional no país. Ainda de acordo com Saviani et al. (2006) muitas dessas reformas não chegaram a se traduzir em medidas concretas, mas representaram um passo importante no sentido da regulamentação, em âmbito nacional da educação brasileira. Os três últimos decretos da Reforma Francisco Campos tiveram papel importante ao dotar o ensino secundário e comercial de uma estrutura orgânica de caráter obrigatório no país.

No entanto, as reformas mencionadas não atendiam as reivindicações da sociedade e eram altamente criticadas. Foi então que em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um documento escrito por 26 educadores com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Escrito durante o governo de Getúlio Vargas, durante a Revolução de 1930, a publicação serviu de base para o projeto de renovação educacional no país. O documento destacava a desorganização do aparelho escolar, e propunha um plano geral de educação.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. (AZEVEDO et al., 2010, p.33)

O Manifesto ressaltava o que aqui foi anteriormente destacado em relação as diversas reformas educacionais. Criava-se propostas sem unidade e sem um plano de continuidade. Sabia-se as necessidades da economia e do país, mas não como atender a estas demandas. Saviani et al. (2006) destaca que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Para o autor o documento aproximava a ideia de um sistema educacional eficaz e consistia em um documento de política educacional em defesa da escola pública.

O Manifesto é um documento de política educacional em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública. Nesse sentido ele emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública. [...] Como documento de política educacional, o Manifesto expressa a posição de uma corrente de educadores que buscava firmar-se pela coesão interna e pela conquistada hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade, capacitando-se, conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção da educação pública, tanto no âmbito do governo central como dos estados federados. (SAVIANI et al., 2006, 33-34)

Saviani et al. (2006) afirma que o documento é um importante legado deixado pelo século XX. Para ele a publicação inspirou as gerações seguintes em temas como política educacional e práticas pedagógicas. As diretrizes e posições firmadas no Manifesto fizeram-se presentes nos debates do texto da Constituição de 1934. Em seus Artigos nº 149 e 150 o documento destacava:

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art. 150 - Compete à União:

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; (BRASIL, 1934)

Desta forma a Constituição Federal de 1934 foi a primeira a fixar como competência da União a elaboração de um plano nacional de educação. Ficava claro o papel do Estado na organização da educação em âmbito nacional. Anos mais tarde a Constituição Federal de 1937, embora com nova formulação mantinha essa exigência. Em seu Artigo nº 15 o documento destacava que competia a União “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. Para Saviani et al. (2006) essa referência à infância e a juventude deixava claro o propósito de colocar a educação primária sob a responsabilidade do governo federal. Em relação a educação profissional o documento reforçava a visão de que o ensino profissionalizante seria destinado as classes menos favorecidas ao destacar em seu Artigo nº 129 o seguinte texto:

Art. 129 - A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e

subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Coutinho (2012) destaca essa visão apresentada pela política da época ao comentar o Artigo nº 129 da Constituição de 1937. O autor ressalta a exclusão social e a forte influência na legislação promovida pelas disputas entre o setor agrário e a recente industrialização. O país buscava sua consolidação no mercado e nas relações de trabalho.

Constata-se, claramente, uma educação para o povo e outra para a elite, mesmo que o texto da constituição oficializava um modelo de discriminação do processo educacional que vinha desde o decurso da organização escolar dos tempos coloniais e também da época do Império. Em seu artigo 129, a Constituição de 1937 estabelecia, como responsabilidade do Estado, a educação profissional voltada para as classes menos favorecidas. Com uma postura de exclusão social, caracterizado por um esboço altamente discriminatório, o ensino técnico de nível médio foi influenciado e impulsionado pelo crescimento da industrialização do Brasil. Tal modelo e estrutura para o ensino técnico fundamentaram a criação das primeiras Escolas Técnicas, atravessando décadas. (COUTINHO, 2012, p.106-107)

Alguns anos mais tarde, em 1942, a Lei orgânica do ensino secundário estabelecida pelo Decreto-Lei nº 4.244, estabeleceu novas políticas públicas que remodelaram o ensino no país. Tal medida ficaria conhecida como Reforma de Capanema”. Com as leis propostas pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, o Ensino Profissional e Técnico passou a ser considerado de nível médio e os cursos foram divididos em dois níveis; o primeiro compreendia os cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; o segundo correspondia ao curso técnico industrial com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria.

Na estrutura prevista pela reforma Capanema, apenas o ensino secundário possibilitava o acesso a qualquer carreira do ensino superior. O Ensino Médio tinha duração de sete anos, era dividido verticalmente nos ciclos ginásial, de quatro anos, e colegial, de três anos. O colegial era dividido nos ramos secundário, normal e técnico (este dividido em industrial, agrícola e comercial). Nesta estrutura, apenas o ensino secundário dava acesso a qualquer carreira no ensino superior. Saviani (2006) destaca que os ensinos normal e técnico só davam acesso às carreiras a eles correspondentes. Se um aluno quisesse passar de um ramo para outro do Ensino Médio ele perderia os estudos já feitos. Tal questão foi revista e flexibilizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 prevendo o aproveitamento de estudos e o exame vestibular para ingresso em cursos de nível superior. Tal

distinção apresentada demonstra a visão política e preconceituosa de que o ensino técnico não habilitaria o estudante para ingressar em uma carreira acadêmica.

Ainda em 1942, vale destacar o Decreto nº 4.048 que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) dirigido pela Confederação Nacional da Indústria e criado com a finalidade de organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários; o Decreto nº 4.073 referente a Lei Orgânica do Ensino Industrial que estabelecia as bases da organização e de regime do ensino industrial; o Decreto nº 4.127 que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial e transformava também os Liceus (antigas Escolas de Aprendizes e Artífices) em Escolas Industriais e Técnicas; e o Decreto nº 4.244 que criava a Lei Orgânica do Ensino Secundário e estabelecia cursos e ciclos de formação.

Como se vê, até aí, a regulamentação do ensino ia sendo feita conforme as urgências definidas pelos grupos que assumiam o controle político no país. Assim, enquanto Francisco Campos se concentrou no ensino superior, secundário e comercial, Capanema, nas leis orgânicas, começou pelo ensino industrial, depois o secundário atingindo, na sequência, os ensinos comercial, normal, primário e agrícola. Embora por esse caminho praticamente todo o arcabouço da educação tenha sido afetado, prevalecia ainda o mecanismo de se recorrer a reformas parciais, fazendo falta um plano de conjunto que permitisse uma ordenação unificada da educação nacional em seu todo, tal como preconizara o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (SAVIANI et al., 2006, p.38)

Fica evidente que durante boa parte da história política do Brasil, não houve consenso sobre as orientações e bases que deveriam reger a educação. O que se tentava fazer eram ajustes por meio de reformas e decretos e assim a educação passava por diversas mudanças, mas nenhuma realmente efetiva ou com uma proposta de longa duração.

2.3 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional: a revisão da educação no país

A exigência proposta pelo Manifesto e destacada por Saviani (2006) foi manifestada na Constituição de 1946, que definia como privativa da União a competência para fixar as diretrizes e bases da educação nacional. Para cumprir tal determinação, o ministro da Educação na época, Clemente Mariani, propôs o trabalho de uma comissão formada por educadores de diferentes tendências. Então foi elaborado um documento que após longa e tumultuada tramitação resultou na nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1961.

Em 1º de abril de 1964, após a retirada do presidente democraticamente eleito João Goulart, foi instaurado o Regime Militar. A legislação educacional promulgada neste período

previa uma estrutura de governo mais centralizada nas mãos do governo. Anos mais tarde é promulgada a nova Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que torna de maneira compulsória todo currículo de segundo grau em técnico profissional.

A nova situação instaurada com o golpe militar exigia adequações que implicavam mudanças na legislação educacional. Mas o governo não considerou necessário modificá-la totalmente mediante a aprovação de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. Isso, porque dado que o golpe visava a garantir a continuidade da ordem socioeconômica que havia sido considerada ameaçada no quadro político presidido por João Goulart, as diretrizes gerais da educação. Em vigor, não precisavam ser alteradas. Bastava ajustar a organização do ensino à nova situação. (SAVIANI et al., 2006, p.41)

O Regime Militar durou 21 anos e foi encerrado em 1985. Com isso movimentos políticos da época julgaram necessária a revisão da legislação. Em 5 de outubro de 1988 foi então promulgada a nova e atual constituição do Brasil que instituiu a educação e o trabalho como direitos sociais. Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

A Carta Magna também determinou o dever do Estado e da família, enquanto responsáveis primeiros pela educação. No Título VIII - Da Ordem social, Capítulo III - Da educação, da Ciência e do Desporto, a Seção I - Da Educação, declarava: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Com a publicação da Constituição de 1988 movimentos políticos julgavam a LDB obsoleta e então iniciou-se novamente um processo para a discussão de uma nova LDB. Apenas em dezembro de 1996, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, considerada como a segunda LDB, que deu novo tratamento a questão da Educação Profissional.

Pacheco (2012) faz uma crítica sobre como a Educação Profissional é inserida no contexto da LDB, nº 9.394, o autor destaca que com a nova lei a educação se encontra estruturada em dois níveis (educação básica e superior) e que a Educação Profissional não se encontra presente em nenhum deles. Para ele a lei torna explícita a concepção dual em que a Educação Profissional é posta fora da estrutura regular de ensino. O autor ressalta o Ensino Médio ao destacar o estabelecido na Seção IV do Capítulo II da lei que estabelece que o “Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”, no entanto, no artigo 40, Capítulo III, outra orientação é apresentada ao

destacar “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

Esses dois pequenos trechos da lei são emblemáticos no sentido de explicitar o seu caráter minimalista e ambíguo. Esses dispositivos legais evidenciam que quaisquer possibilidades de articulação entre o ensino médio e a educação profissional podem ser realizadas, assim como a completa desarticulação entre eles. (PACHECO, 2012, p.20)

Os trechos destacados, segundo o autor, tinham uma redação interessada em promover a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Tal proposta era objeto de um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, o PL¹⁴ 1.603, que tramitava no congresso, antes da aprovação e promulgação da própria LDB. O conteúdo do documento entre outros aspectos separava obrigatoriamente o Ensino Médio da Educação Profissional. O projeto encontrou resistência política por parte da comunidade acadêmica e de instituições públicas federais e estaduais.

Em função dessa resistência e da iminência da aprovação da própria LDB no Congresso Nacional, diminuiu a pressão governamental com relação ao trâmite do PL 1.603/96, uma vez que a redação dos artigos 36 – ensino médio – e 39 a 42 – educação profissional – possibilitava a regulamentação na linha desejada pelo Governo Federal. Mediante decreto do presidente da República, esta se materializou em abril de 1997, poucos meses após a promulgação da LDB, ocorrida em dezembro de 1996.[...] Dessa forma, o conteúdo do PL 1.603/96 foi praticamente todo contemplado no Decreto 2.208/97. Com isso, foi alcançado o intuito de separar o ensino médio da educação profissional sem que se tornasse necessário enfrentar o desgaste de tramitar um projeto de lei com relação ao qual havia ampla resistência. (PACHECO, 2012, p.21)

Manfredi (2002) ressalta que as novas demandas e necessidades geradas pelo padrão capitalista tencionaram velhas estruturas e fizeram emergir, a partir da segunda metade dos anos 90, os debates para a reconstrução do Ensino Médio e Profissional. O Decreto nº 2.208 de 1997, assinado pelo presidente na época, Fernando Henrique Cardoso serviu de base para mudanças significativas na organização da Educação Profissional.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante. Do ponto de vista formal, significa que todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional terão de ajustar-se às novas diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação em vigor. Por conta disso, desde o final da década de 90, vem-se gestando uma nova institucionalidade no campo da Educação Profissional no Brasil. [...] A reforma do ensino médio e profissional implantada nas duas últimas gestões do governo FHC é fruto de um processo histórico de disputas político-ideológicas empreendidas no âmbito da sociedade brasileira. (MANFREDI, 2002, p.113-114)

¹⁴ PL - Projeto de Lei - Um projeto de lei é um tipo de proposta normativa submetida à deliberação de um órgão legislativo, com o objetivo de produzir uma lei. Normalmente, um projeto de lei depende ainda da aprovação ou veto pelo Poder Executivo antes de entrar em vigor.

Dentro deste contexto de disputas políticas e ideológicas Pacheco (2012) destaca que outras medidas foram adotadas pelo governo na tentativa de impor a separação entre Ensino Médio e Ensino Profissional. A Portaria nº 646/1997 de Ministério da Educação – MEC destacava que as instituições federais ficariam autorizadas a manter o Ensino Médio, com matrícula independente da Educação Profissional, desta forma impedindo a criação de novas vagas no Ensino Médio Integrado. Além disso, o documento previa a redução de vagas.

Nessa mesma direção, a Portaria 646/97 determinou que a partir de 1998 a oferta de vagas de cada instituição federal no ensino médio corresponderia a, no máximo, 50% das vagas oferecidas nos cursos técnicos de nível médio no ano de 1997, os quais conjugavam ensino médio e educação profissional. Desse modo, na prática, essa simples Portaria determinou a redução da oferta de ensino médio no país – algo flagrantemente inconstitucional, mas que teve plena vigência até 1º de outubro de 2003, quando foi publicada no Diário Oficial da União a sua revogação por meio da Portaria 2.736/03. (PACHECO, 2012, p.22)

Para Manfredi (2002) algumas dessas medidas têm relação com uma perspectiva de redução de custos para o Estado. O desmembramento dos dois tipos de ensino recriaria a necessidade de redes de ensino com base e premissas separadas um para continuidade dos estudos em nível universitário, e outro voltado para a lógica de inserção no mercado de trabalho.

O que mais a iniciativa de restabelecimento da dualidade de redes e currículos oculta, quando as pesquisas e reivindicações feitas pelas entidades da sociedade civil acerca das novas demandas de qualificação e profissionalização, em sua grande maioria, reforçam a tendência para a incorporação de uma sólida formação escolar básica, de nível médio, como condição necessária para a adequada formação técnico-científica e profissional?

Uma possível resposta para essa indagação tem que ver com a perspectiva de redução de custos. O custo do aluno do ensino profissionalizante é muito mais alto do que o custo do ensino médio regular. Assim, a separação das redes de ensino permite, por um lado, que a democratização do acesso seja feita mediante um ensino regular de natureza generalista, o qual é bem menos custoso para o Estado do que um ensino médio de caráter profissionalizante, e, por outro, enseja a possibilidade de construção de parcerias com a iniciativa privada para a manutenção e a ampliação da rede de educação profissionalizante. (MANFREDI, 2002, p.134-135)

Pacheco (2012) complementa sua crítica ao ressaltar que tais mudanças no direcionamento da legislação educacional da época proporcionaram efeitos graves sobre a educação brasileira em todos os níveis. Essa trajetória de contestações e reformulações da legislação ligada ao Ensino Médio e profissional foi retomada anos mais tarde durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2004, foi publicado o Decreto nº 5.154/2004 que revogava o decreto de 1997, e trazia de volta a possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de nível médio. Segundo Pacheco (2012),

durante o primeiro mandato do presidente Lula as discussões acerca do Decreto 2.208/1997 foram retomadas com maior intensidade, principalmente no que era referente à separação obrigatória entre Ensino Médio e a Educação Profissional. Tais discussões foram mobilizadas por sindicatos e pesquisadores da área ‘trabalho e educação’.

Foi a partir dessa convergência mínima entre os principais envolvidos nessa discussão que se edificaram as bases que deram origem ao Decreto 5.154/04 e, posteriormente, permitiram a incorporação de seu conteúdo à LDB pela Lei 11.741/08. Além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção. (PACHECO, 2012, p.28)

Brandão (2008) traça um paralelo sobre as mudanças desencadeadas pelos decretos. Para ele as mudanças não atenderam as expectativas da sociedade na época, pois o esperado por muitos era de que a reintegração desses níveis de ensino fosse obrigatória.

Já no caso da Educação Profissional, pudemos constatar que houve uma “quase mudança”, ou seja, o Decreto 2.208/97, que instituiu a separação obrigatória entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional (governo FHC), foi substituído pelo Decreto 5.154/04 (governo Lula), que propôs a reintegração facultativa entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional. Dizemos que foi uma “quase mudança” porque a expectativa de boa parte dos educadores que apoiaram o candidato Lula, era de que, entendendo como extremamente maléfica (em termos conceituais e pedagógicos) a separação obrigatória entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula optasse pela reintegração obrigatória desses níveis de ensino. Porém, independentemente das disputas de poder no interior do governo Lula, como alguns autores alegam, mais uma expectativa foi frustrada. [...] Feitas estas constatações, que os exemplos apenas ilustram e que menos distinguem e mais aproximam, em termos de política educacional, o governo Lula do governo FHC, podemos afirmar que poucos avançamos, em termos de desenvolvimento educacional, nas duas últimas décadas, fazendo com que tenhamos que permanecer por mais alguns anos como a “nação do futuro”, por que não prioriza efetivamente a educação oferecida no presente à sua população. (BRANDÃO, 2008, p.193)

Por meio dos dados referentes a legislação educacional, em especial ao que se refere ao Ensino Médio Integrado, buscamos apresentar as diversas influências que foram determinantes em mudanças nessa modalidade de ensino. Através da visão de diversos pesquisadores foi evidenciado como posições políticas opostas influenciaram nessa modalidade de ensino e como o Ensino Médio Integrado foi e ainda é tema de discussão. Ressaltamos aqui a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e sancionada no governo de Michel Temer. A lei que prevê uma série de novas diretrizes para a reformulação do Ensino

Médio ainda está em andamento e como o foco de nosso trabalho e público pesquisado não ‘sofrerá’ as consequências dessa alteração não iremos abordar aqui dados desta nova proposta.

No próximo capítulo iremos apresentar uma breve trajetória histórica sobre a Rede Federal, os Institutos Federais, IFTM – Uberaba, a Lei n.º 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os dados coletados sobre o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

CAPÍTULO III – O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFTM COMO POLÍTICA PÚBLICA

Neste capítulo, antes de apresentar os resultados dos dados coletados em nossa pesquisa iremos apresentar um breve resumo sobre a trajetória histórica que levou a criação dos Institutos Federais e alguns aspectos sobre a organização do Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico que abriga o curso que é a fonte de nossa pesquisa. Ao longo do capítulo iremos apresentar e debater os resultados coletados sobre a trajetória acadêmica e profissional dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática no mercado de trabalho e no mundo acadêmico.

3.1 – Criação da Rede Federal: um breve histórico

Os movimentos sociais e sindicatos ganhavam força na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Em 23 de setembro de 1909, na tentativa de responder a alguns dos apelos desses grupos, foram criadas as *Escolas de Aprendizizes Artífices*, as quais tinham como objetivo prover a classe operária de meios que garantissem a sua sobrevivência.

Em 1909, o Brasil passava por um surto de industrialização, quando as greves de operários foram não só numerosas, como articuladas, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas. Neste contexto, o Ensino Profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a “inoculação de ideias exóticas” no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado. (CUNHA, 2000, p. 6)

Nota-se que, desde sua origem, essas instituições têm atribuídas a função de instrumento do governo no enfrentamento de desafios surgidos ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país. Após a criação das Escolas de Aprendizizes, o país passou por uma mudança econômica, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial. As escolas públicas profissionalizantes passaram a atender à demanda do novo modelo de desenvolvimento e com isso ficaram cada vez mais vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico.

Em 1909, já presidente da República, Nilo Peçanha baixou o decreto 7.566, de 23 de setembro, criando 19 escolas de aprendizes e artífices, situadas uma em cada estado. Essas escolas formavam, desde sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação específica que as distinguiam das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedades laicas), por governos estaduais, e diferenciavam-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios, currículos e metodologia didática próprios; alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar. (CUNHA, 2000, p. 6)

É importante destacar e ressaltar que apesar do Estado começar a perceber a necessidade de investir em educação e qualificação para a sociedade fica evidente a visão dualista sobre a educação. O ensino para as camadas mais abastadas é voltado para a inserção no mundo acadêmico, já o Ensino Profissional ‘Técnico’ nas escolas de aprendizes é voltado para as camadas mais pobres da sociedade, tal decisão criou um estigma para essa modalidade de ensino que persiste na atualidade.

Em 1942, por meio do Decreto nº 4.127, os Liceus (antigas Escolas de Aprendizes e Artífices) são transformados em Escolas Industriais e Técnicas. Com isso, as instituições passam a oferecer formação profissional em nível secundário. Então é iniciada a vinculação do ensino profissionalizante industrial com a estrutura de ensino do país. A indústria automobilística se desenvolve no país e, em 1959, por meio da Lei nº 3.552, inicia-se o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. Com isso, as instituições ganharam certa autonomia em termos didáticos e de gestão. As escolas passaram a se chamar então de *Escolas Técnicas Federais*. Com essa mudança, a formação de técnicos, ou seja, de mão de obra indispensável para o crescimento econômico do país é intensificada. O fortalecimento dos sindicatos e grupos trabalhistas contribuiu para que houvessem investimentos em Educação Profissional, no entanto tais investimentos estavam também ligados aos interesses das grandes indústrias que necessitavam de mão de obra ‘capacitada’ para lidar com os novos processos de trabalho. Percebe-se que as políticas públicas evoluíram seguindo uma tendência do mercado e não apenas as necessidades do povo.

A estrutura produtiva do país se moderniza cada vez mais e, em 1971, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, que contém programas particularmente voltados para a implantação de cursos técnicos em algumas áreas específicas. Entre 1975 e 1979, o II PND marca mudanças na política de Educação Profissional no país.

Em 1971, a Reforma de 1º e 2º grau (Lei nº 5.692) da Lei Federal torna todo currículo do segundo grau em técnico-profissional compulsoriamente. Tal mudança implica na demanda urgente pela formação de técnicos no país. Em 1978, por meio da Lei nº 6.545, algumas Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica aumentando a atribuição de atuação em nível de formação. Percebe-se que ao longo dos anos as instituições que deram origem a Rede Federal têm seu papel ampliado no que diz respeito a oferta de qualificação profissional. Apesar das diferentes posições e movimentos políticos pelos quais o país passou todos mantiveram a proposta destas instituições e tentaram adaptar sua proposta a linha de atuação política do momento.

A partir dos anos de 1980, com o processo de globalização, os Centros de Educação Federal tem-se a necessidade de mudar a grade curricular. E em 1994, a Lei Federal nº 8.948 institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Com isso, as escolas técnicas federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) abrindo espaço para a integração das escolas federais agrotécnicas ao processo.

Em 1996, é sancionada a Lei nº 9.394. A nova LDB é implantada e impede o movimento de redirecionamento da Educação Profissional, até então em curso no país. Somente em 2003, novas medidas para a Educação Profissional e Tecnológica são adotadas e as restrições para a organização curricular e pedagógica de cursos técnicos no país são eliminadas.

Durante a década de 1990, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais tornam-se Cefets, formando a base do sistema nacional de educação tecnológica, instituído em 1994. Em 1998, o governo federal proíbe a construção de novas escolas federais. Ao mesmo tempo, uma série de atos normativos direciona essas instituições para a oferta redominante de cursos superiores e, contraditoriamente, ensino médio regular, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada. [...] Após sete anos de embate, em 2004 inicia-se a reorientação das políticas federais para a educação profissional e tecnológica, primeiro com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio seguida, em 2005, da alteração na lei que vedava a expansão da rede federal. (PACHECO 2011, p.48-49)

Conforme mencionado anteriormente, as alterações na legislação e a visão política do período colocou em jogo o andamento das ações desenvolvidas por estas instituições. O desenvolvimento e ampliação da Rede presenciado até os anos 1990 foi cessado por manobras políticas. Somente com a troca de governo, após 2004 que voltou-se a pensar novamente na ampliação da Rede Federal e no alinhamento das leis que orientam suas instituições na ordenação de uma política pública de qualificação. As instituições ganharam autonomia para a implantação e criação de cursos técnicos em todos os níveis de Educação Profissional e Tecnológica e posteriormente cursos em nível de graduação. Então, em 2008, foi sancionada a Lei n.º 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que têm, entre suas finalidades e características, os seguintes itens que devem ser ressaltados:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão [...]. (BRASIL, 2008)

Como destacado acima, as características e ações desenvolvidas pelos Institutos Federais estão diretamente relacionadas ao mercado de trabalho e à oferta de formação profissional. Porém, outro ponto importante que deve ser destacado na lei, que cria os Institutos Federais, consiste na Educação Profissional Técnica de nível médio na forma de cursos integrados.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior; Art. 8º no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º. (BRASIL, 2008)

De acordo com Pacheco (2011), o foco dos Institutos Federais é “a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias”. Para o autor essas instituições devem responder às demandas por formação profissional, dando suporte ao arranjo produtivo, mas a visão de formação profissional deve ser compreendida de forma mais ampla:

O objetivo primeiro dos Institutos Federais é a profissionalização e, por essa razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Essa compreensão é válida para qualquer atividade de ensino, extensão ou pesquisa. O que está posto para os Institutos Federais é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho. (PACHECO 2011, p.65)

Para Pacheco (2011) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das

políticas de Educação Profissional e Tecnológica do governo federal. São a “base de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa”. De acordo com o autor, a proposta dos Institutos Federais é de agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho e derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura. Tal proposta significa um importante passo para o país principalmente ao tratar a formação profissional como parte de uma política pública que busca transformar o país em produtor de ciência em tecnologia nos diversos níveis.

As políticas públicas e inclusivas para a educação, em especial, para a educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia. (PACHECO 2011, p.30)

A criação dos institutos por meio da Rede Federal foi um importante passo em relação as políticas públicas de qualificação e formação para o mercado de trabalho, no entanto o histórico brasileiro em relação as leis e propostas para formação demonstram a descontinuidade das ações. As políticas seguem a lógica do mercado, e a força dos movimentos políticos e não há continuidade nas propostas.

Atualmente a Rede Federal e seus Institutos estão espalhados por todo o território nacional. Os cursos ofertados nos diversos níveis (médio, superior e pós-graduação) e modalidades (técnico, tecnológico, graduação, especialização) estão em pleno desenvolvimento. No entanto, não há um acompanhamento sobre os resultados dessa oferta tão diversificada de cursos. A proposta de promover a inserção do público destas instituições no mercado de trabalho prevista na lei precisa ter sua efetivação acompanhada. Destacado este questionamento voltamos nossa atenção ao levantamento realizado com os egressos do Curso de Suporte e Manutenção em Informática do Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. Os dados demonstram uma realidade local e servem para demonstrar os resultados da Instituição como política pública de qualificação profissional.

3.2 - IFTM - Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico: breve contextualização

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia. Posteriormente foram criados outros Campus ligados ao IFTM entre eles o Campus Avançado Uberaba – Parque Tecnológico, criado pela Resolução nº 58 de 26 de setembro de 2014, em área doada pela Prefeitura Municipal de

Uberaba, sob a forma do termo de contrato de cessão de uso de área pública. Atualmente o Campus é dividido em duas unidades são elas:

- Unidade I, situada à Avenida Doutor Florestan Fernandes, nº 131, no Bairro Univerdecidade.
- Unidade II, situada Av. Edilson Lamartine Mendes, nº 300, no Bairro: Parque das Américas.

O Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio foi ofertado pela primeira vez em 2011. De acordo com o projeto pedagógico do curso (2010) anualmente eram ofertadas 60 vagas. O documento mais atual (2015) dispõe a oferta de 40 vagas anuais.

O documento destaca que a criação do Campus surgiu com o crescimento de todos os setores da economia da região e da necessidade de uma ação efetiva para o desenvolvimento de ações para responder às demandas emergentes do Estado, além de contribuir para a qualidade dos serviços oferecidos em nossa região. O curso é listado dentro do eixo tecnológico “Informação e Comunicação” e ofertado no período diurno. O estágio é obrigatório e o período de integralização mínimo é de três anos e o máximo de seis anos. Com base no breve histórico apresentado iremos agora destacar os dados levantados em nossa pesquisa.

Como o período mínimo de integralização é de três anos optamos por aplicar o questionário para fazer um levantamento sobre a trajetória dos egressos a partir do ano de 2013, ano de formação da primeira turma. A proposta foi verificar a trajetória profissional e acadêmica dos ex-alunos e assim constatar as contribuições feitas pelo curso e pelo IFTM como política pública de formação.

3.3 – Busca pelos egressos do Curso de Suporte e Manutenção em Informática

O questionário da pesquisa foi aplicado a todos os alunos que concluíram o Curso de Suporte e Manutenção em Informática do Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico no período entre 2013 a 2015. Os contatos dos alunos foram disponibilizados pela coordenação do curso após consulta ao sistema da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico, responsável pelas matrículas do IFTM. Como os egressos na época da conclusão do curso eram menores de idade, os registros da Instituição contavam com e-mail e telefone dos pais ou responsáveis pelos alunos. Tal situação exigiu que se fosse repensada a forma de aplicação do questionário que inicialmente seria apenas enviado por e-mail.

Após uma tentativa inicial e baixo índice de respostas recebidas, detectamos a necessidade de fazer uma varredura na lista de contatos disponibilizada pela coordenação para atualizar os dados. Optamos então por entrar em contato por telefone com os responsáveis pelos alunos para atualizar a lista de e-mail e reforçar sobre a importância da participação na pesquisa. Ressaltamos que tal contato foi feito apenas com os egressos que não haviam respondido ao questionário. Após atualizar a lista de contatos (e-mail), enviamos novamente o questionário para ser respondido pelo grupo, desta vez com a certeza de que o endereço havia recebido a mensagem. Apesar da melhora no índice de respostas, traçamos uma nova estratégia para tentar alcançar um índice maior de respostas. Com a lista de e-mails atualizada foi possível localizar parte dos egressos via redes sociais (Facebook). Por meio das redes sociais, enviamos o link da pesquisa para os egressos e conseguimos encontrar na rede de contatos deles os ex-alunos que ainda não haviam respondido ao questionário. Fizemos a terceira e última tentativa na qual consideramos que atingimos uma boa margem de respostas. Reforçamos aqui que não foi feita uma quarta tentativa, pois após todas as etapas e estratégias adotadas, era evidente que os egressos haviam recebido o questionário e aqueles que não responderam não tinham interesse em colaborar.

De acordo com a lista disponibilizada entre 2013 a 2015, 159 alunos concluíram o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio no Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. O grupo foi dividido da seguinte forma:

- 2013 - 51 egressos
- 2014 – 52 egressos
- 2015 – 56 egressos

Do total de entrevistas tivemos 73 respostas, um percentual geral de 46%. Em cada grupo tivemos uma taxa diferente de resposta. O grupo de egressos de 2013 contou com 20 respostas, sendo 10 homens e 10 mulheres, um percentual de 39% de respostas recebidas. O grupo de 2014 contou com 26 respostas, 14 homens e 12 mulheres, um percentual de 50% de respostas recebidas. Já o grupo de 2015 contou com 27 respostas, 14 homens e 13 mulheres, um percentual de 48% de respostas recebidas. Destacamos aqui a percepção da evolução das taxas de resposta de acordo com o ano de conclusão do curso. Os egressos de 2013 tiveram uma participação menor na resposta do questionário. Já a progressão da taxa percentual de respostas recebidas pelo grupo de 2014 e 2015 mostra uma participação maior dos recém-formados. Tal fato nos leva a crer que a aplicação deste tipo de questionário em futuras propostas seria mais efetiva com os grupos que acabaram de se formar.

Quanto à aplicação, o questionário foi enviado a todos os egressos da lista disponibilizada. Os alunos responderam ao questionário apenas após concordarem com a participação e confirmar compreender o termo de consentimento livre e esclarecido. No formulário em sua parte inicial foram colhidas informações sobre os nomes e ano de conclusão do curso apenas para conferência com a lista disponibilizada pela instituição.

O questionário contou com questões fechadas, algumas de resposta única e outras com a opção de marcar mais de uma opção. Foram utilizadas perguntas no formato de grade, que permitiram ao entrevistado responder mais de um item em uma única pergunta e também a escala de *Likert* em questões opinativas para mostrar a intensidade de concordância ou discordância com alguns aspectos apresentados. Na primeira seção do questionário, aberta para todos os entrevistados, foram disponibilizadas questões para saber o histórico do ensino básico dos alunos (onde tiveram a formação básica – rede pública, estadual, federal ou mais de uma das opções mencionadas) e o motivo que os levou a ingressar no IFTM.

Na segunda seção do questionário, também aberta a todos os entrevistados, foram abordadas questões referentes à escolaridade e empregabilidade. O objetivo era verificar a trajetória acadêmica e profissional dos egressos. Em relação à trajetória acadêmica foram listadas diversas opções de cursos para verificar a continuidade dos estudos, foram listados cursos técnicos, tecnológicos, e de graduação. As opções divergiam se o curso era na área do curso ou em outra área de formação, tal aspecto visava verificar se o egresso daria continuidade à busca por qualificação na mesma área ofertada no Ensino Médio Integrado. Com a possibilidade de o aluno não ter dado continuidade aos estudos após a conclusão do Ensino Médio foi inserida uma opção para esta alternativa. Reforçamos aqui que não foi inserida opção focando cursos de pós-graduação, pois os egressos mais antigos são do ano de 2013 e cursos de graduação e tecnólogo têm duração entre três e quatro anos, portanto, não haveria possibilidade da maioria dos egressos terem ingressado nessa modalidade de ensino. Em relação à empregabilidade seguimos o mesmo conceito, separamos entre diversas opções de trabalho (formal, empreendedor e informal) na área de formação do curso ou em outra. O objetivo era verificar quantos egressos foram atuar em área relacionada ao curso integrado.

Com base nas respostas sobre empregabilidade na segunda seção os alunos foram redirecionados e divididos. Aqueles que tinham emprego na área de formação do curso, independente da modalidade, eram direcionados para a seção três sobre rendimentos. Nesta seção, tentamos investigar os ganhos dos alunos que foram trabalhar na área do curso. Como havia possibilidade de alteração no valor do salário mínimo, ao invés de valores, deixamos as opções por escrito. Foram disponibilizadas quatro opções: um salário mínimo, até dois

salários mínimos, dois a três salários mínimos e acima de três salários mínimos. Após responder a esta etapa do questionário, os alunos eram direcionados para a quarta seção, comum a todos os entrevistados.

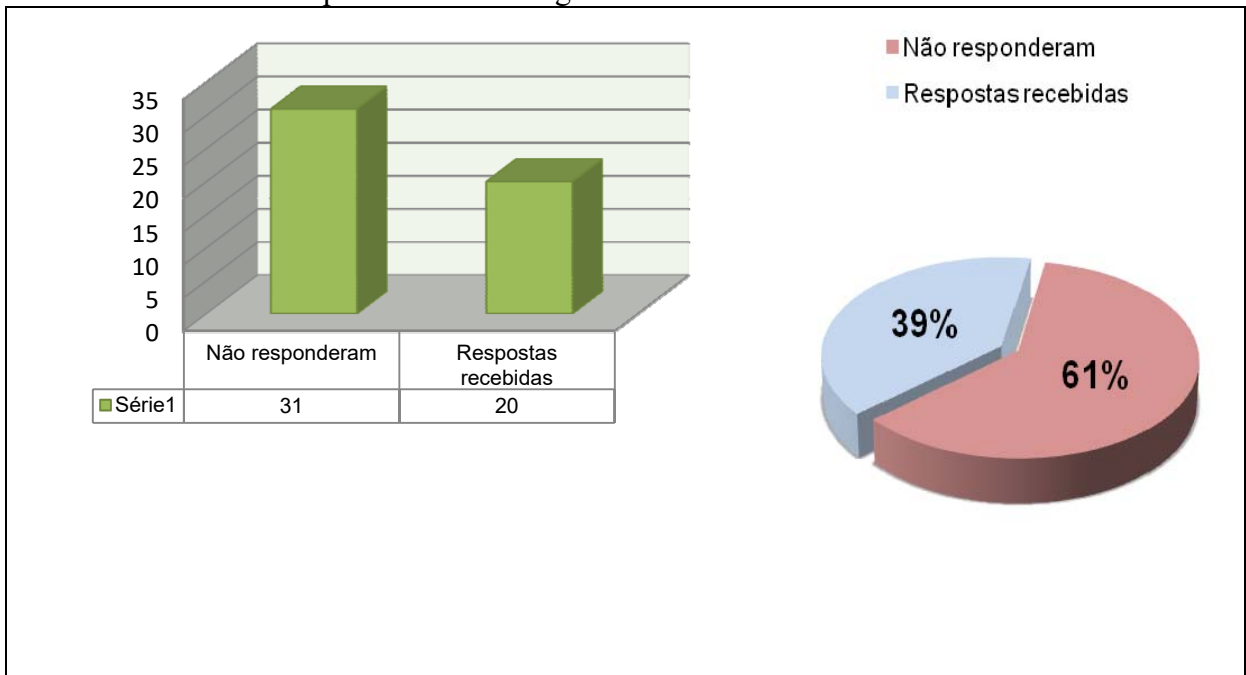
A quarta seção foi dividida em três momentos, um destinado a verificar a opinião dos egressos sobre a proposta formativa do curso (carga horária das disciplinas teóricas e práticas), outro para verificar a opinião dos alunos sobre a preparação dos professores do curso para atender as necessidades de formação que o mercado de trabalho exige, e a final para verificar a opinião dos egressos sobre a influência do estágio na colocação no mercado de trabalho. Para facilitar o entendimento dos dados separamos os gráficos e avaliações coletadas de acordo com o ano de conclusão do curso pelos egressos. Os dados serão apresentados de duas formas:

- Em gráficos de colunas, acompanhados de tabelas de dados com o objetivo de apresentar a proporção e os dados quantitativos.
- Em gráfico de pizza exibindo o percentual referente ao dado apresentado na tabela de dados.

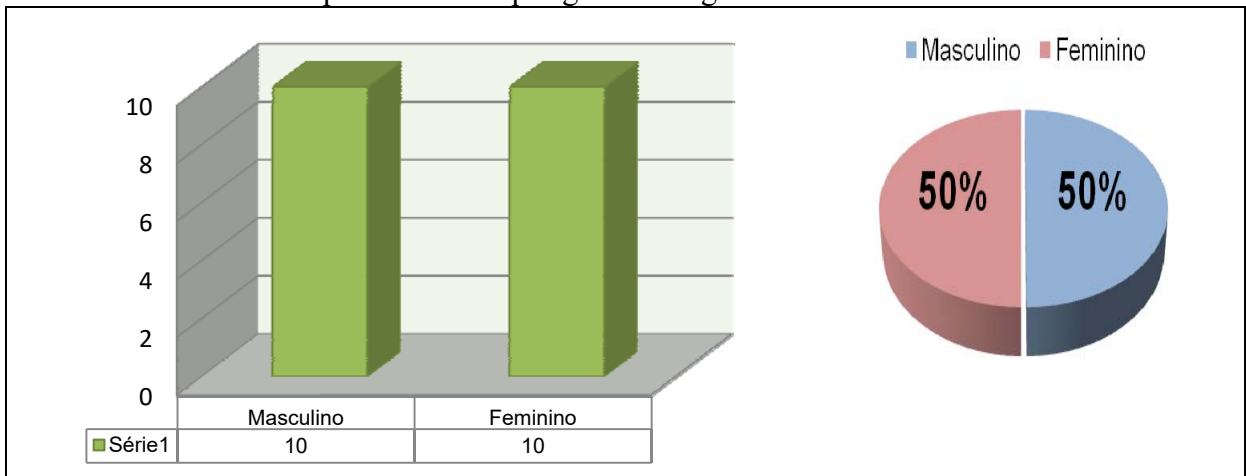
Em nossa apresentação e breve descrição dos dados daremos preferência pela utilização dos dados percentuais pela praticidade e facilidade de interpretação para o leitor. Os gráficos para consulta estarão dispostos e marcados na sequência.

3.4 - Dados 2013

Conforme já destacado anteriormente, o grupo de egressos de 2013 composto por 51 egressos (Gráfico 5) contou com 20 respostas, (Gráfico 6) sendo 10 homens e 10 mulheres, um percentual de 39% de respostas recebidas. Em relação à distribuição das respostas recebidas por gênero, houve equilíbrio na quantidade de homens e mulheres que aceitaram colaborar com a pesquisa. Acreditamos que por se tratar de alunos que já se formaram há mais tempo a proposta do questionário não teve tanta receptividade entre os entrevistados.

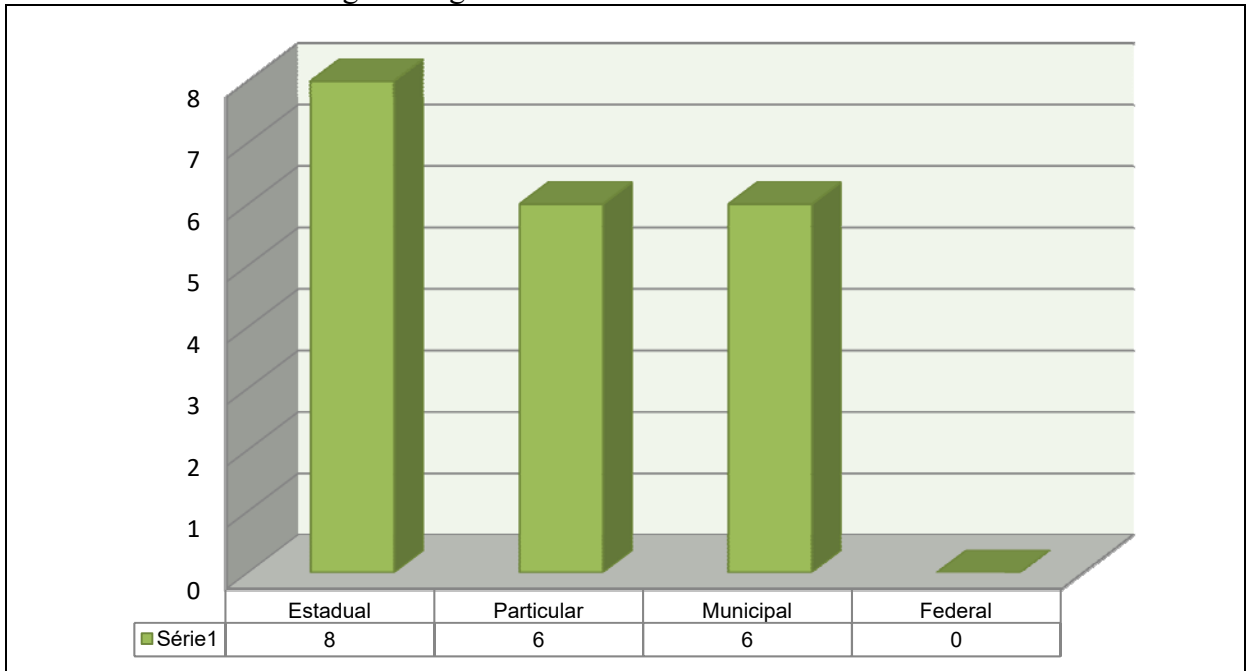
Gráfico 5 - Taxa de respostas obtidas – Egressos 2013

Fonte: Elaboração Própria.

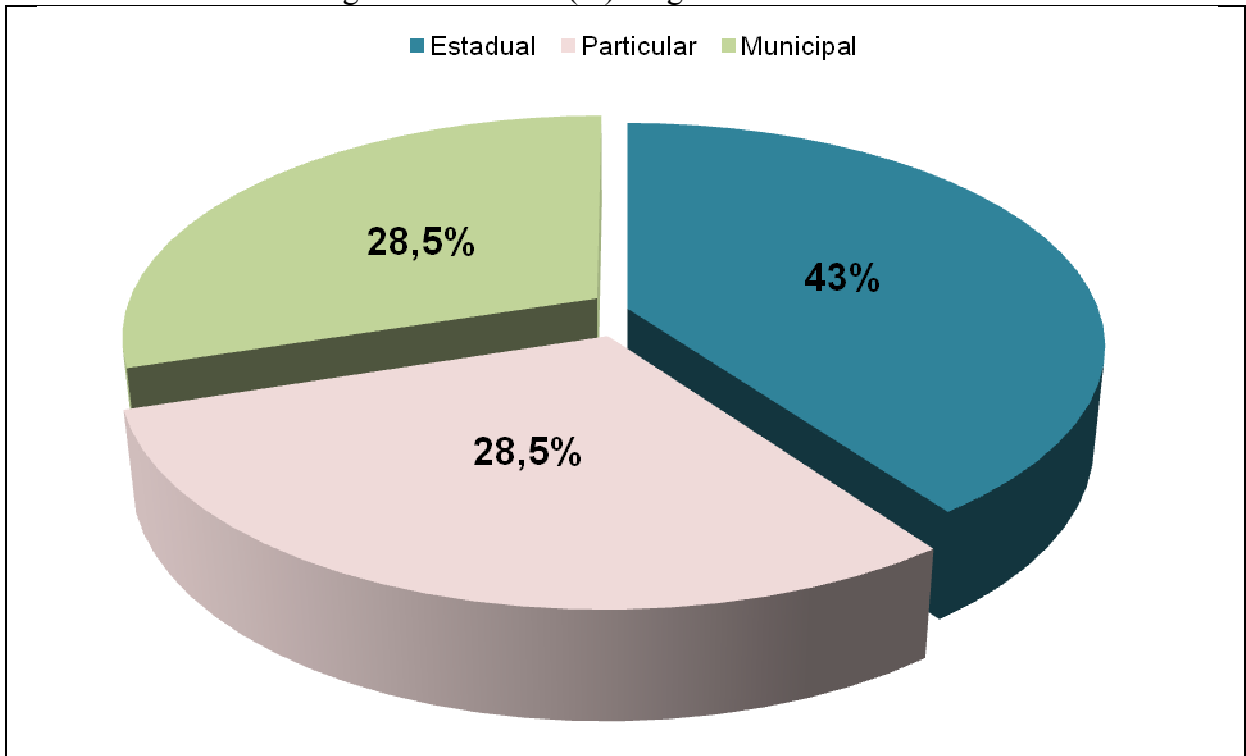
Gráfico 6 - Taxa de respostas obtidas por gênero – Egressos 2013

Fonte: Elaboração Própria.

Na primeira seção do questionário destinada a verificar o histórico e as origens dos alunos no ensino básico (Gráficos 7 e 8), foi detectada prevalência de alunos provenientes da rede estadual de ensino, um percentual de 43%. O restante dos entrevistados teve equilíbrio entre a rede particular (28,5%) e municipal (28,5%). Tais dados demonstram a prevalência de alunos da rede pública de ensino que optaram por dar continuidade aos estudos no Instituto.

Gráfico 7 - Escola de origem – Egressos 2013

Fonte: Elaboração Própria.

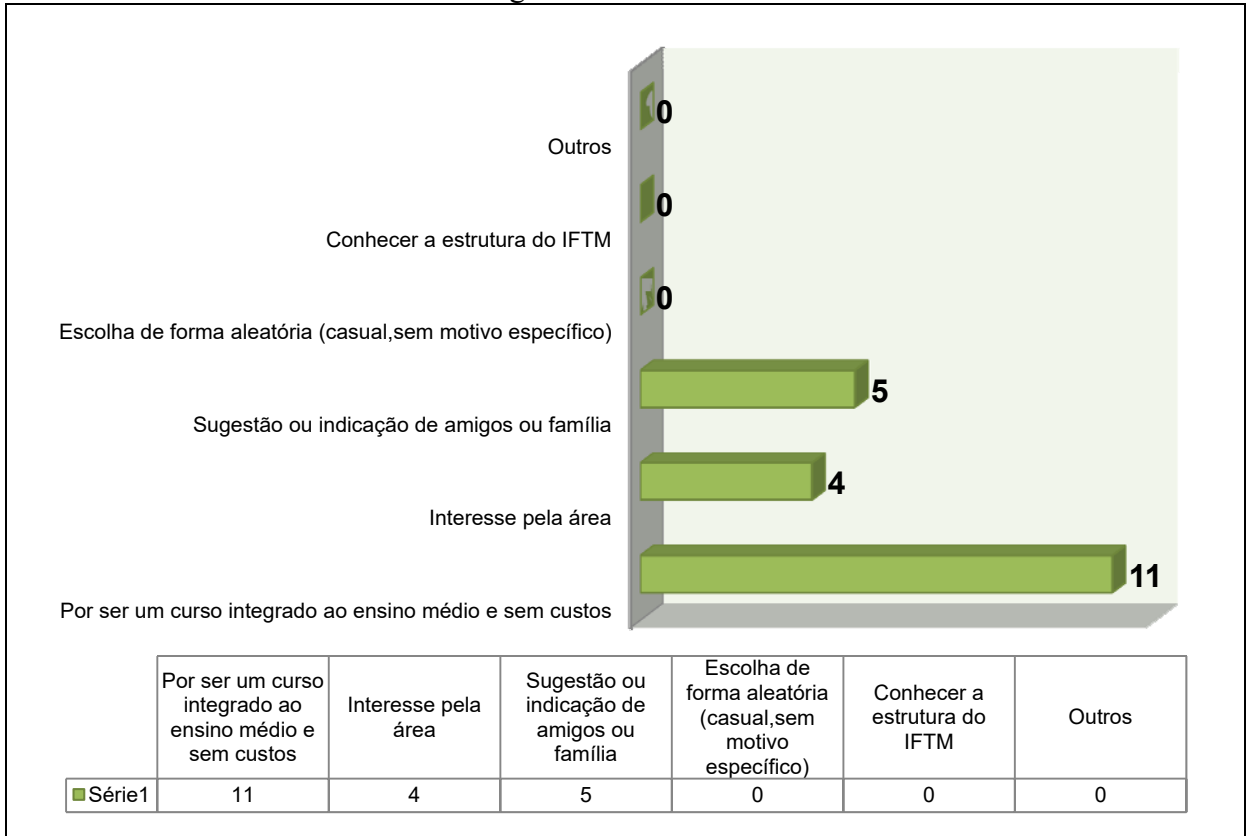
Gráfico 8 - Escola de origem - Percentual (%) – Egressos 2013

Fonte: Elaboração Própria.

Ainda na primeira seção do questionário na parte destinada a verificar os motivos que levaram os egressos a escolher o IFTM para dar continuidade aos estudos (Gráficos 9 e 10), o principal motivo apontado pelos egressos foi por ser um curso integrado ao Ensino Médio e sem custos, um percentual de 55%. Reforçamos aqui um aspecto que foi detectado

posteriormente à aplicação do questionário. Como a opção oferece duas opções não há como separar os que optaram por ter a possibilidade de cursar o Ensino Médio Integrado daqueles que buscaram Ensino Médio sem custos. As outras opções escolhidas pelos entrevistados foram respectivamente, sugestão da família ou amigos (25%) e interesse pela área (20%).

Gráfico 9 - Motivo escolha IFTM – Egressos 2013



Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 10 - Motivo escolha IFTM – Percentual (%) – Egressos 2013

Fonte: Elaboração Própria.

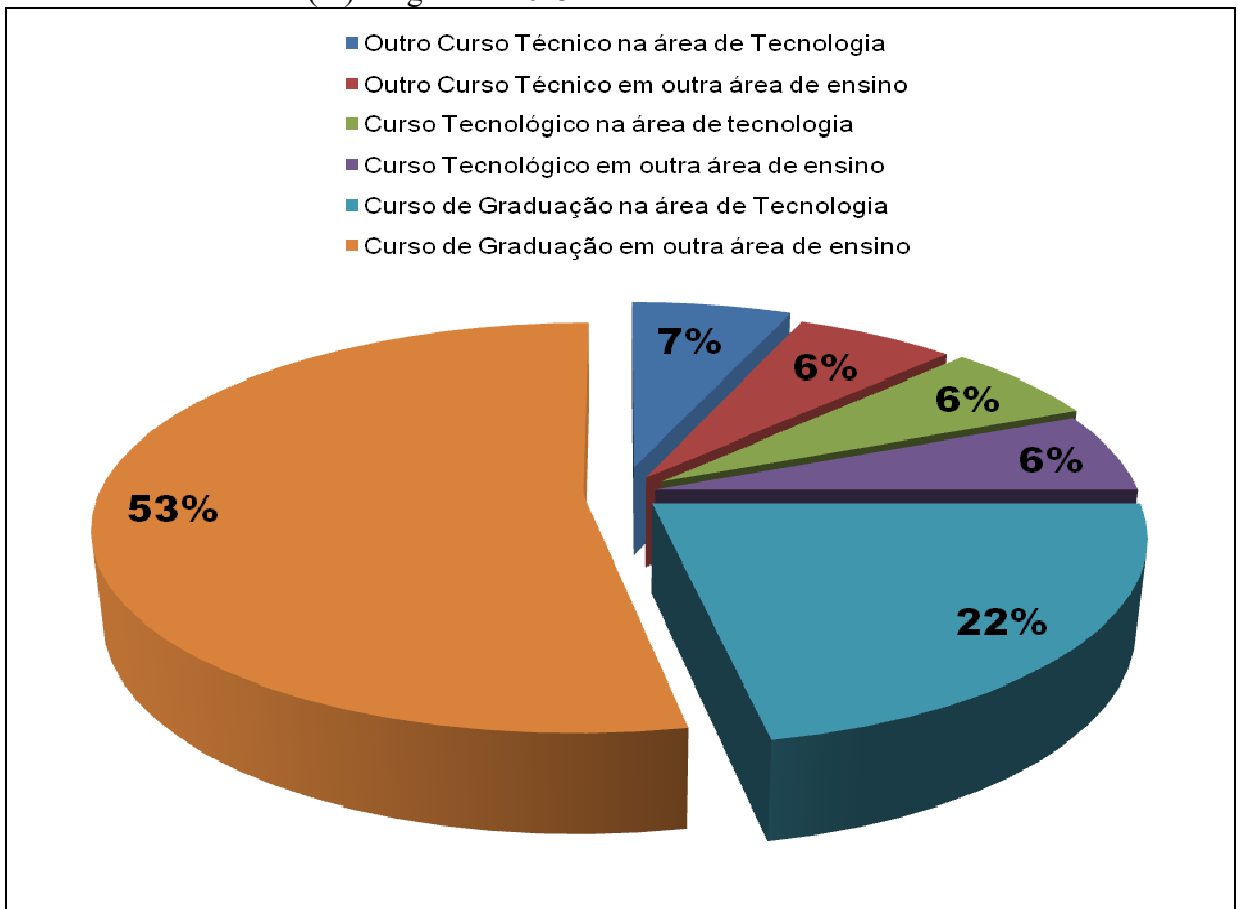
Na segunda seção do questionário, em relação à trajetória acadêmica dos egressos foram listadas diversas opções de cursos para verificar a continuidade dos estudos. Nas respostas foi detectada uma prevalência de egressos que optaram por ingressar em um curso de graduação em outra área não relacionada ao curso, cerca de 53% (Quadro 4 e Gráfico 11). Ressaltamos aqui, que a porcentagem neste caso mostra um apanhado geral e a diz respeito à frequência das respostas, ou seja, apresenta a quantidade de vezes que os egressos marcaram esta opção, lembrando que nesta questão era possível marcar mais de uma alternativa.

Destacado isso, outro ponto interessante foi evidenciado com essa questão. Após a conclusão do curso parte dos egressos (25%) buscou por mais de uma alternativa de formação e segundo as respostas estariam cursando até dois cursos de graduação, um na área de tecnologia e outro em outra área, ou optaram por dar continuidade aos estudos por meio de novos cursos técnicos (Gráfico 12).

Quadro 4 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Egressos 2013

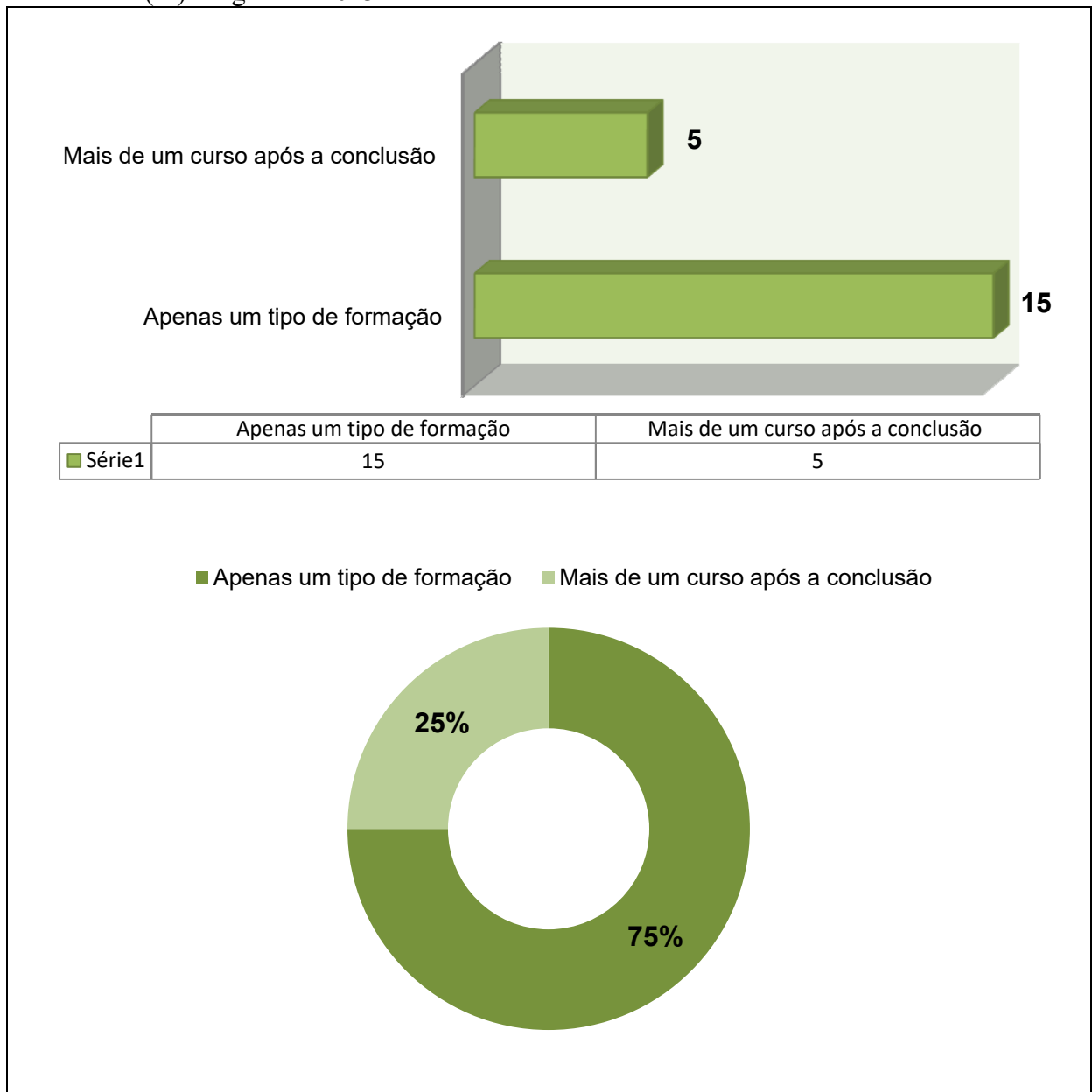
	Técnico na área de Tecnologia	Técnico em outra área	Tecnológico na área de Tecnologia	Tecnológico em outra área	Graduação - Tecnologia	Graduação - outra área	Apenas curso IFTM
1						<input checked="" type="checkbox"/>	
2					<input checked="" type="checkbox"/>		
3						<input checked="" type="checkbox"/>	
4						<input checked="" type="checkbox"/>	
5					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
6						<input checked="" type="checkbox"/>	
7					<input checked="" type="checkbox"/>		
8						<input checked="" type="checkbox"/>	
9						<input checked="" type="checkbox"/>	
10						<input checked="" type="checkbox"/>	
11						<input checked="" type="checkbox"/>	
12					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
13		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	
14						<input checked="" type="checkbox"/>	
15						<input checked="" type="checkbox"/>	
16						<input checked="" type="checkbox"/>	
17	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
18					<input checked="" type="checkbox"/>		
19	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		
20						<input checked="" type="checkbox"/>	

Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 11 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Percentual geral por modalidade de ensino (%) – Egressos 2013

Fonte: Elaboração Própria.

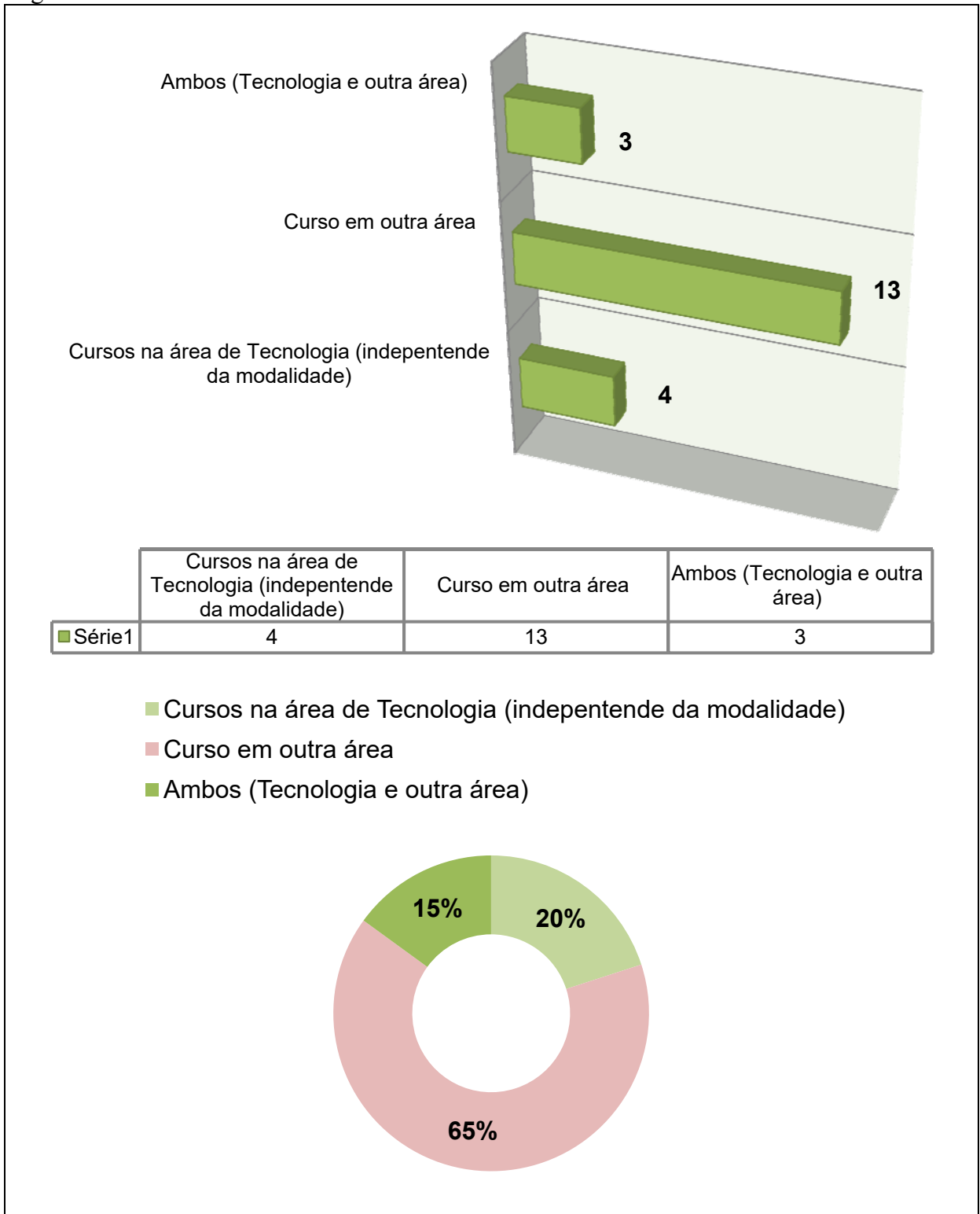
Gráfico 12 - Continuidade dos estudos – Comparação/Quantitativo de cursos - Dados e Percentual (%) – Egressos 2013



Fonte: Elaboração Própria.

Ao analisar caso a caso podemos destacar informações sobre a continuidade dos estudos dos egressos (Gráfico 13). Dos entrevistados, 13, o que representa um percentual de 65%, optaram por seguir os estudos em cursos em outra área não relacionada ao curso no IFTM, 4, o equivalente percentual de 20%, optaram pela continuidade dos estudos em cursos na área de Tecnologia independente da modalidade, e 3, o equivalente a 15%, equilibraram cursos em tecnologia e em outra área.

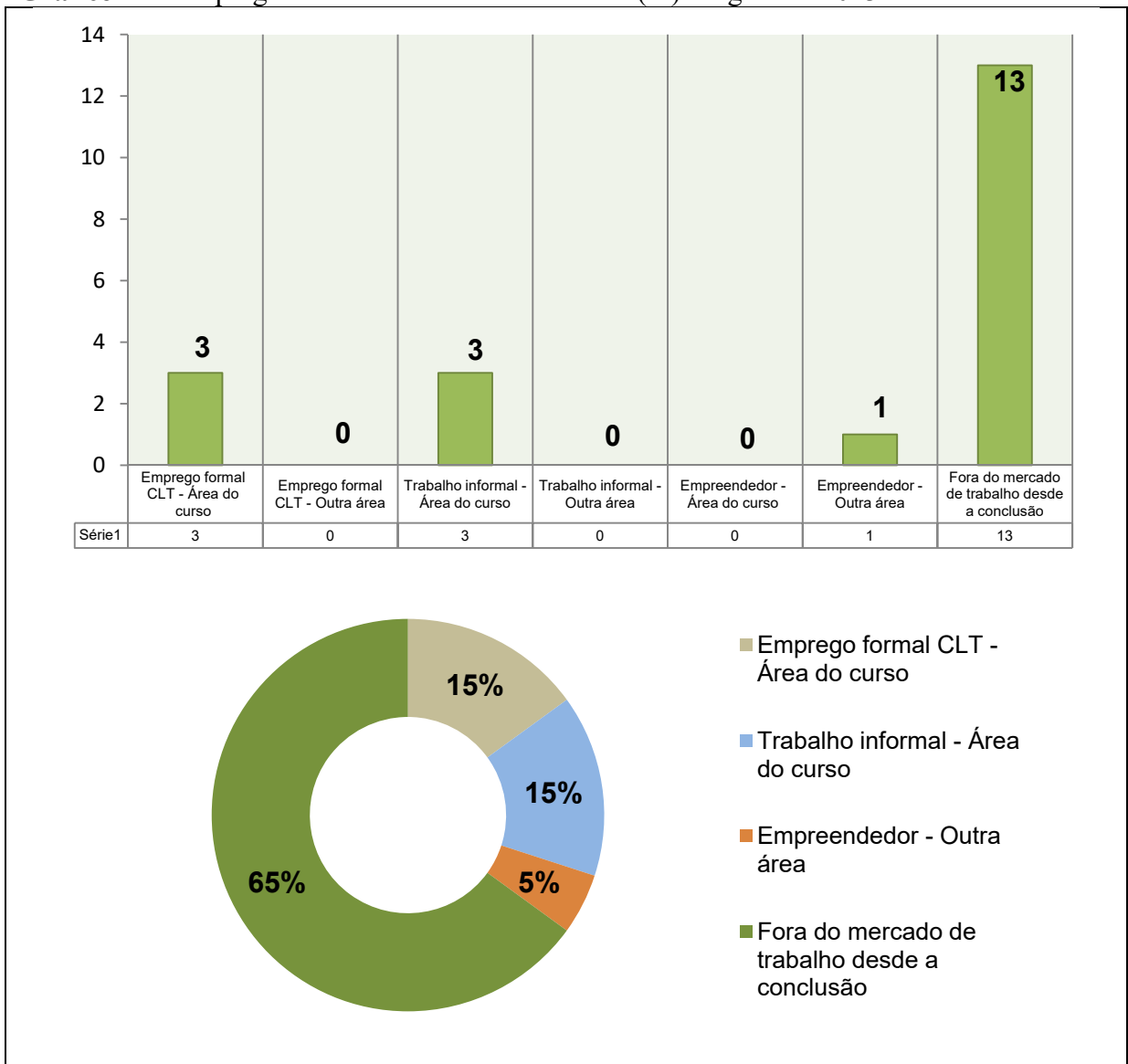
Gráfico 13 - Continuidade dos estudos – Comparação por área - Dados e Percentual (%) – Egressos 2013



Fonte: Elaboração Própria.

Na segunda seção do questionário, em relação à empregabilidade (Gráfico 14), detectamos que 13 dos 20 entrevistados permaneceram fora do mercado de trabalho¹⁵, um percentual de 65%. Um aluno, representando o percentual de 5%, investiu na abertura do próprio negócio, porém, em outra área sem ligação com o curso. E seis egressos foram trabalhar na mesma área de formação do curso, porém três no mercado formal e outros três no informal, um percentual de 15% para cada grupo.

Gráfico 14 - Empregabilidade – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013

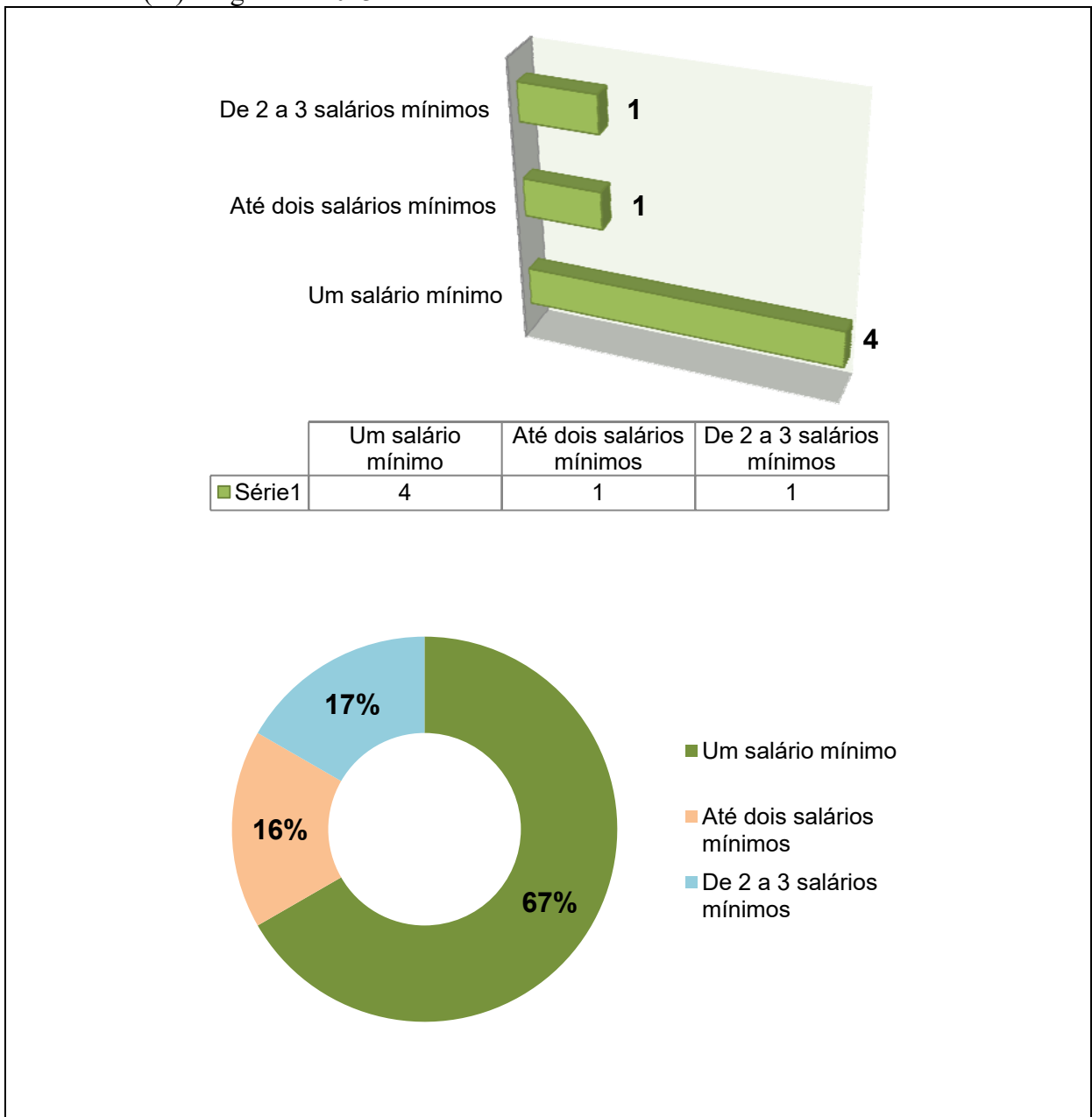


Fonte: Elaboração própria.

¹⁵ Como no questionário enviado aos egressos foi abordada apenas questão referente à inserção ou não no mercado de trabalho, ou seja, não foram enfocadas questões sobre os motivos de o egresso estar fora do mercado de trabalho, ou se o mesmo havia procurado emprego, optou-se pela utilização do termo “fora do mercado de trabalho” para se referir aos entrevistados que não possuíam trabalho formal ou informal. Essa definição foi adotada, pois os dados coletados não forneciam informações suficientes para enquadrar os entrevistados deste grupo nas definições de desempregado ou desocupado estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho e outros órgãos internacionais.

Explorando os dados sobre rendimentos da terceira seção (Gráfico 15), detectamos que entre os egressos que foram trabalhar em áreas relacionadas ao curso, o rendimento da maior parte do grupo, percentual de 67% se concentrava-se em um salário mínimo. Cabe destacar que os maiores salários foram detectados entre os egressos inseridos no mercado de trabalho formal (Quadro 5).

Gráfico 15 - Rendimentos entre os empregados na área de formação do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013



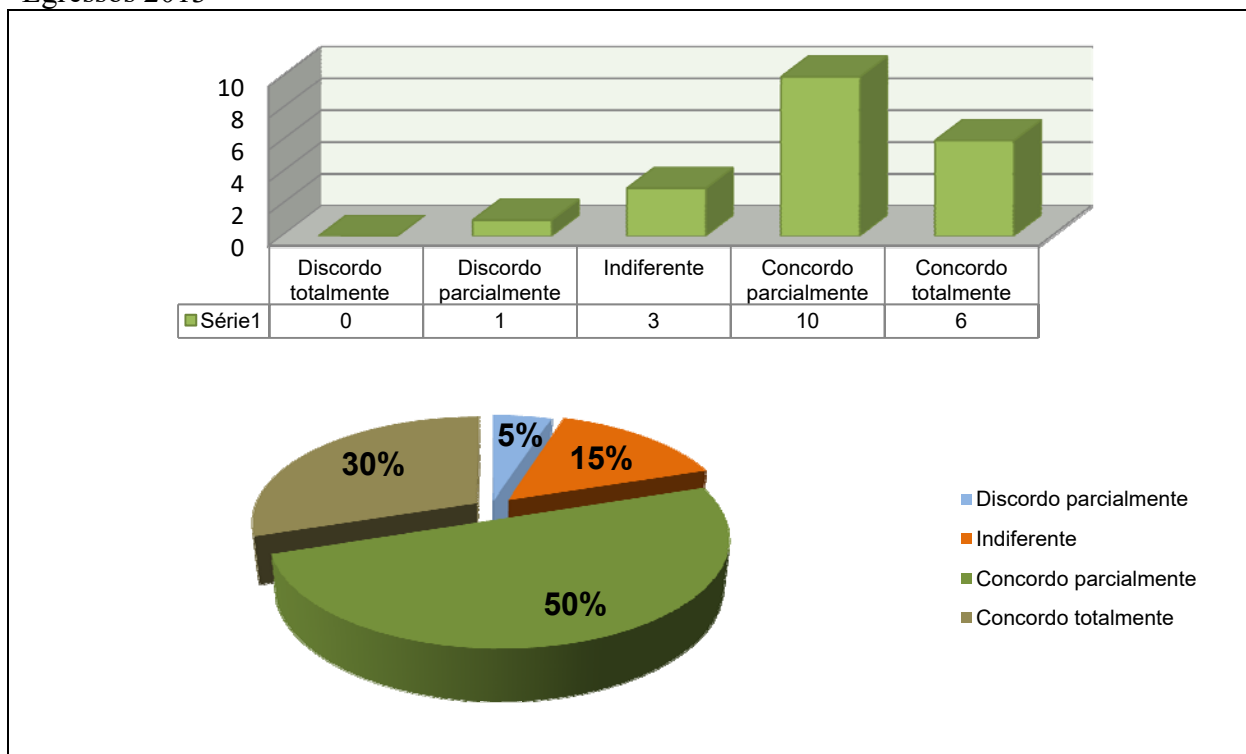
Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 5 - Comparação rendimentos – Egressos 2013

MERCADO DE TRABALHO – RENDA SALARIAL	
Emprego formal CLT - Área do curso	Um salário mínimo
Emprego formal CLT - Área do curso	De 2 a 3 salários mínimos
Emprego formal CLT - Área do curso	Até dois salários mínimos
Trabalho informal - Área do curso	Um salário mínimo
Trabalho informal - Área do curso	Um salário mínimo

Fonte: Elaboração própria

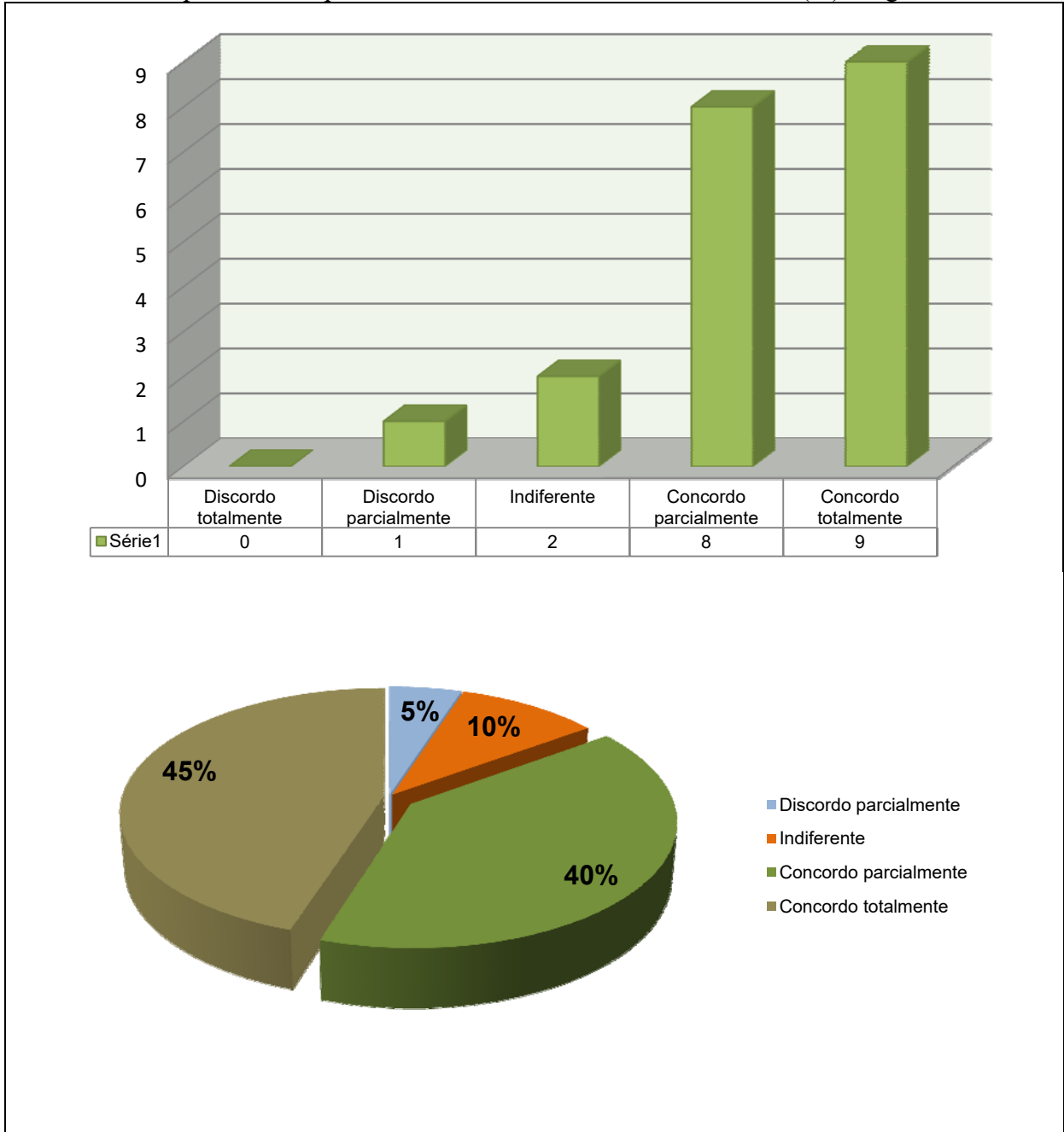
Em relação a quarta seção, na parte destinada a verificar a opinião dos egressos sobre a proposta formativa do curso (carga horária das disciplinas teóricas e práticas) (Gráfico 16), os dados apresentados pela escala de *Likert* demonstram que a maioria dos egressos aprova a proposta formativa do curso, 50% concordam parcialmente e 30% totalmente.

Gráfico 16 - Opinião sobre a proposta formativa do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013

Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito à opinião sobre os professores do curso a aprovação dos egressos permanece (Gráfico 17). Os dados apresentados pela escala de *Likert* demonstram 45% concordam totalmente e 40% parcialmente.

Gráfico 17 - Opinião sobre professores do Curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013

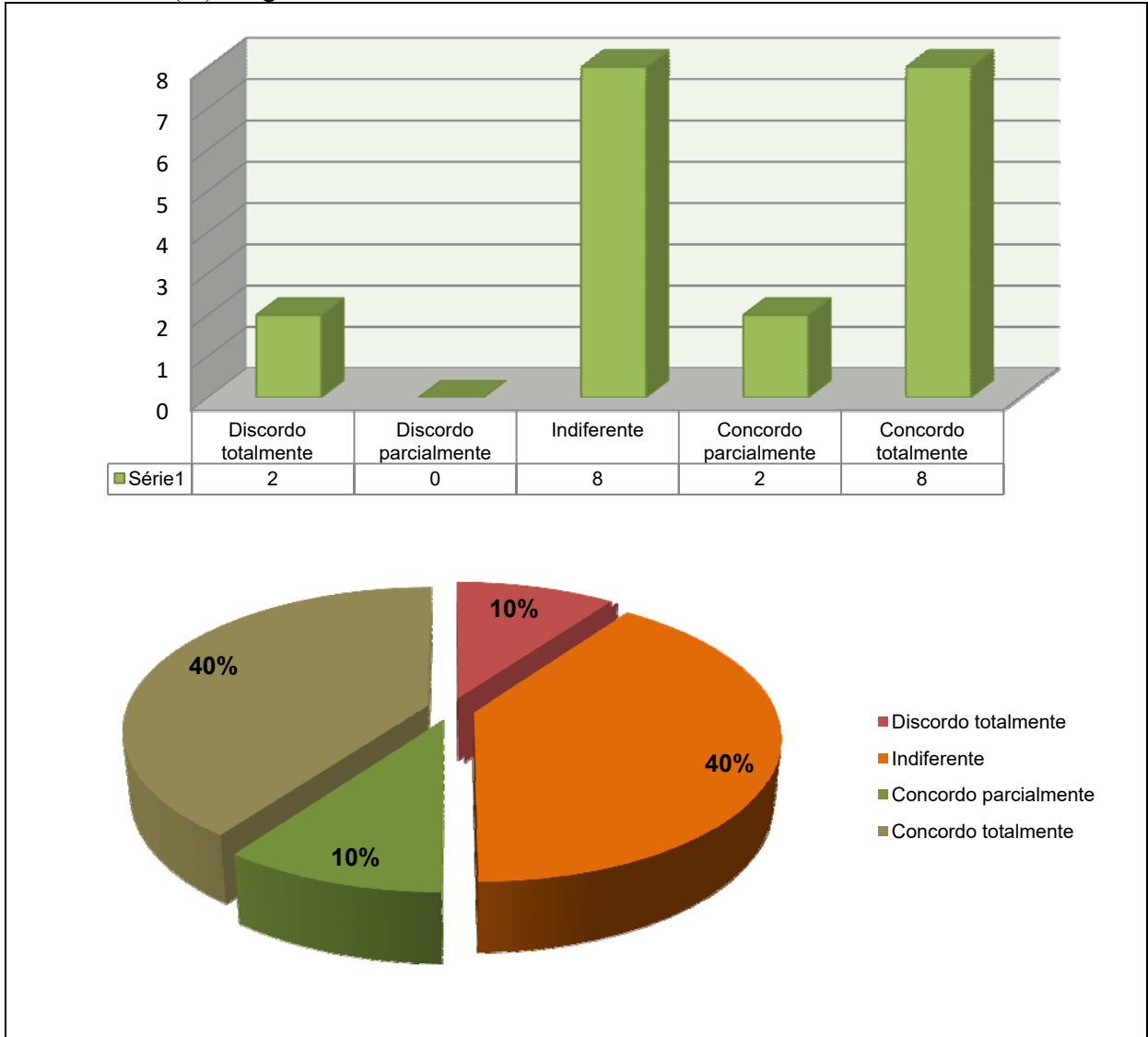


Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito à influência do estágio na inserção no mercado de trabalho (Gráfico 18) os dados não são positivos. De acordo com a escala 40% acredita que o estágio foi indiferente na influência para conquista de uma vaga no mercado de trabalho. Outros 40% já acreditam que houve grande influência. O restante 10% acreditam que não houve nenhuma

influência e outros 10% acreditam na influência parcial. Tais dados podem estar relacionados ao fato de que grande parte dos egressos seguiu para a vida acadêmica e por conta dos estudos não foi inserido no mercado de trabalho. Vale destacar que entre os empregados na área do curso todos deram nota máxima neste quesito.

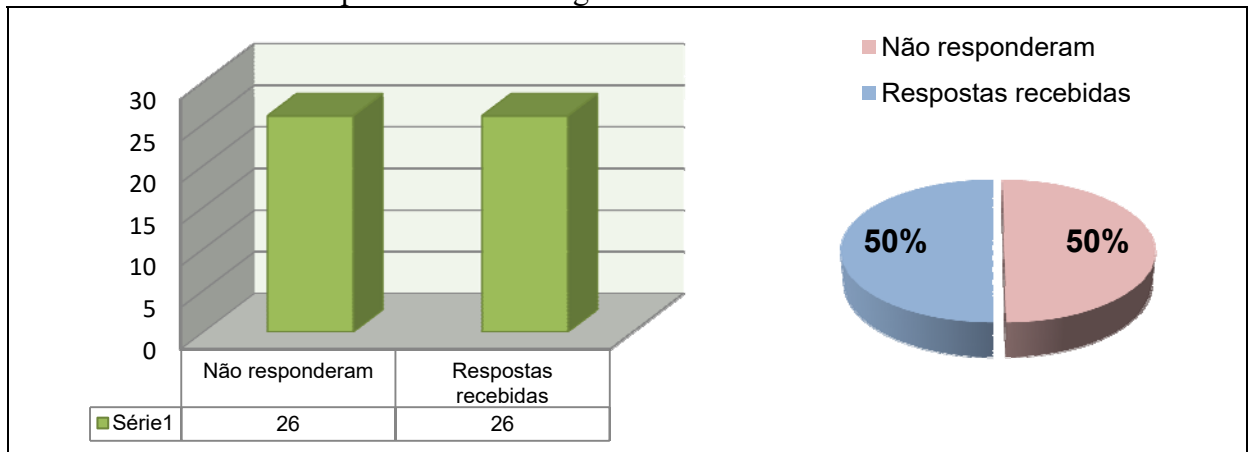
Gráfico 18 - Opinião sobre influência do estágio na inserção no mercado de trabalho – Dados e Percentual (%) – Egressos 2013



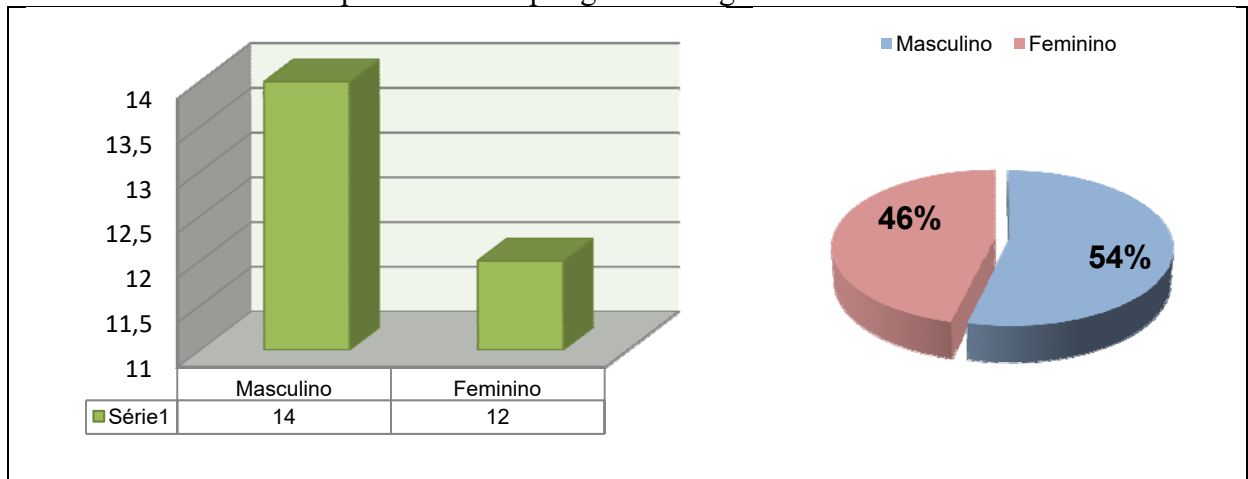
Fonte: Elaboração Própria.

3.5 - Dados 2014

O grupo de egressos de 2014 composto por 52 egressos (Gráfico 19) contou com 26 respostas, sendo 14 homens e 12 mulheres, um percentual de 50% de respostas recebidas. Em relação à distribuição das respostas recebidas por gênero (Gráfico 20), houve prevalência na quantidade de homens que aceitaram colaborar com a pesquisa, percentual de 54%.

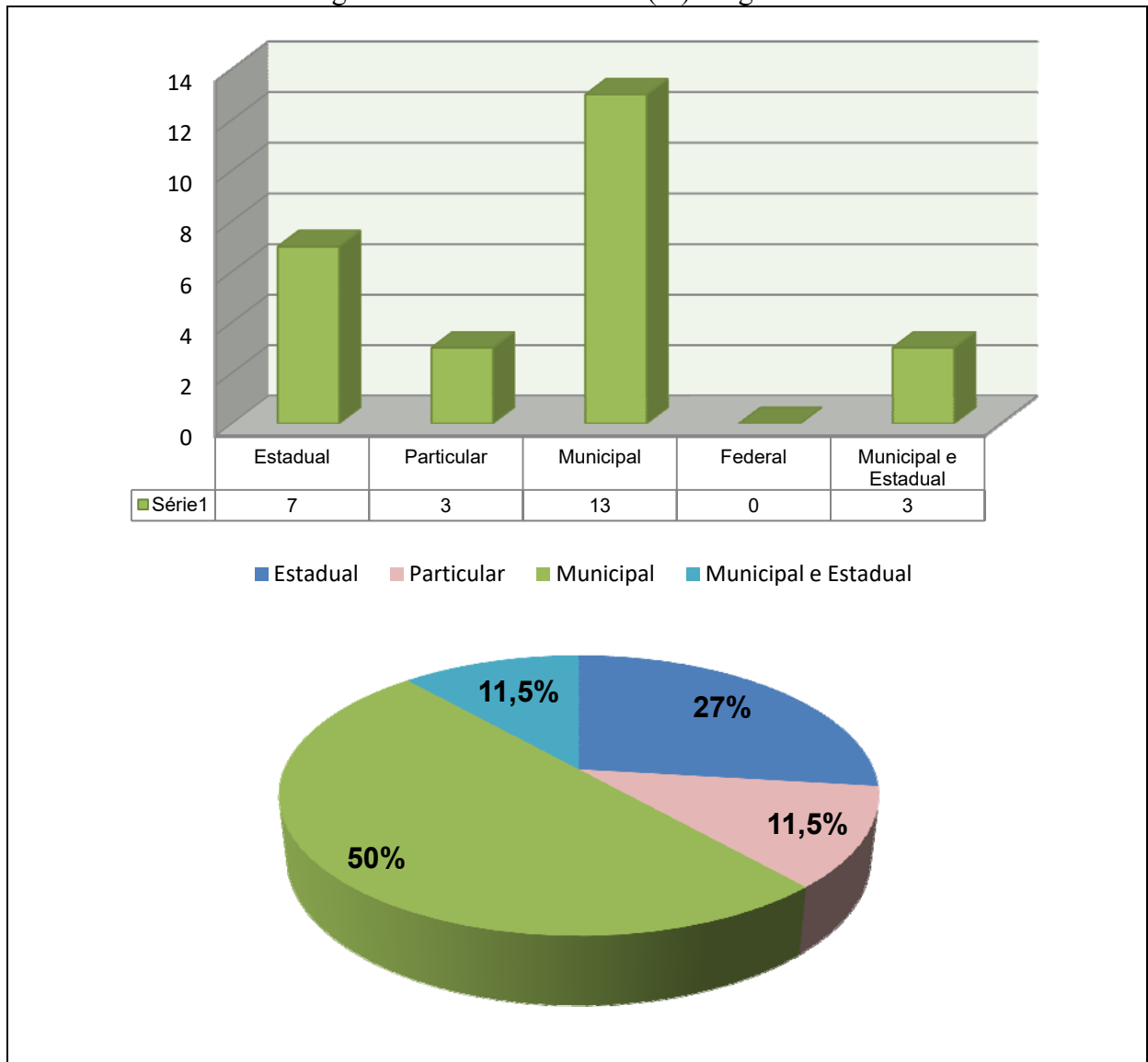
Gráfico 19 - Taxa de respostas obtidas – Egressos 2014

Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 20 - Taxa de respostas obtidas por gênero – Egressos 2014

Fonte: Elaboração Própria.

Na primeira seção do questionário destinada a verificar o histórico e as origens dos alunos no ensino básico (Gráficos 21), foi detectada prevalência de alunos provenientes da rede municipal de ensino, um percentual de 50%, seguidos pela estadual com percentual de 27%. O restante dos entrevistados teve equilíbrio entre a rede particular (11,5%) e de alunos que frequentaram escolas da rede municipal e estadual (11,5%). Tais dados, assim como o já apresentado com o grupo de egressos de 2013, demonstram a prevalência de alunos da rede pública de ensino que optaram por dar continuidade aos estudos no Instituto.

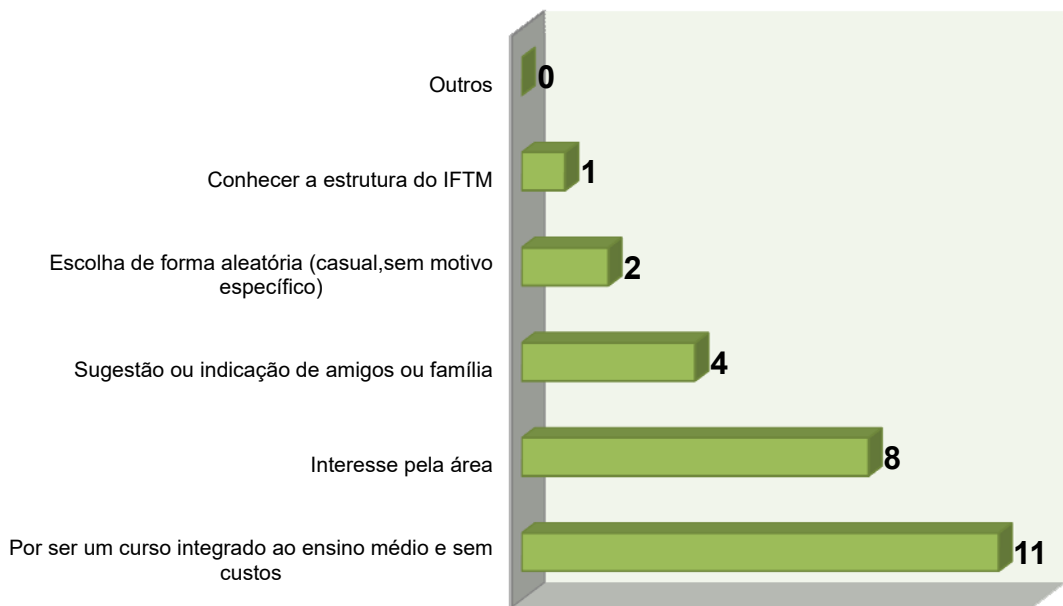
Gráfico 21 - Escola de origem – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014

Fonte: Elaboração Própria.

Ainda na primeira seção do questionário na parte destinada a verificar os motivos que levaram os egressos a escolher o IFTM para dar continuidade aos estudos (Gráfico 22), em relação aos egressos de 2014, o principal motivo apontado foi por ser um curso integrado ao Ensino Médio e sem custos, um percentual de 42%. Os dados apresentados seguem o mesmo padrão de resposta apresentado pelo grupo de egressos de 2013.

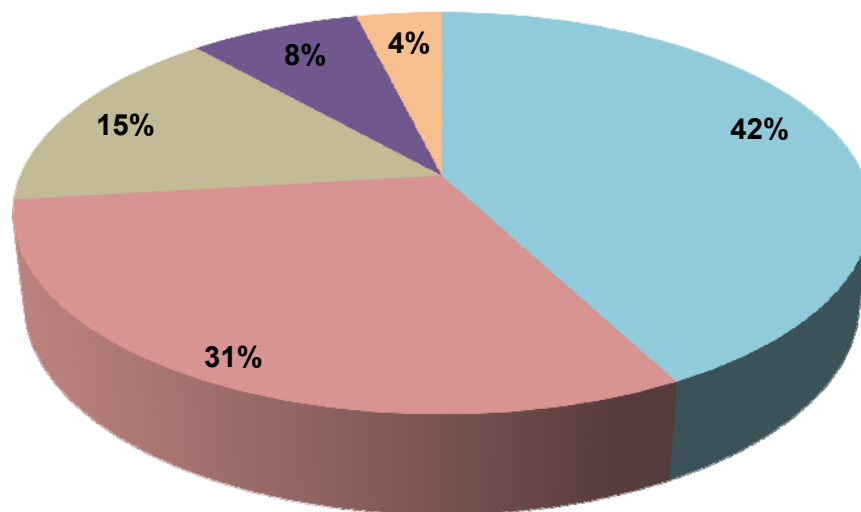
As outras opções escolhidas pelos entrevistados foram respectivamente, interesse pela área (31%), sugestão da família ou amigos (15%), escolha de forma aleatória (8%) e conhecer a estrutura do IFTM (1%).

Gráfico 22 - Motivo escolha IFTM- Dados e Percentual (%) – Egressos 2014



	Por ser um curso integrado ao ensino médio e sem custos	Interesse pela área	Sugestão ou indicação de amigos ou família	Escolha de forma aleatória (casual, sem motivo específico)	Conhecer a estrutura do IFTM	Outros
■ Série1	11	8	4	2	1	0

- Por ser um curso integrado ao ensino médio e sem custos
- Interesse pela área
- Sugestão ou indicação de amigos ou família
- Escolha de forma aleatória (casual, sem motivo específico)
- Conhecer a estrutura do IFTM



Fonte: Elaboração Própria.

Na segunda seção do questionário, no que diz respeito ao grupo de egressos de 2014, em relação à trajetória acadêmica dos egressos foram listadas diversas opções de cursos para verificar a continuidade dos estudos. Nas respostas foi detectado que 63% dos egressos optaram por curso de graduação em outra área não relacionada ao curso (Quadro 6 e Gráfico 23). Ressaltamos aqui que a porcentagem neste caso mostra um apanhado geral e a diz respeito à frequência das respostas, ou seja, apresenta a quantidade de vezes que os egressos marcaram esta opção, lembrando que nesta questão era possível marcar mais de uma alternativa.

Destacado isso, outro ponto interessante foi evidenciado com essa questão. Após a conclusão do curso 81% dos egressos buscou por mais de uma alternativa de formação e segundo as respostas estariam cursando até dois cursos de graduação, um na área de tecnologia e outro em outra área, ou optaram por dar continuidade aos estudos por meio de novos cursos técnicos (Quadro 6 e Gráfico 24). Em relação ao grupo de 2013 os dados demonstram interesse crescente do grupo na busca por cursos de qualificação, constatando assim o que já foi citado por Delors et al. (2006) ao afirmar que a educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas e que ninguém pode pensar adquirir na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida devido a evolução contínua dos saberes e conseqüentemente das necessidades do mercado de trabalho.

Quadro 6 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Egressos 2014

	Técnico na área de Tecnologia	Técnico em outra área	Tecnológico na área de Tecnologia	Tecnológico em outra área	Graduação - Tecnologia	Graduação - outra área	Apenas curso IFTM
1						<input checked="" type="checkbox"/>	
2						<input checked="" type="checkbox"/>	
3					<input checked="" type="checkbox"/>		
4		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>	
5							<input checked="" type="checkbox"/>
6						<input checked="" type="checkbox"/>	
7						<input checked="" type="checkbox"/>	
8						<input checked="" type="checkbox"/>	
9						<input checked="" type="checkbox"/>	
10					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
11						<input checked="" type="checkbox"/>	
12						<input checked="" type="checkbox"/>	
13						<input checked="" type="checkbox"/>	
14					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
15							<input checked="" type="checkbox"/>
16					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
17						<input checked="" type="checkbox"/>	
18					<input checked="" type="checkbox"/>		
19						<input checked="" type="checkbox"/>	
20					<input checked="" type="checkbox"/>		
21							<input checked="" type="checkbox"/>
22						<input checked="" type="checkbox"/>	
23					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
24						<input checked="" type="checkbox"/>	
25						<input checked="" type="checkbox"/>	
26						<input checked="" type="checkbox"/>	

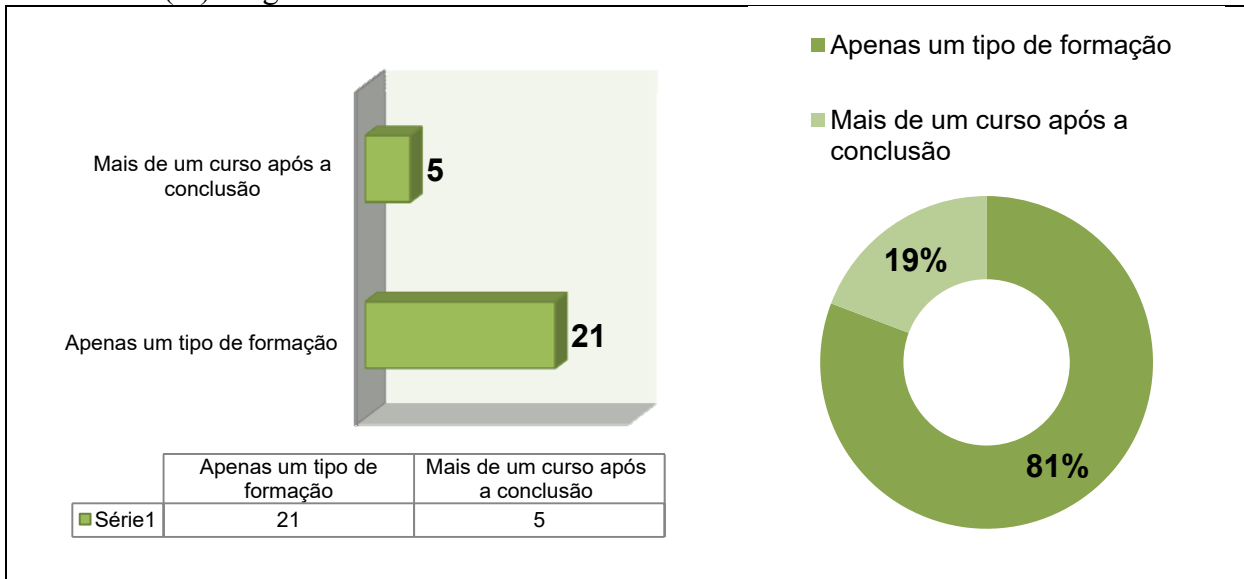
Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 23 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Percentual geral por modalidade de ensino (%) – Egressos 2014



Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 24 - Continuidade dos estudos – Comparação/Quantitativo de cursos - Dados e Percentual (%) – Egressos 2014

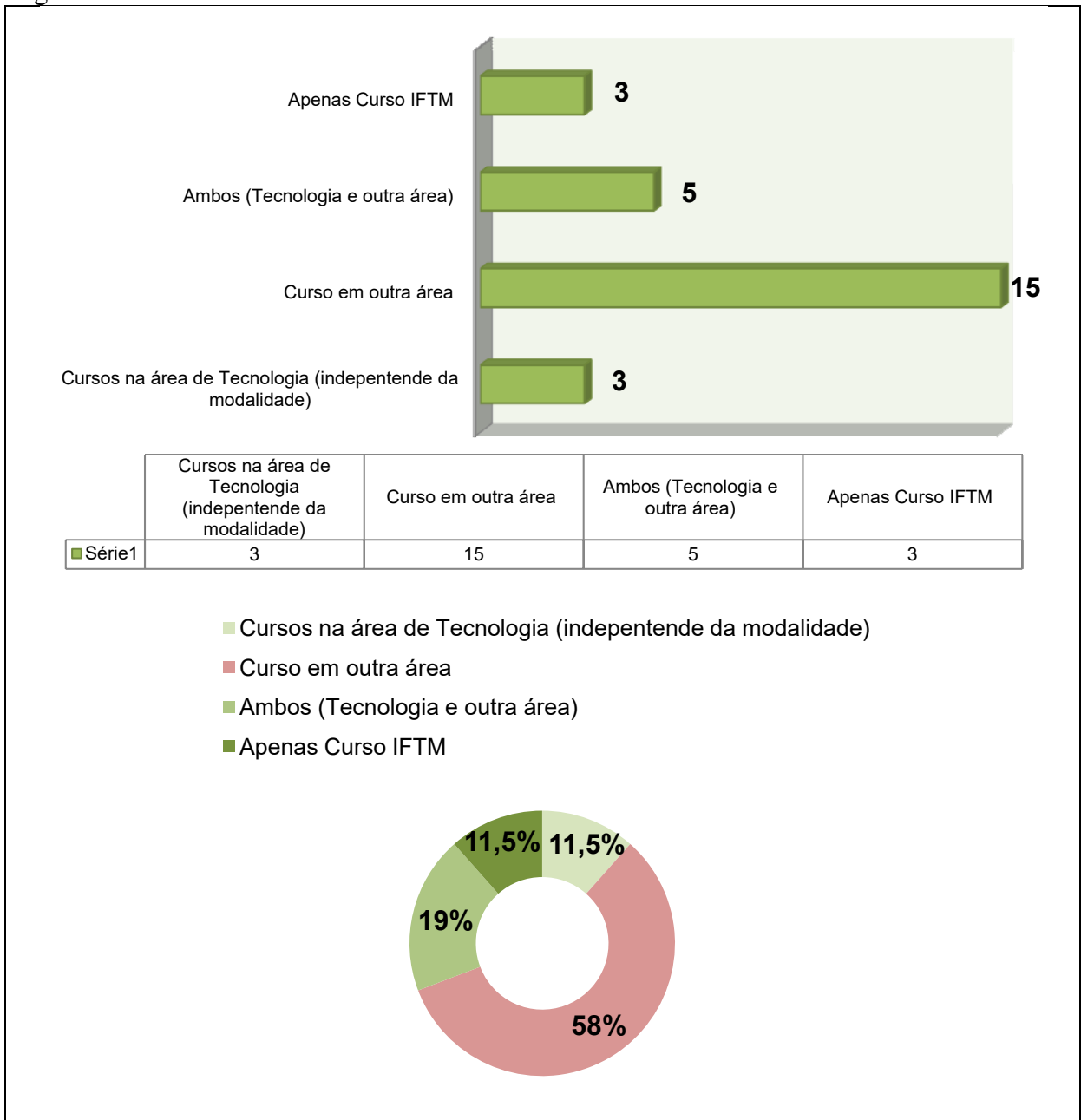


Fonte: Elaboração Própria.

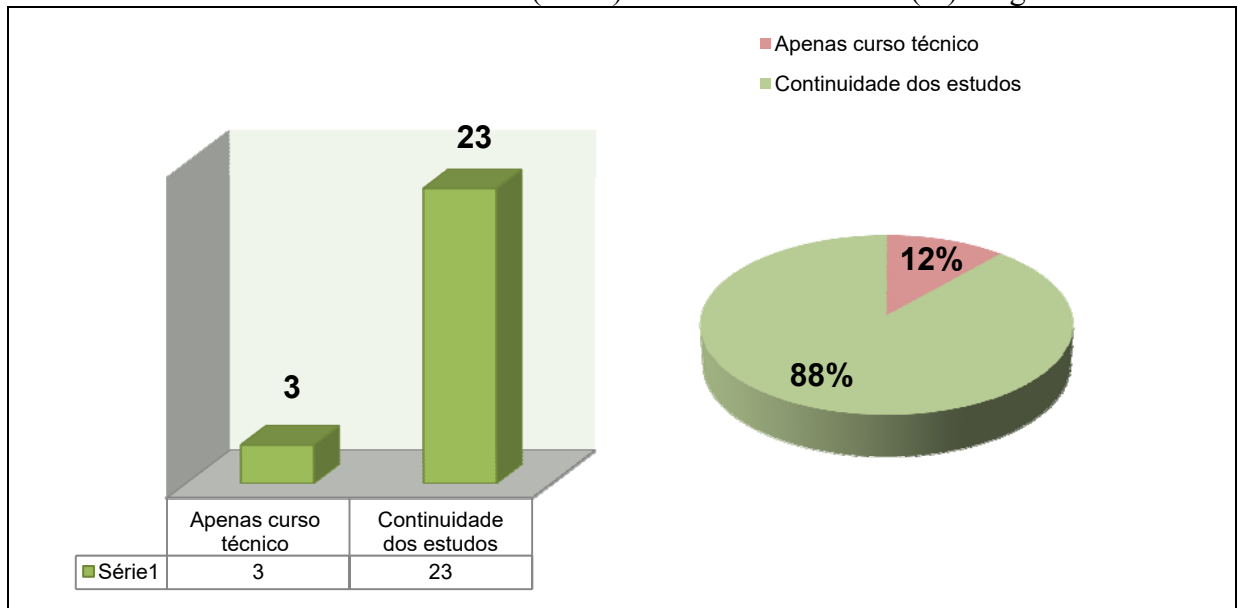
Ainda analisando os dados apresentados pelas respostas dos egressos a esta seção. Ao analisar caso a caso podemos destacar informações sobre a continuidade dos estudos dos egressos (Gráfico 25). Dos entrevistados, 15, o que representa um percentual de 58%, optaram por seguir os estudos em cursos em outra área não relacionada ao curso no IFTM, 5, o

equivalente a 19%, equilibraram cursos em tecnologia e em outra área, ou seja, optaram por continuar os estudos investindo em mais de um curso. O restante dos entrevistados, (11,5%) optaram por cursos apenas na área de tecnologia e (11,5%) apenas concluíram apenas o curso no IFTM. Ainda analisando estes dados (Gráfico 26) podemos destacar que 88% dos egressos de 2014 optaram pela continuidade dos estudos independente da modalidade de ensino, enquanto isso, 12% fizeram apenas o Ensino Médio no instituto.

Gráfico 25 - Continuidade dos estudos – Comparação por área - Dados e Percentual (%) – Egressos 2014



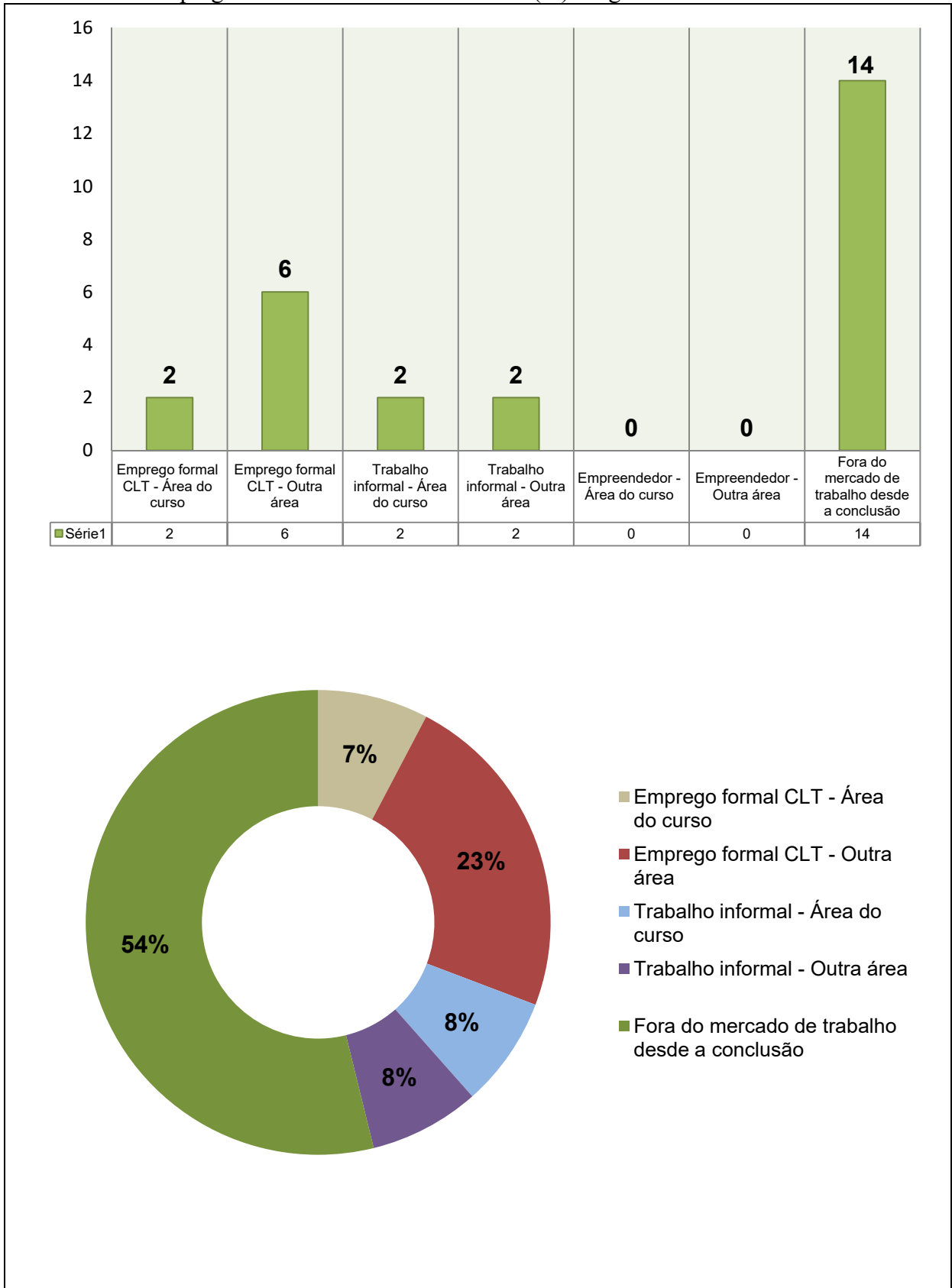
Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 26 - Continuidade dos estudos (Geral) – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014

Fonte: Elaboração própria.

Na segunda seção do questionário em relação à empregabilidade (Gráfico 27), detectamos que 14 dos 26 entrevistados permaneceram fora do mercado de trabalho, um percentual de 54%. O restante do grupo foi distribuído da seguinte forma de acordo com os dados: 23% emprego formal em outra área, 7,66% trabalho informal na área do curso, 7,66% trabalho informal em outra área, 7,66% trabalho formal na área do curso. Quatro indivíduos foram trabalhar na mesma área de formação do curso, dois com emprego formal e dois na informalidade.

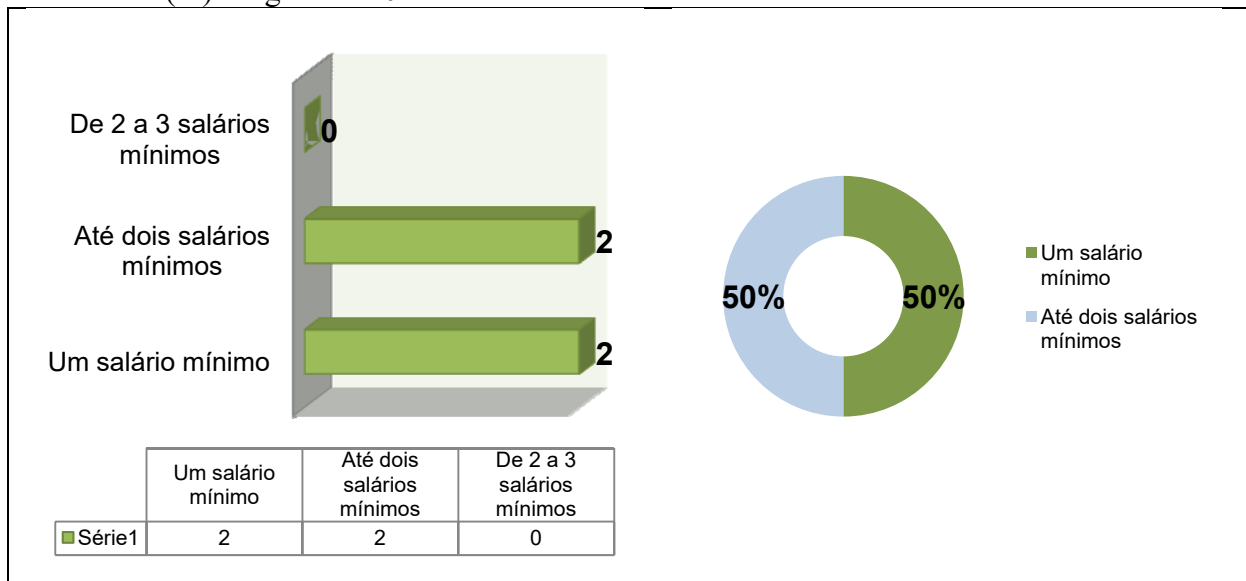
Gráfico 27 - Empregabilidade – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014



Fonte: Elaboração própria.

Explorando os dados sobre rendimentos da terceira seção (Gráfico 28), detectamos que entre os egressos que foram trabalhar em áreas relacionadas ao curso, o rendimento do grupo ficou dividido, percentual de 50% concentrava-se em um salário mínimo e os outros 50% ganhos de até dois salários mínimos. Cabe destacar que houve proporcionalidade nos rendimentos. (Quadro 7).

Gráfico 28 - Rendimentos entre os empregados na área de formação do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014



Fonte: Elaboração Própria.

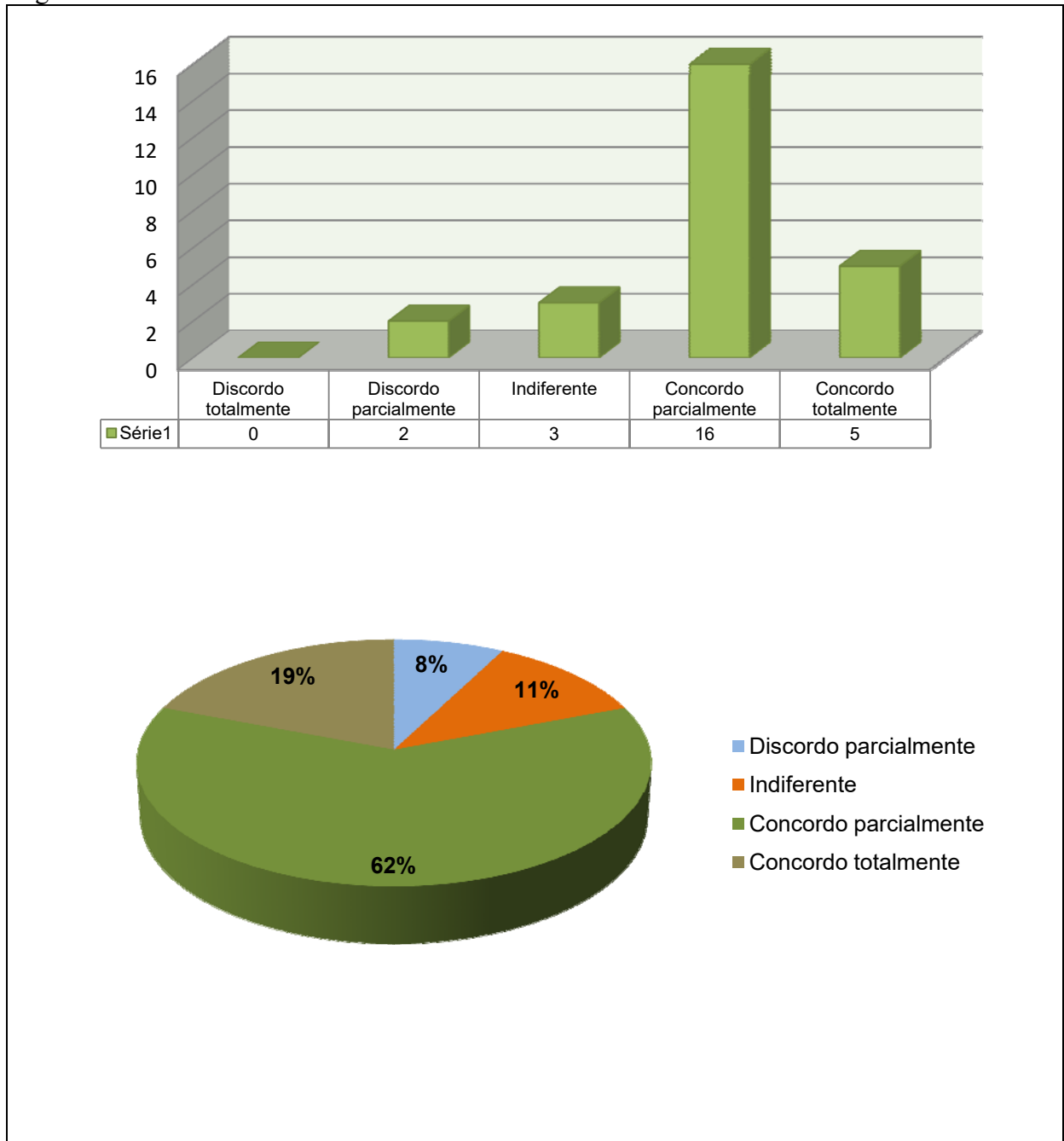
Quadro 7 - Comparação rendimentos – Egressos 2014

MERCADO DE TRABALHO – RENDA SALARIAL	
Emprego formal CLT - Área do curso	Um salário mínimo
Emprego formal CLT - Área do curso	Até dois salários mínimos
Trabalho informal - Área do curso	Um salário mínimo
Trabalho informal - Área do curso	Até dois salários mínimos

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a quarta seção, na parte destinada a verificar a opinião dos egressos sobre a proposta formativa do curso (carga horária das disciplinas teóricas e práticas) (Gráfico 29), os dados apresentados pela escala de *Likert* demonstram que a maioria dos egressos aprova a proposta formativa do curso, 62% concordam parcialmente e 19% totalmente.

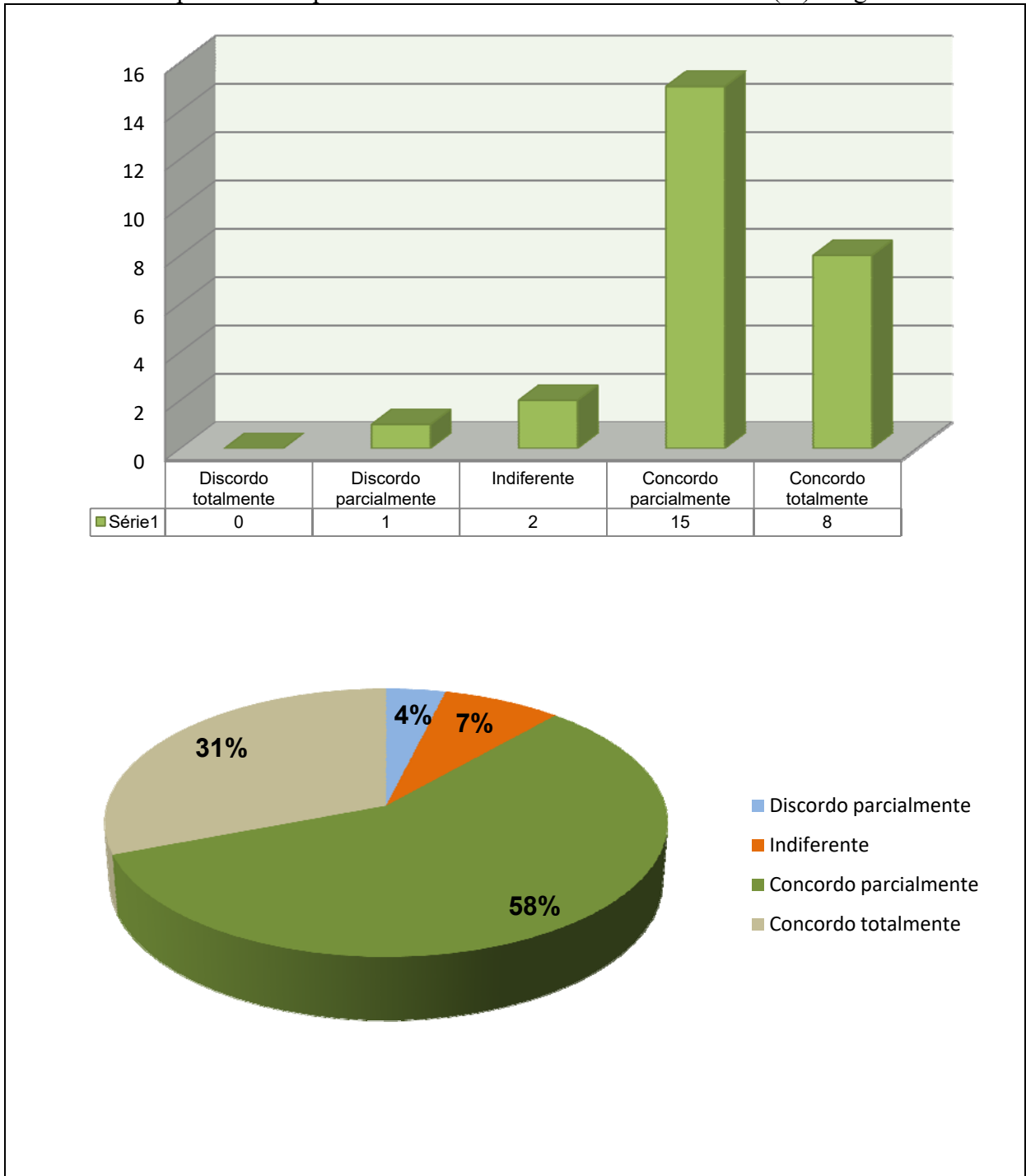
Gráfico 29 - Opinião sobre a proposta formativa do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014



Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito à opinião sobre os professores do curso a aprovação dos egressos permanece (Gráfico 30). Os dados apresentados pela escala de *Likert* demonstram 58% concordam parcialmente e 31% totalmente.

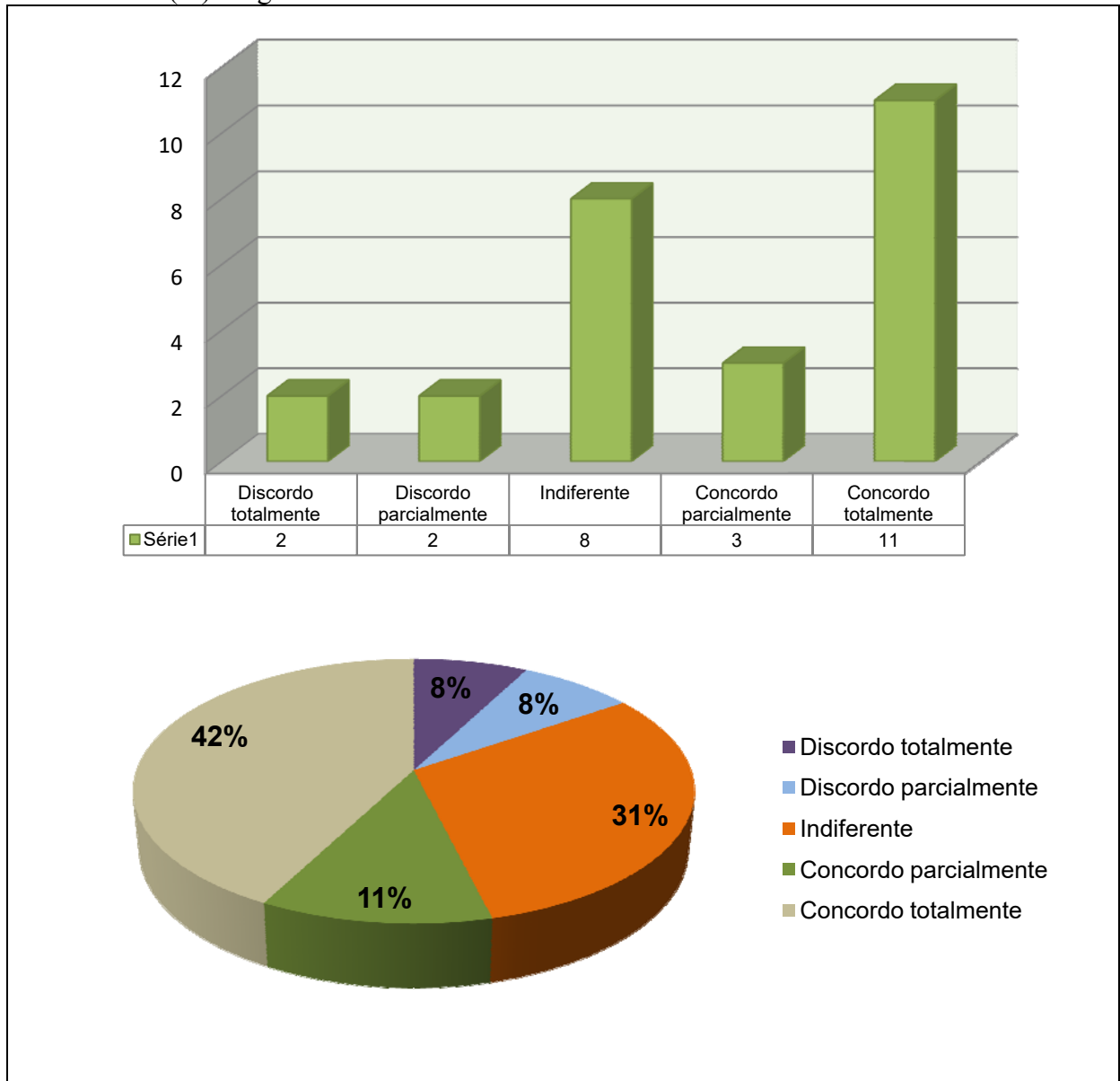
Gráfico 30 - Opinião sobre professores do Curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014



Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito à influência do estágio na inserção no mercado de trabalho (Gráfico 31) os dados foram positivos. De acordo com a escala, 42% acreditam que houve grande influência, 11% acredita que o estágio influenciou parcialmente na conquista de uma vaga no mercado de trabalho, 31% acredita que a influência foi indiferente, 8% discordaram parcialmente, e os outros 8% acreditam que não houve influência.

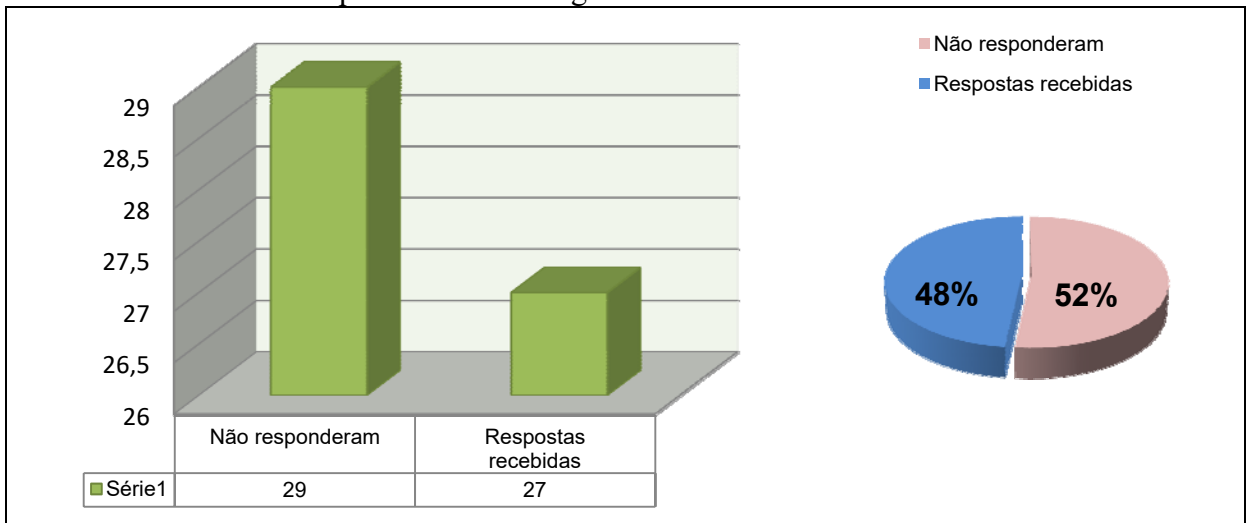
Gráfico 31 - Opinião sobre influência do estágio na inserção no mercado de trabalho – Dados e Percentual (%) – Egressos 2014



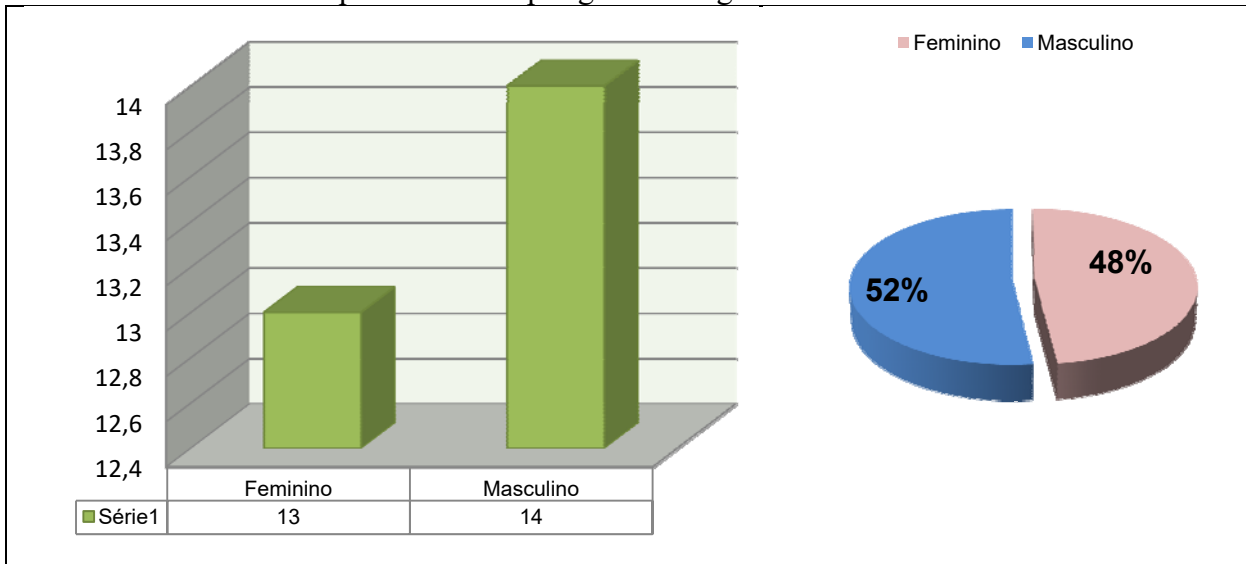
Fonte: Elaboração Própria.

3.6 - Dados 2015

O grupo de egressos de 2015 composto por 56 egressos (Gráfico 32) contou com 27 respostas, sendo 14 homens e 13 mulheres, um percentual de 48% de respostas recebidas. Em relação à distribuição das respostas recebidas por gênero (Gráfico 33), houve prevalência na quantidade de homens que aceitaram colaborar com a pesquisa, percentual de 52%, e 48% mulheres.

Gráfico 32 - Taxa de respostas obtidas – Egressos 2015

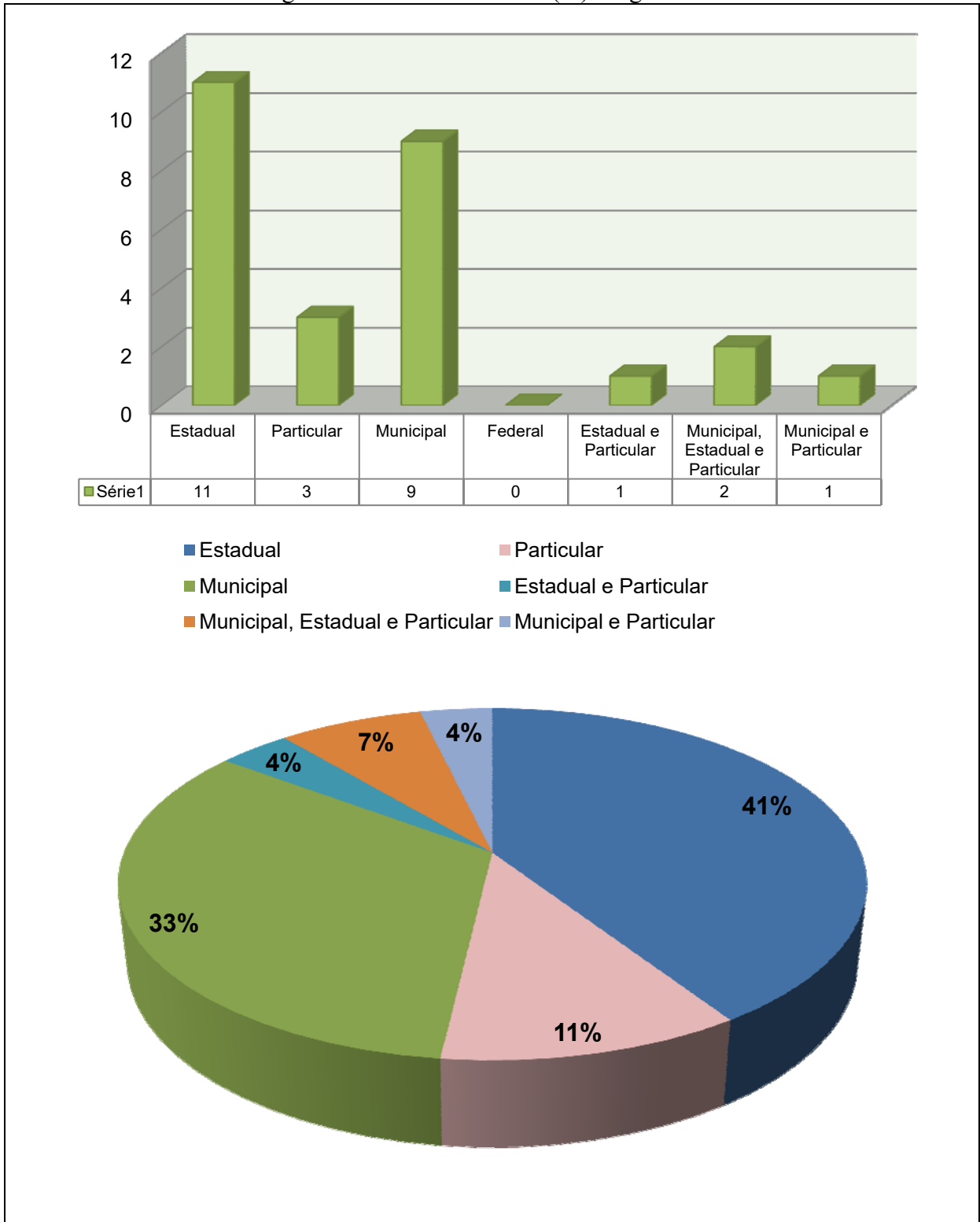
Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 33 - Taxa de respostas obtidas por gênero – Egressos 2015

Fonte: Elaboração Própria.

Na primeira seção do questionário destinada a verificar o histórico e as origens dos alunos no ensino básico (Gráfico 34), foi detectada prevalência de alunos provenientes da rede estadual (41%) e municipal (33%). O restante dos entrevistados apresentaram dados diversos: (11%) particular, (7%) municipal, estadual e particular, (4%) estadual e particular, e o restante (4%) municipal e particular. Em relação aos dados coletados dos grupos de 2014 e 2015 os dados comprovam um grupo composto em sua maioria por alunos oriundos da rede pública de ensino. No entanto, o grupo de 2015 se distingue, pois houve uma variedade maior de estudantes que passaram por mais de uma das diferentes redes de ensino (particular, municipal, estadual).

Gráfico 34 - Escola de origem – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015



Fonte: Elaboração Própria.

Ainda na primeira seção do questionário na parte destinada a verificar os motivos que levaram os egressos a escolher o IFTM para dar continuidade aos estudos (Gráfico 35), o principal motivo apontado pelos egressos de 2015 foi por ser um curso integrado ao Ensino

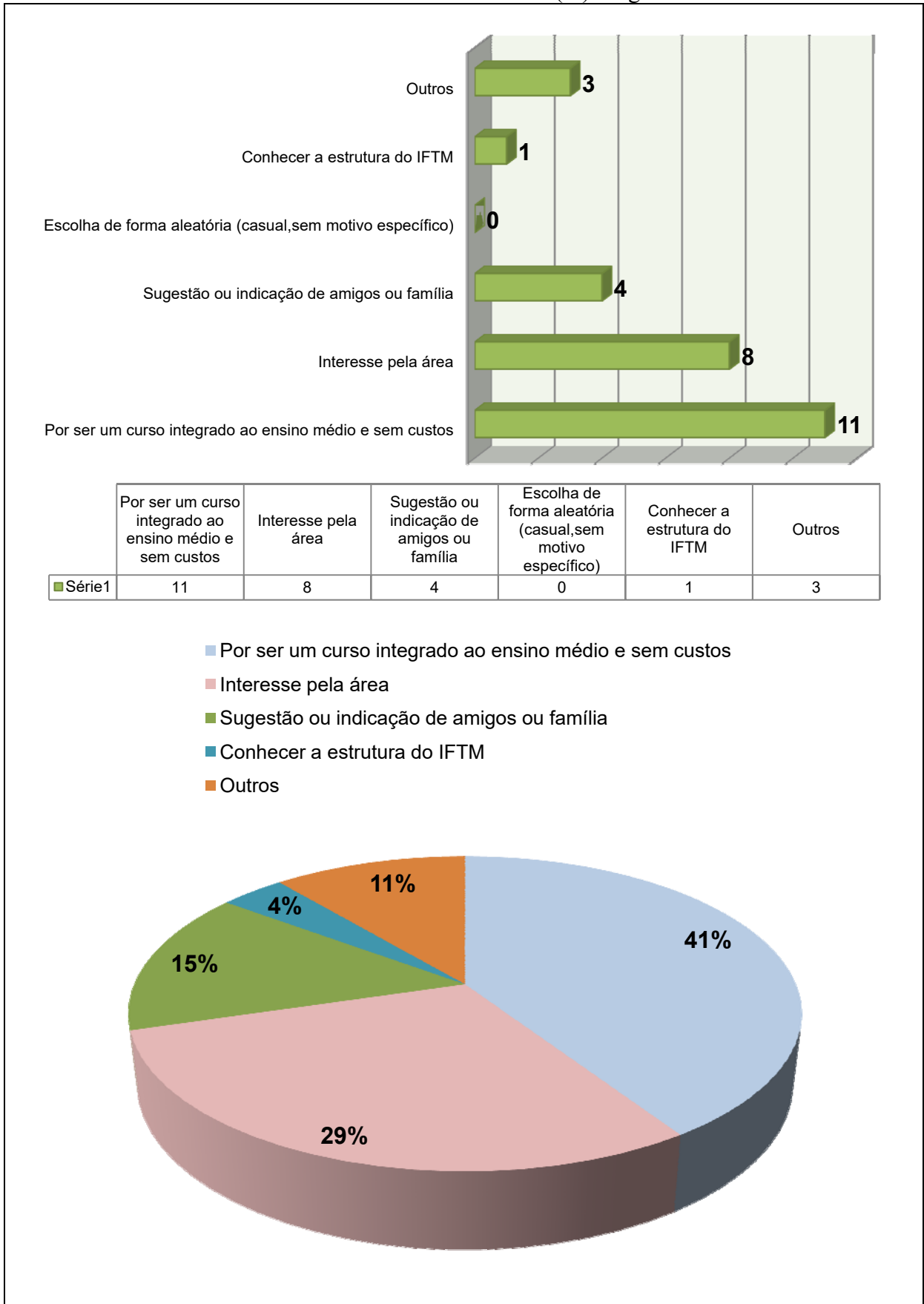
Médio e sem custos, um percentual de 41%. Os dados apresentados seguem o mesmo padrão de resposta apresentado pelo grupo de egressos de 2013 e 2014.

As outras opções escolhidas pelos entrevistados foram respectivamente, interesse pela área (29%), sugestão da família ou amigos (15%), outros (11%) e conhecer a estrutura do IFTM (4%). Cabe destacar que para aqueles que optaram pela opção outros no questionário era possível justificar a resposta com um exemplo. Os três candidatos que escolheram a opção apresentaram as seguintes justificativas para ter optado pelo ensino do IFTM:

- Ensino de qualidade gratuito;
- Melhor Ensino Médio de Uberaba;
- Ótimo local para estudo, com ótimos professores e excelente ensino, seja no técnico ou no médio;

As justificativas apresentadas mostram a satisfação do público com o ensino no IFTM e em parte alertam para a questão já levantada anteriormente sobre o motivo da opção mais escolhida ser “Por ser um curso integrado ao Ensino Médio e sem custos”. Justificamos que apesar da alternativa apresentar uma opção “dupla” ela também deixa evidente que um dos principais motivos que levam a escolha do IFTM é a gratuidade do ensino e a possibilidade de uma formação técnica. A distinção entre esses dois aspectos pode ser aproveitada e aprofundada como tema de estudo em pesquisa institucional.

Gráfico 35 - Motivo escolha IFTM- Dados e Percentual (%) – Egressos 2015



Fonte: Elaboração Própria.

Na segunda seção do questionário, no que diz respeito ao grupo de egressos de 2015, em relação à trajetória acadêmica dos egressos foi detectada uma prevalência de egressos que optaram por ingressar em um curso de graduação em outra área não relacionada ao curso, cerca de 43% (Quadro 8 e Gráfico 36). Ressaltamos aqui que a porcentagem neste caso mostra um apanhado geral e a diz respeito à frequência das respostas, ou seja, apresenta a quantidade de vezes que os egressos marcaram esta opção, lembrando que nesta questão era possível marcar mais de uma alternativa.

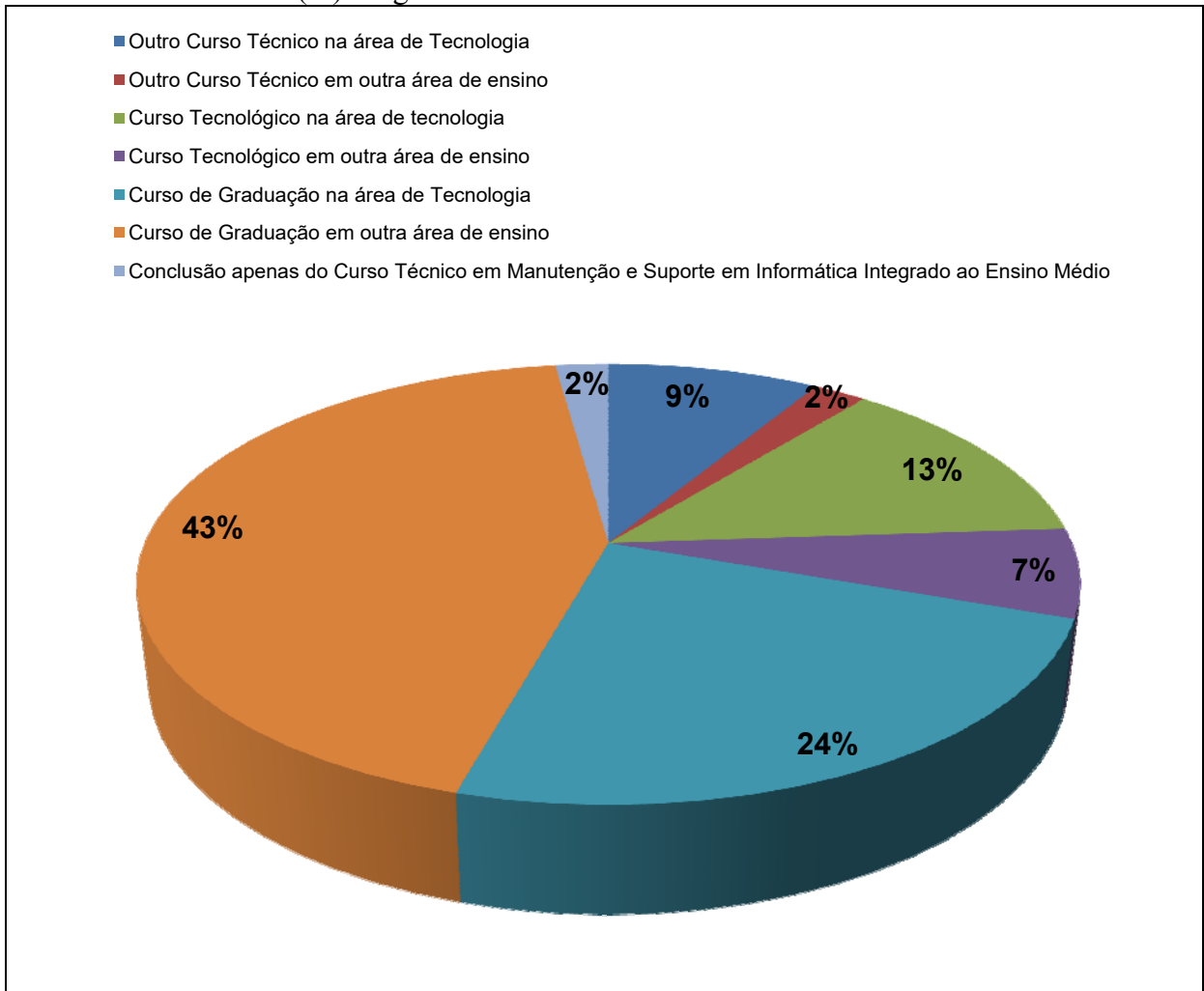
Após a conclusão do curso 37% dos egressos buscou por mais de uma alternativa de formação, número considerado alto visto que a conclusão do Ensino Médio é recente para este grupo. De acordo com as respostas, alguns dos egressos estariam cursando até dois cursos de graduação, um na área de tecnologia e outro em outra área, ou optaram por dar continuidade aos estudos por meio de novos cursos técnicos (Quadro 8 e Gráfico 37).

Quadro 8 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Egressos 2015

	Técnico na área de Tecnologia	Técnico em outra área	Tecnológico na área de Tecnologia	Tecnológico em outra área	Graduação - Tecnologia	Graduação - outra área	Apenas curso IFTM
1						<input checked="" type="checkbox"/>	
2					<input checked="" type="checkbox"/>		
3						<input checked="" type="checkbox"/>	
4					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
5	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
6			<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		
7					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
8	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		
9					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
10					<input checked="" type="checkbox"/>		
11						<input checked="" type="checkbox"/>	
12						<input checked="" type="checkbox"/>	
13	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
14						<input checked="" type="checkbox"/>	
15						<input checked="" type="checkbox"/>	
16						<input checked="" type="checkbox"/>	
17			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
18	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>			
19					<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
20						<input checked="" type="checkbox"/>	
21							<input checked="" type="checkbox"/>
22						<input checked="" type="checkbox"/>	
23						<input checked="" type="checkbox"/>	
24						<input checked="" type="checkbox"/>	
25						<input checked="" type="checkbox"/>	
26						<input checked="" type="checkbox"/>	
27			<input checked="" type="checkbox"/>				

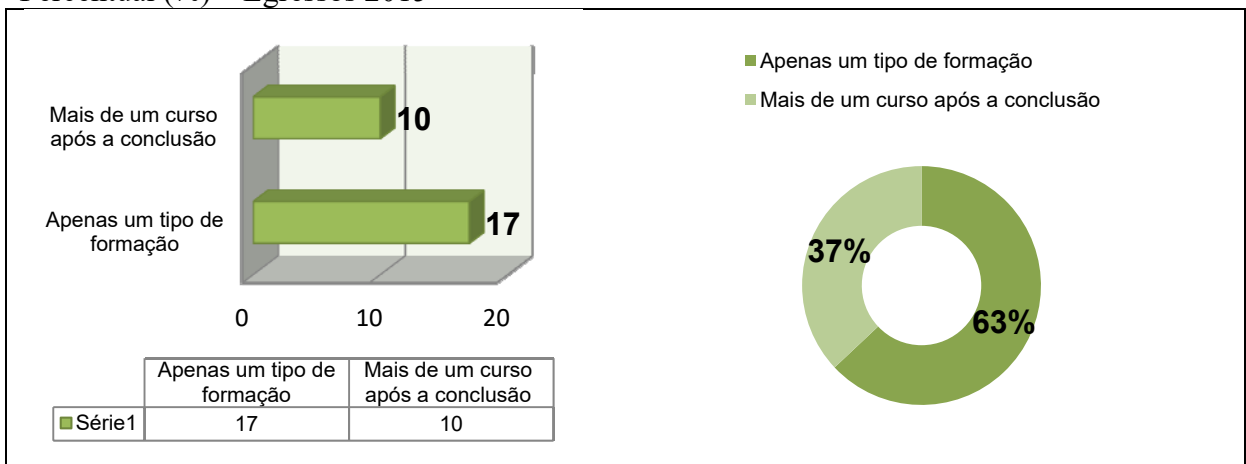
Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 36 - Formação Acadêmica após a conclusão do curso – Percentual geral por modalidade de ensino (%) – Egressos 2015



Fonte: Elaboração Própria.

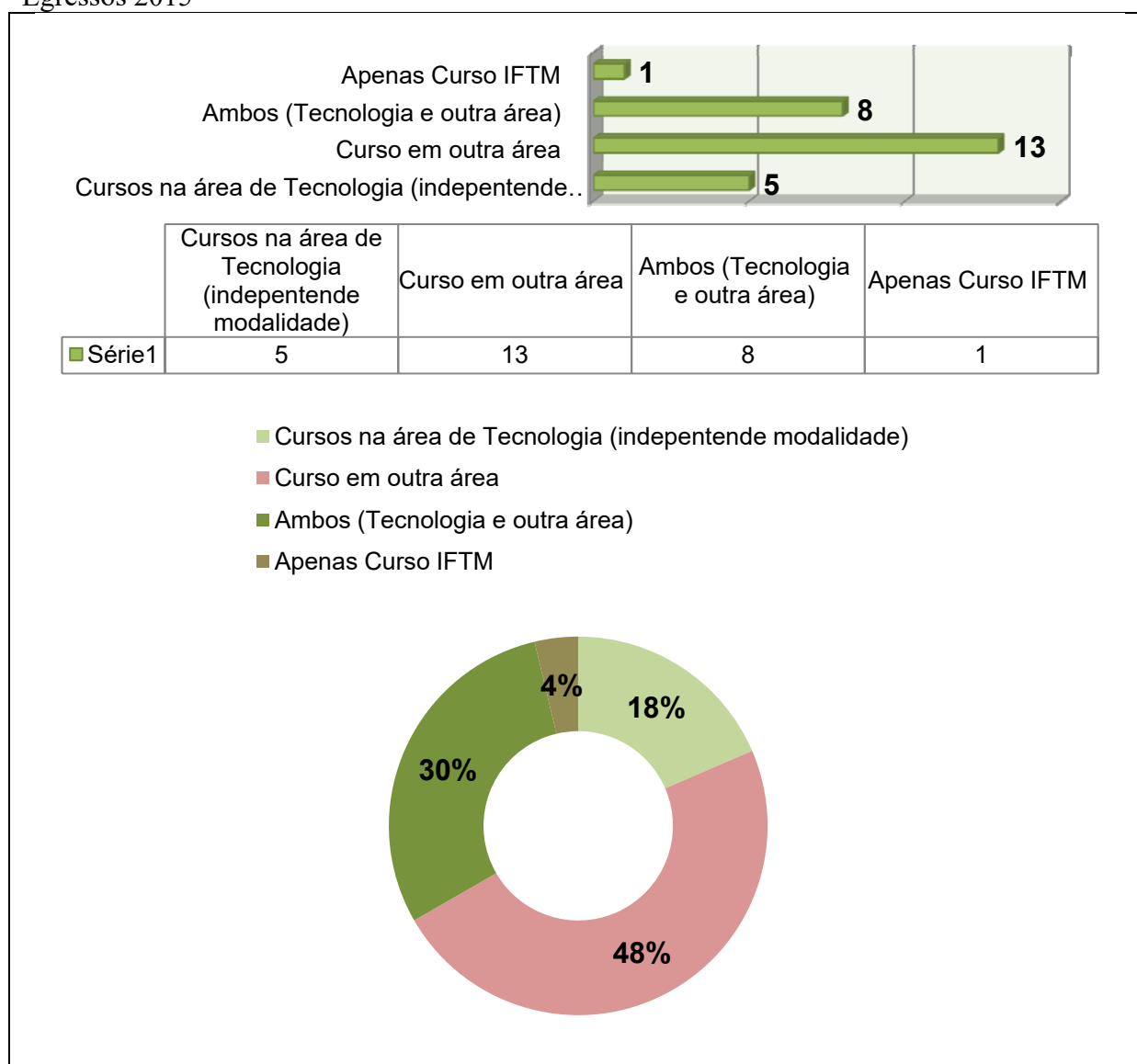
Gráfico 37 - Continuidade dos estudos – Comparação/Quantitativo de cursos - Dados e Percentual (%) – Egressos 2015



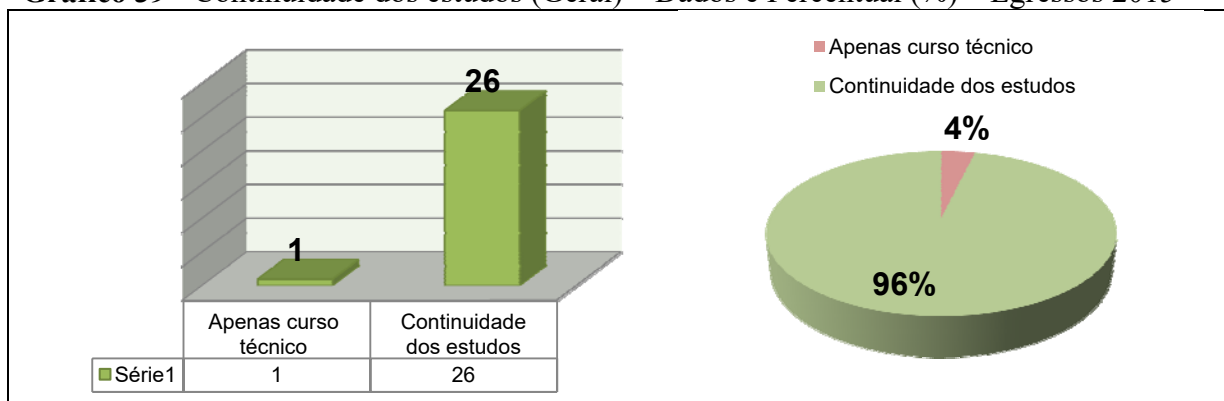
Fonte: Elaboração Própria.

Ainda analisando em profundidade os dados apresentados pelas respostas dos egressos a esta seção. Ao analisar caso a caso podemos destacar informações sobre a continuidade dos estudos dos egressos (Gráfico 38). Dos entrevistados, 13, o que representa um percentual de 48%, optaram por seguir os estudos em cursos em outra área não relacionada ao curso no IFTM, 8, o equivalente a 30%, equilibraram cursos em tecnologia e em outra área, ou seja, optaram por continuar os estudos investindo em mais de um curso. O restante dos entrevistados, (18%) optaram por cursos apenas na área de tecnologia e (4%) concluíram apenas o curso no IFTM. Ainda analisando estes dados (Gráfico 39) podemos destacar que 96% dos egressos de 2015 optaram pela continuidade dos estudos independente da modalidade de ensino, enquanto isso 4% fizeram apenas o Ensino Médio no instituto.

Gráfico 38 - Continuidade dos estudos – Comparação por área - Dados e Percentual (%) – Egressos 2015

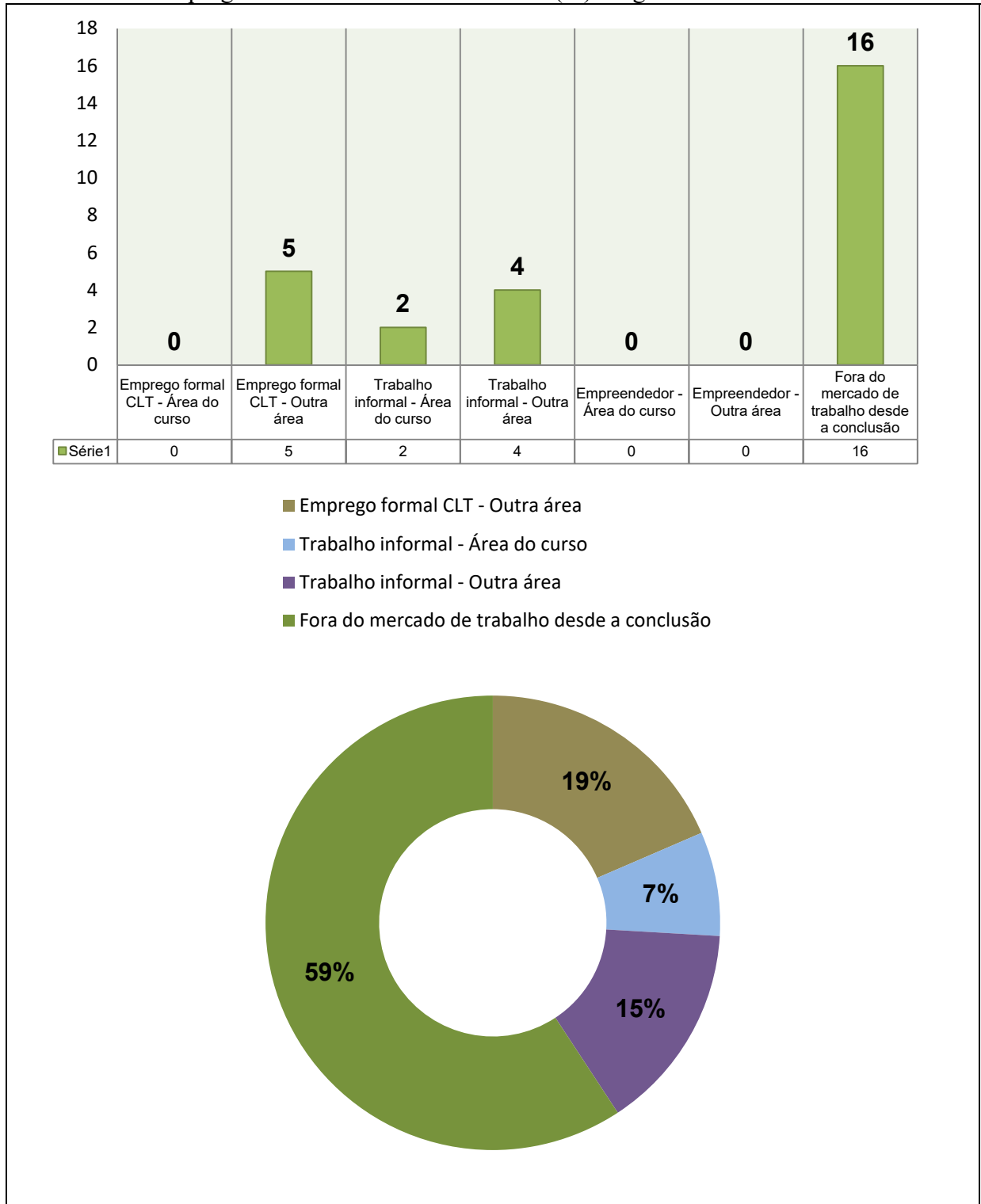


Fonte: Elaboração Própria.

Gráfico 39 - Continuidade dos estudos (Geral) – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015

Fonte: Elaboração própria.

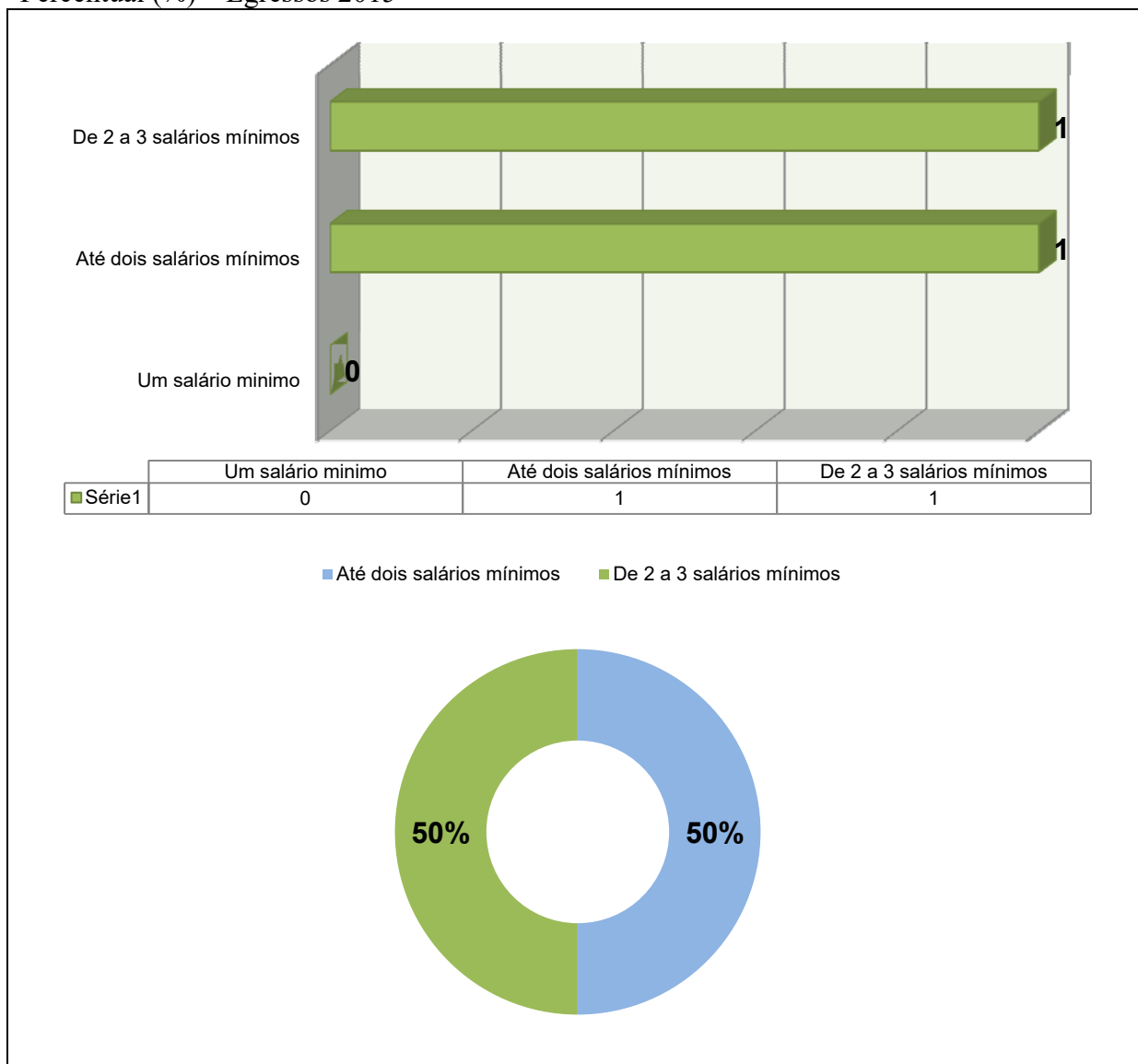
Na segunda seção do questionário em relação à empregabilidade (Gráfico 40), detectamos que 16 dos 27 entrevistados permaneceram fora do mercado de trabalho, um percentual de 59%. O restante do grupo foi distribuído da seguinte forma de acordo com os dados: 19% emprego formal em outra área, 15% trabalho informal em outra área, 7% trabalho formal na área do curso. Dois indivíduos foram trabalhar na mesma área de formação do curso, ambos na informalidade.

Gráfico 40 - Empregabilidade – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015

Fonte: Elaboração própria.

Explorando em profundidade os dados sobre rendimentos da terceira seção (Gráfico 41), detectamos que entre os egressos que foram trabalhar em áreas relacionadas ao curso, o rendimento do grupo ficou dividido, percentual de 50% concentrava-se em até dois salários mínimos e os outros 50% ganhos de 2 a 3 salários mínimos (Quadro 9).

Gráfico 41 - Rendimentos entre os empregados na área de formação do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015



Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 9 - Comparação rendimentos – Egressos 2015

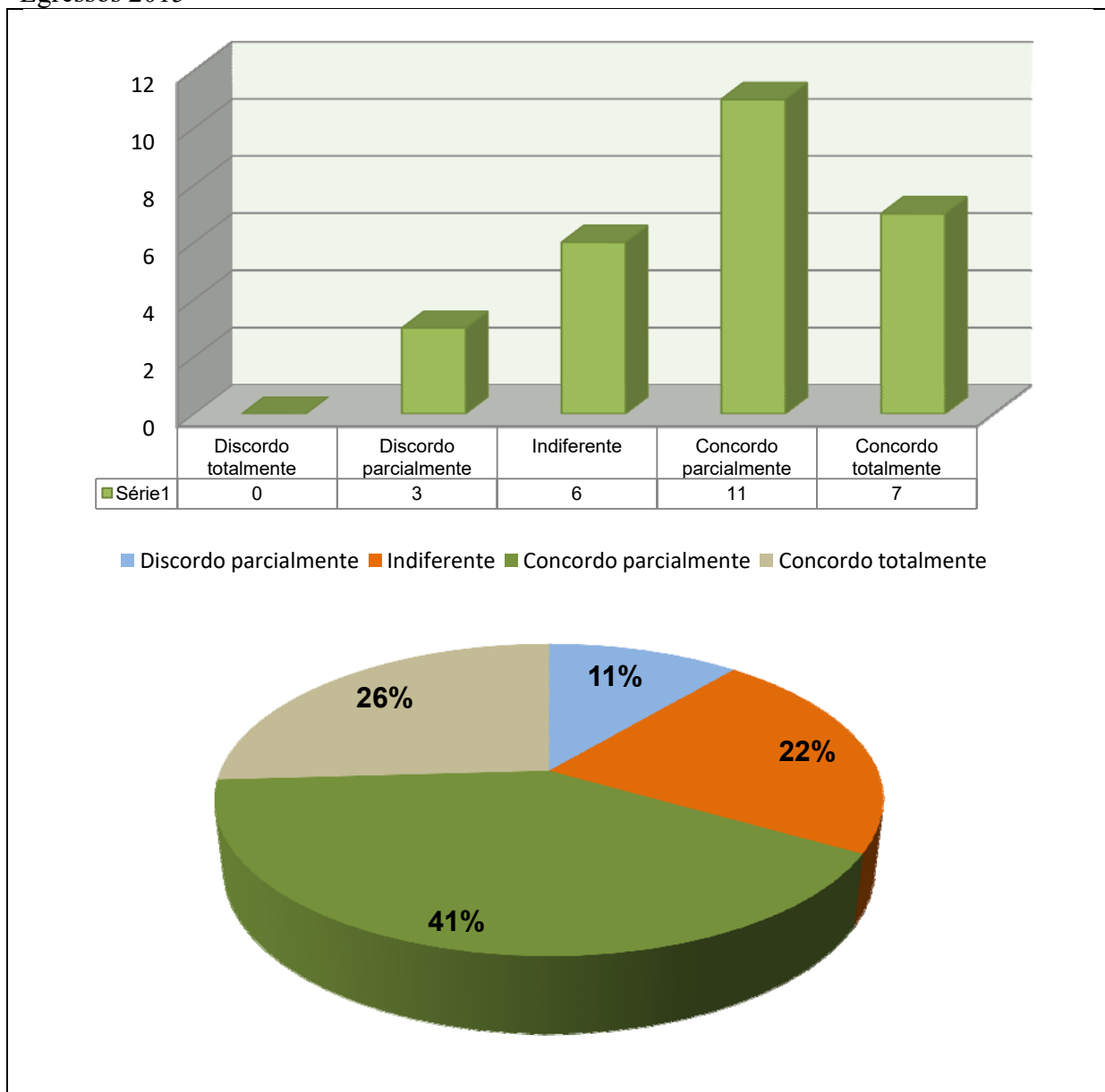
MERCADO DE TRABALHO – RENDA SALARIAL	
Trabalho informal - Área do curso	Até dois salários mínimos
Trabalho informal - Área do curso	De 2 a 3 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a quarta seção, na parte destinada a verificar a opinião dos egressos sobre a proposta formativa do curso (carga horária das disciplinas teóricas e práticas) (Gráfico 42), os dados apresentados pela escala de *Likert* demonstram que a maioria dos egressos aprova a

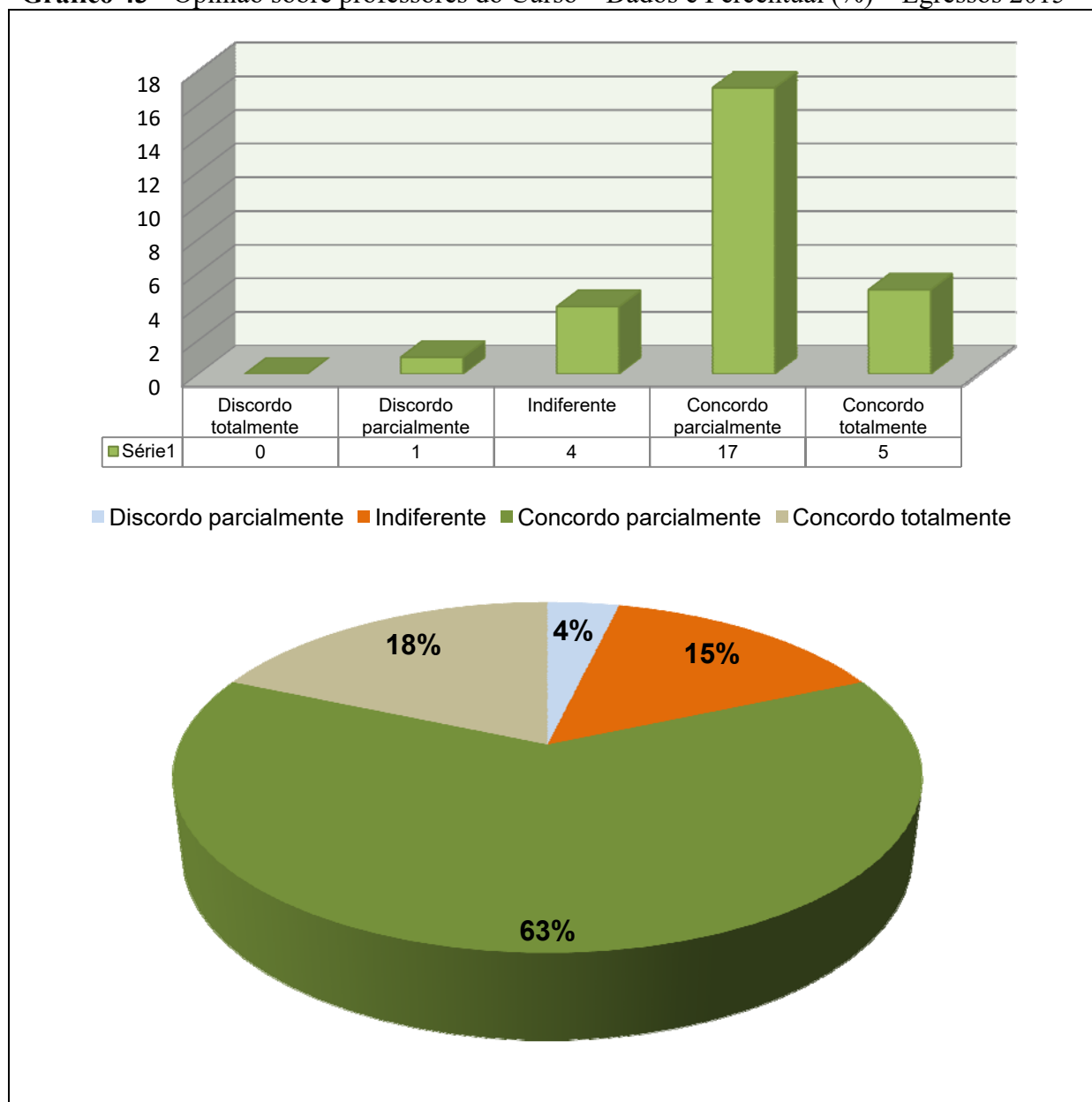
proposta formativa do curso, 41% concordam parcialmente e 26% totalmente. Apenas 22% são indiferentes e 11% discordam parcialmente.

Gráfico 42 - Opinião sobre a proposta formativa do curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015



Fonte: Elaboração Própria.

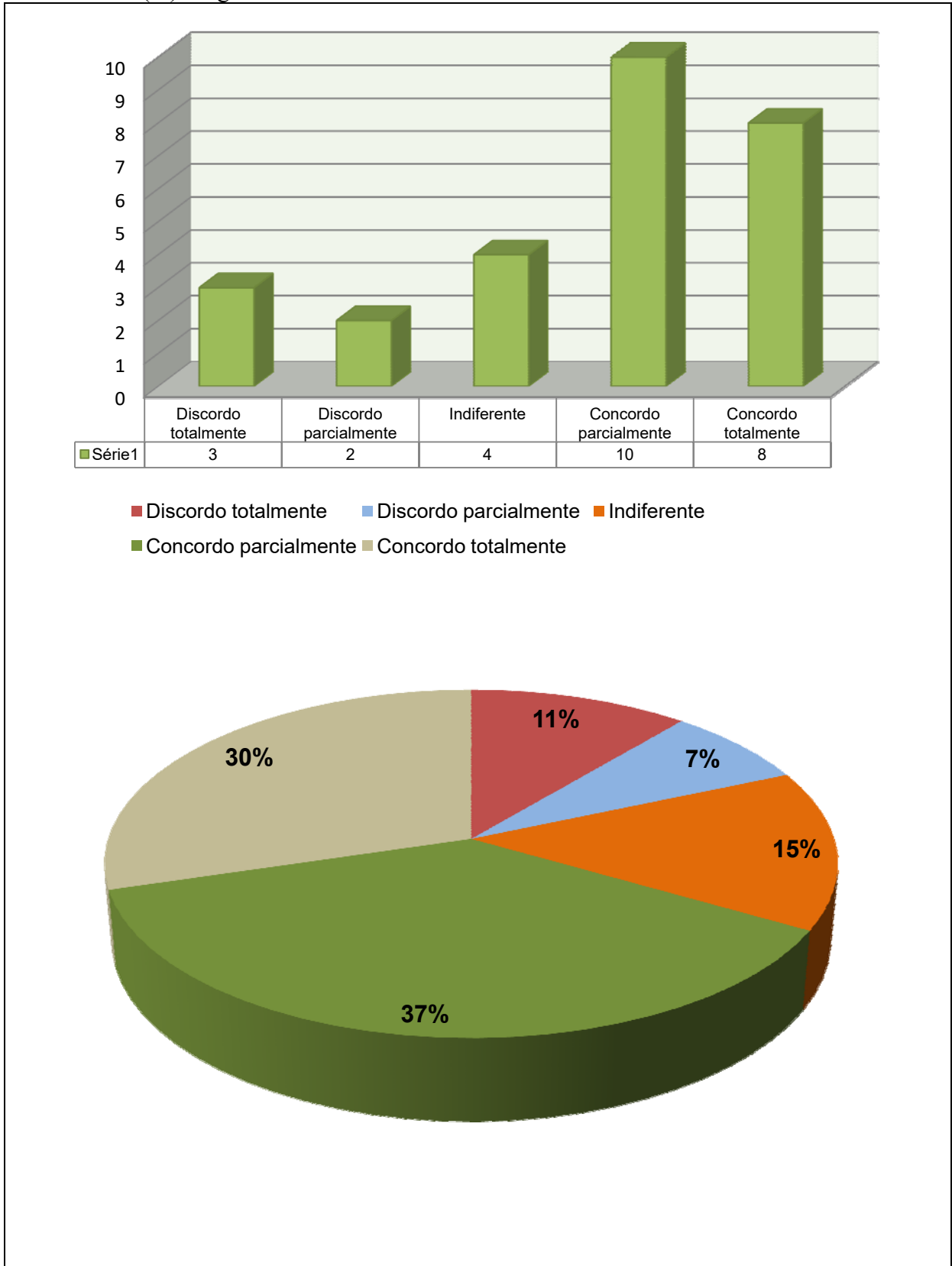
No que diz respeito à opinião sobre os professores do curso a aprovação dos egressos permanece (Gráfico 43). Os dados apresentados pela escala de Likert demonstram 63% concordam parcialmente, 18% totalmente, 15% indiferente e 4% discordam parcialmente.

Gráfico 43 - Opinião sobre professores do Curso – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015

Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito à influência do estágio na inserção no mercado de trabalho (Gráfico 44) os dados foram positivos. Apesar da maioria dos egressos que ingressou no mercado de trabalho ter conquistado uma vaga em área não relacionada com o curso, os egressos consideram a experiência do estágio como positiva para a inserção no mercado de trabalho. De acordo com a escala, 37% acreditam que o estágio influenciou parcialmente, 30% que houve grande influência, 15% acredita que a influência foi indiferente, 11% discordam totalmente e 7% parcialmente.

Gráfico 44 - Opinião sobre influência do estágio na inserção no mercado de trabalho – Dados e Percentual (%) – Egressos 2015



Fonte: Elaboração Própria.

3.7 - Considerações sobre os dados coletados

Ao finalizar a coleta de dados identificamos que alguns dos apontamentos de diversos autores pesquisados para esta dissertação complementavam os resultados apresentados. Brandão (2008) destaca duas das finalidades do Ensino Médio: preparação para a possibilidade de continuação dos estudos e para o trabalho.

Analisando as finalidades do Ensino Médio, notamos que as mesmas indicam três ideias básicas: formação do cidadão, preparação para o trabalho e preparação para a continuação dos estudos. As primeiras duas ideias reforçam nossa afirmativa de que as mesmas se constituem nas ideias basilares da concepção de Educação presente na atual organização do ensino brasileiro, quer seja, o binômio exercício da cidadania/preparação para o trabalho. A terceira ideia (preparação para a possibilidade de continuação dos estudos) se constitui em uma finalidade específica desse nível de ensino, o Ensino Médio. (BRANDÃO, 2008, p.47-48)

Neste quesito o IFTM tem cumprido seu papel conforme destacado nos dados das turmas de 2013, 2014 e 2015. Mesmo que não seja detectado em 100% de seu quadro de egressos o ingresso no mercado de trabalho após a conclusão do curso, é nítida a busca pela complementação da qualificação por meio da continuidade dos estudos. Neste ponto conforme mencionado anteriormente, os dados coletados mostram um resultado positivo, os egressos estão investindo em mais de um tipo de formação, o que segue as demandas do mercado conforme cita Delors et al. (2006):

A educação básica bem-sucedida suscita o desejo de continuar a aprender. Este desejo leva a continuar os estudos no seio do sistema formal de ensino, mas os que o desejarem devem, também, poder ir mais além. [...] Dá-se aqui, muito claramente, um fenômeno cumulativo: quanto mais formado se é, mais desejo se tem de formação, e esta tendência observa-se tanto em países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. (DELORS et al., 2006, p. 105)

O autor complementa suas observações ao analisar o Ensino Médio como “plataforma giratória” na vida de cada um, onde é possível realizar escolhas em funções de gostos e aptidões. Fazemos referência a esta observação, pois outro ponto importante destacado pelos dados apresentados diz respeito as escolhas dos estudantes após a conclusão do curso. Em todos os grupos de egressos é nítida a separação entre aqueles que persistem em uma mesma área de aprendizagem, e aqueles que buscam outros caminhos ao ingressar no ensino superior ou técnico. Neste quesito o autor faz um alerta em relação a estruturação do Ensino Médio: “Convém diversificar os percursos dos alunos, a fim de corresponder à diversidade dos talentos, de multiplicar as fases sucessivas de orientação com possibilidades de recuperação e reorientação” (DELORS et al., 2006, p. 122). Ainda referente as observações relacionadas a este autor e constatadas através dos dados, é importante destacar o estágio. A opinião dos

grupos sobre essa etapa da formação reflete o papel do estágio na formação e na inserção no mercado de trabalho.

O mundo do trabalho constitui, igualmente, um espaço privilegiado de educação. Trata-se, antes de mais nada, da aprendizagem de um conjunto de habilidades e, a este respeito, importa que seja mais reconhecido, na maior parte das sociedades, o valor formativo do trabalho, em particular quando inserido no sistema educativo. (DELORS et al., 2006, p. 113)

Encerrando nossas observações acrescentamos os apontamentos de Demo (1976). O autor destaca que aprender é necessário como insumo do aprender, e que a qualidade da formação é o fator mais eficaz da sociedade e da economia. Para ele a escola pública representa mecanismo estratégico em termos de oportunidade de desenvolvimento, desempenhando importante papel na organização de uma sociedade participativa e produtiva. Portanto destacamos aqui os dados relativos a origem e trajetória acadêmica dos egressos. Não podemos esquecer que a escola pública proporcionou para muitos a transformação de suas realidades e a continuidade dos estudos, algo que pode refletir positivamente no futuro e no desenvolvimento da ciência, tecnologia e também do país. A oferta de ensino público nas diversas etapas do ensino é um investimento a longo prazo e que proporciona igualdade de oportunidades.

CONCLUSÃO

Conforme descrito, esta dissertação buscou verificar a partir de pesquisa sobre a trajetória dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, a efetividade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos que a compõem como política pública de qualificação. Neste sentido, o objetivo principal de nossa pesquisa foi focado em verificar o impacto desta formação na empregabilidade dos egressos. No entanto, em nossos objetivos específicos não deixamos de lado a necessidade de uma observação mais ampla sobre o perfil escolar e acadêmico do público estudado, com a finalidade de demonstrar o papel destas instituições na vida de seus alunos.

Para encarar este desafio, nossa pesquisa buscou inicialmente traçar um panorama histórico sobre trabalho, economia e sociedade. Então partimos para uma análise mostrando o ponto de vista de diferentes autores sobre essa relação entre trabalho, qualificação profissional e escolaridade. Com base nas discussões, ampliamos a abordagem para a contextualização local do trabalho, abordamos uma trajetória da legislação educacional no Brasil e os efeitos das influências políticas no Ensino Médio Integrado e nas políticas públicas a ele relacionadas. Com isso, partimos então para uma apresentação e contextualização da Rede Federal e do Instituto pesquisado. Toda esta caminhada trouxe fundamentação para os dados extraídos dos questionários enviados aos egressos do curso pesquisado.

Deste modo, concluímos que os procedimentos metodológicos, apesar de amplos, possibilitaram um olhar sobre o IFTM e sobre questões particulares envolvendo a instituição, sua relação com a comunidade e a preparação para o mercado de trabalho. Neste sentido, reforço que os dados nos ofereceram a percepção de que o Instituto e o Ensino Médio Integrado têm alcançado relativo sucesso no enfrentamento da dualidade do ensino. A maior parte do público pesquisado teve o início de sua vida escolar na rede pública de ensino, e a possibilidade de um Ensino Profissional gratuito e de qualidade foram os principais atrativos para ingressar no IFTM. Grande parte dos egressos optou por continuar sua formação após o Ensino Médio, e a maior parte deles seguiu para a vida acadêmica. Com isso, é possível perceber que o preconceito sobre o ensino técnico ser voltado apenas para inserção no mercado de trabalho começa a ser vencido. Outro aspecto que pode ser destacado, apesar de também ser uma constatação subjetiva, é a escolha do Instituto por alunos oriundos da rede

privada, tal aspecto representa, no mínimo, o reconhecimento da qualidade da formação oferecida por esta instituição pública de ensino.

Considero que conseguimos alcançar em parte o nosso objetivo geral da pesquisa que era avaliar o impacto da formação profissional oferecida pela Rede Federal na trajetória profissional e acadêmica dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do IFTM – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. Com base nos dados coletados, constatamos que o grupo de egressos de 2013 tem uma boa taxa de empregabilidade, 35% dos entrevistados estavam direta ou indiretamente inseridos no mercado de trabalho, deste total, 30% trabalhavam na área de formação do curso. É certo que a taxa de egressos fora do mercado de trabalho, 65%, impressiona, no entanto, destacamos que tal questão pode ser justificada pelo dado apresentado que demonstra que 100% dos entrevistados deste grupo optaram por dar continuidade aos estudos. Em relação ao grupo de 2014, houve melhora na taxa de empregabilidade, 46%, no entanto, um percentual menor de egressos atuando na área de formação, 15%. A taxa de egressos fora do mercado de trabalho foi menor 54%, assim como a quantidade de alunos que se dedicaram à continuidade dos estudos, 91%. Destacamos que o perfil dos egressos se manteve semelhante ao grupo de 2013, no qual a maioria dos entrevistados optou pela continuidade dos estudos. Em relação ao grupo de 2015, o percentual de empregabilidade foi menor, 41%, apenas 7% atuando na área de formação. A taxa de egressos fora do mercado de trabalho foi de 59%, e 98% dos entrevistados disseram que deram continuidade aos estudos. Vale destacar que devido a ser o último grupo a ter se formado era prevista a possibilidade de um índice alto de indivíduos fora do mercado de trabalho. Em parte, esses resultados também podem ser justificados pela opção dos alunos de dar continuidade aos estudos e na impossibilidade de se conciliar trabalho e estudos. Apresentamos tais dados para demonstrar que a pesquisa possibilitou traçar a trajetória profissional e acadêmica dos egressos, no entanto, acreditamos que a pesquisa falhou em identificar causas e motivações que fizeram com que os ingressos estivessem fora do mercado de trabalho. Apesar dos dados demonstrarem que o grupo optou pela continuidade dos estudos, não há como evidenciar que essa seria a justificativa para o desemprego.

Em relação aos objetivos específicos, conforme mencionado anteriormente, os resultados foram promissores na identificação da trajetória profissional e acadêmica dos egressos. Em relação ao trabalho, foi evidenciado que a média salarial dos egressos inseridos no mercado de trabalho raramente ultrapassava dois salários mínimos e que a maioria das oportunidades encontradas estava no mercado informal. Os dados sobre o perfil escolar e

acadêmico do grupo pesquisado demonstraram que a maioria dos egressos teve o início de sua vida escolar em algum tipo de instituição pública de ensino (municipal, estadual ou federal) e que quase a totalidade dos entrevistados optou por continuar os estudos após a conclusão do Ensino Médio. Por meio dos dados, foi possível constatar que a proposta de qualificação profissional com vistas à inserção no mercado de trabalho pela Lei 11.892/2008 se efetiva parcialmente.

Com base nos dados levantados durante a pesquisa, é possível constatar que o impacto da formação profissional oferecida pela Rede Federal na trajetória dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico foi positivo visto as altas taxas de empregabilidade e continuidade dos estudos entre os entrevistados. Em relação às questões secundárias da pesquisa, os resultados foram positivos ao demonstrarem os motivos que levaram os egressos à opção pelo Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do IFTM. A maioria dos entrevistados, 2013, 55%, 2014, 42%, e 2015, 41% alega ter feito a opção pelo fato do curso ser integrado e sem custos. Consideramos que as questões envolvendo a pesquisa foram respondidas, mas como em qualquer outra pesquisa elas também trouxeram novos questionamentos e, portanto, podem ser a base de novos estudos. Acreditamos também que os dados levantados podem ser utilizados pela gestão do instituto e por diversos setores da sociedade no planejamento de ações voltadas para a qualificação profissional e geração de empregos.

Parafraseando Delors et al. (2006) reforçamos que a formação profissional deve conciliar dois objetivos divergentes: preparação para empregos existentes e a promoção de uma capacidade de adaptação a empregos que ainda nem podemos imaginar. Neste quesito, a Rede Federal e o IFTM têm cumprido o seu papel como política pública ao oferecer a seus estudantes a possibilidade e qualificação para ingressar no mercado de trabalho, na vida acadêmica ou em ambos. É certo que avaliar políticas públicas é algo quase impossível e exige um acompanhamento mais constante e anos de dedicação. No entanto, essa pesquisa aponta que o investimento feito na formação dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico tem rendido bons frutos.

Destacamos aqui que, conforme observado no contexto histórico envolvendo inclusive investimentos e a legislação específica, fica evidente que o Ensino Médio Integrado e a Rede Federal passam por alterações conforme o posicionamento político do momento. Tais mudanças geram impactos e têm o poder de oportunizar a continuidade das ações

desenvolvidas ou frear o seu funcionamento antes que gerem resultados. Percebemos também que os interesses da economia também exercem forte papel na definição e aplicação de recursos nas políticas públicas de qualificação.

Outro aspecto importante observado é que a expansão da Rede Federal e dos Institutos como política pública de formação e inserção no mercado de trabalho depende de um alinhamento com políticas públicas de geração de emprego e da situação econômica e social do país. Conforme apresentado nos dados, há oferta de qualificação profissional, mas o mercado carece de políticas para fomentar a geração de emprego. Faltam políticas adequadas para inserir o profissional formado no mercado de trabalho. Neste ponto, podemos dizer que o Estado não falha em oferecer formação, mas sim em proporcionar oportunidades de trabalho por meio de uma economia equilibrada. Conforme observado, as oportunidades encontradas pelos jovens no mercado de trabalho, pelo menos no que foi constatado em relação aos egressos do curso estudado, não são atraentes para um futuro profissional. As ofertas, de modo geral, restringem-se a pouco mais de um salário mínimo, e muitas delas se enquadram no mercado informal que não proporciona segurança para o trabalhador.

A educação é um instrumento de ascensão social para todos que se esforçarem, no entanto, é preciso investir em educação sem desigualdades, sem a separação educacional entre ricos e pobres. A maneira de mudar a educação é transformá-la em um projeto de longo prazo sem a interferência de interesses políticos opostos.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Júlio . **Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas**. Revista Práxis, Rio de Janeiro, n. 6, p. 59-62, ago. 2011. Disponível em: <[117nuá://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/06/59.pdf](http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/06/59.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O Mundo do Trabalho em Mutação: Da pragmática especialização à pragmática liofilização flexibilizada**. In: SILVA, Maria Vieira ; CORBALÁN, Maria Alejandra (Org.). Dimensões Políticas da Educação Contemporânea. Campinas, SP: Alínea, 2009. Cap. Posfácio, p. 217-228.

AZEVEDO, Fernando de et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Editora Massangana, 2010.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Tradução de Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre : Artmed, 2008.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Política educacional e organização da educação brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, 2008. 211 p.

BRASIL. Constituição, 1824. **Constituição Política do Império do Brasil**: elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890**. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911**. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 16.782, de 13 de Janeiro de 1925**. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16782a.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 5.241, de 22 de Agosto de 1927.** Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Decreto nº 19.850, de 11 de Abril de 1931.** Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931.** Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é 118nuário118çõ no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 19.852, de 11 de Abril de 1931.** Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 20.158, de 30 de Junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Decreto nº 21.241, de 4 de Abril de 1932.** Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. Constituição, 1934. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil:** promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. Constituição, 1937. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil:** promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de Janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de Janeiro de 1942.** Fixa as bases de organização do ensino industrial em todo o país. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-133697-pe.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. Constituição, 1946. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil:** promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Lei nº 3.552, de 16 de Fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971.** Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Lei nº 6.151, de 4 de Dezembro de 1974.** Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Lei nº 6.545, de 30 de Junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em

Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. Câmara. **Projeto de Lei 1.603/1996.** Dispõe sobre a educação profissional, a organização da Rede Federal de Educação Profissional, e da outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=194093&ord=0&tp=reduzida>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Lei nº 2.208, de 17 de Abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 646, de 14 de Maio de 1997.** Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf>. Acesso em: 8 de set. 2015.

_____. **Lei nº 5.154, de 23 de Julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

_____. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 8 abril. 2015.

_____. INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (Org.). **Sinopses Estatísticas da Educação Básica. 2011.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 07 maio 2017.

_____. INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (Org.). **Sinopses Estatísticas da Educação Básica. 2012.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 07 maio 2017.

_____. INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (Org.). **Sinopses Estatísticas da Educação Básica. 2013.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 07 maio 2017.

_____. INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (Org.). **Sinopses Estatísticas da Educação Básica. 2014.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 07 maio 2017.

_____. INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (Org.). **Sinopses Estatísticas da Educação Básica. 2015.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 07 maio 2017.

_____. **Medida Provisória nº 746, de 22 de Setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

BURBULES, Nicholas Constantine; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação: Uma Introdução.** In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. *Globalização e Educação: Perspectivas críticas.* 2. 121ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004. Cap. 1, p. 11-26.

COUTINHO, Ednaldo Gonçalves. **Capitalismo tardio e educação profissional: as Escolas Agrotécnicas Federais mineiras de Barbacena, Rio Pomba e Uberlândia (1940-1970).** 2012. 377 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos – Ufscar, São Carlos, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** 10ª. 121ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

Expansão da Rede Federal. **Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/122nuário122ções/58-menu-principal/977-expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. 122ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Educação profissional e desenvolvimento**.

2009. Disponível em:

<http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392219264_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro) (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2009. Disponível em:

<<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª. 122ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 244 p. v. 48.

_____. **Cadernos do cárcere**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 244 p. v. 334.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2010/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>.
Acesso em: 8 mar. 2017.

IFTM. Boletim de Serviço nº 9, de Setembro de 2014. **Resolução “Ad Referendum” nº 58/2014, de 26 de Setembro de 2014**. Dispõe sobre a aprovação da criação do Campus Avançado Uberaba – Parque Tecnológico, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em:
<http://www.iftm.edu.br/visao/loader_boletins_servico_anexo.php?src=boletins_servico_09%20setembro%202014_647699.pdf>. Acesso em: 29 de fev. 2016.

IOSCHPE, Gustavo . **O que o Brasil quer ser quando crescer?: e outros textos sobre educação e desenvolvimento**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. 254 p.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

OCDE. **Education at Glance 2016**. OECD Publishing. 2016. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.187/eag-2016-en>>. Acessado em: 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2012.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

_____. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012.

PNE – Plano Nacional de Educação. **Portal do Observatório do PNE (2014)**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado : Exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 205 p.

ROITMAN, Isaac; RAMOS, Mozart Neves. **A Urgência da Educação**. São Paulo: Moderna, 2011. 154 p.

ROMANELLI, Otaíza O. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROSSATO, Ermelio. As transformações no mundo do trabalho. **Revista Vidya**, Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (UNIFRA), n.º 36, jul. 2001. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2001/36/transformacoes.pdf>>. Acesso em: 3 abr.2015.

SAVIANI, Dermeval; et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. 124ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Trad. De P.S. Werneck. Ver. Técnica de C.A.Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **Investindo no povo. O segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1987.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. E II.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 16, p.20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 08 maio 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; EDITORA MODERNA. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1545/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2016/>>. Acesso em: 10 mar. 2017

VENTURI, Gustavo; TORINI, Danilo. **Transições da Escola para o mercado de Trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil**. Work4Youth. Genebra: OIT, 2014.

ANEXO A – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio – 2010 (Resumido)

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO		
Curso:	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio	
Titulação Conferida:	Ensino Médio de Nível Técnico	
Modalidade:	Regular Integrada	
Área do Conhecimento / Eixo Tecnológico:	Informática / Informação e Comunicação	
Turno de funcionamento:	Diurno	
Integralização	Mínima: 3 anos	Máxima: 6 anos
Nº de vagas ofertadas:	60	
Ano da 1ª Oferta:	2011	

BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O IFTM está vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Fundado em 1953, começou a funcionar como Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural, com autorização da então Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV-MA). Em 1954, esse curso passou a denominar-se Curso de Extensão em Economia Doméstica Rural. Nesse ano, por meio da Exposição de Motivos n. 93, de 02 de fevereiro de 1954, com base na Lei Orgânica do Ensino Agrícola foi criado o curso de Magistério de Economia

Doméstica. Posteriormente, com o Decreto n. 52.666, de 10/10/63, a Escola passou a oferecer o curso ginasial agrícola e o curso de Magistério foi transformado em curso colegial de Economia Doméstica de conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 20/12/1961.

Com o Decreto n. 83.935, de 04 de setembro de 1979, a Instituição deixou de ser Colégio de Economia Doméstica “Dr. Licurgo Leite”, passando à Escola Agrotécnica Federal de Uberaba – MG, com habilitação em Economia Doméstica. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e de 2º Grau n. 5.692, de 11/08/1971, novas mudanças ocorreram e o curso colegial de Economia Doméstica foi transformado em curso técnico, a partir de 1982. Nesse ano, ocorreu também a implantação do curso técnico em Agropecuária, viabilizada por meio da doação, pelo Município de Uberaba, de uma área de 472 ha, destinada à instalação e funcionamento da escola-fazenda.

Pela Lei n. 8.731, de 16/11/1993, foi transformada em Autarquia Federal, e em 1994, a Escola criou o seu primeiro curso pós-médio, o de Técnico em Nutrição e Dietética, destinado a estudantes que concluíram o ensino médio, pela Portaria n. 766, de 13 de outubro de 1993.

Em 1997, após a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) implantou-se o Curso Técnico Especial em Processamento de Dados. O curso foi autorizado pela Portaria SETEC/MEC n. 139, de 07 de novembro de 1997, na modalidade pós-médio. Posteriormente, passou a denominar-se Técnico em Informática.

Em 1998 foi criado e implantado o Curso Técnico em Desenvolvimento de Comunidades, de nível médio, aprovado nos termos do art. 2º da Lei n. 9.131 de 24 de novembro de 1.995, pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto

que homologa o Parecer n. 05/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, publicado no DOU de 09 de abril de 1998. Nesse mesmo ano foram criadas as habilitações de Agroindústria, Agricultura e Zootecnia, na área de agropecuária. Em 2005 esses cursos, que até então eram oferecidos de forma integrada - ensino médio profissionalizante - seguindo a legislação vigente, passaram a ser oferecidos em concomitância com o ensino médio.

A partir de 2002, com a transformação da Instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica, pelo Decreto Presidencial s/n, de 16/08/2002, ocorreu a implantação dos primeiros cursos superiores na modalidade de tecnologia: Curso de Tecnologia em Desenvolvimento Social, em Irrigação e Drenagem e em Meio Ambiente. Em 2004, foi criada sua primeira extensão na cidade de Sacramento – MG oferecendo em parceria com aquela prefeitura, o Curso Técnico em Informática. Em 2006, os três cursos de Tecnologia foram reconhecidos pelo Ministério da Educação, ocasião em que o curso de Meio Ambiente, após proposta elaborada e sugerida pela equipe de docentes da Instituição e aprovada pelo MEC, passou a ter a denominação de Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental. Nesse mesmo ano, atento às exigências do mercado de trabalho e às novas tecnologias, o CEFET Uberaba passou a oferecer o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o curso Técnico de nível médio em Análise e Produção de Açúcar e Álcool, destinado a trabalhadores de usinas sucro-alcooleiras da região. Em fevereiro de 2007 passaram a ser oferecidos os Cursos de Tecnologia em Alimentos, o Curso Técnico em Açúcar e Álcool na modalidade subsequente, aberto à sociedade, e o Curso Técnico em Agroindústria na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, dentro do PROEJA. No segundo semestre de 2007, iniciou-se o primeiro curso de

Bacharelado da Instituição, o de Zootecnia.

A partir do segundo semestre de 2008 tornou realidade a implantação do seu primeiro curso de pós-graduação em Programas e Projetos Sociais, além de passar a oferecer os cursos de Licenciatura em Química e o de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais e o de Engenharia Agrônômica. Em 2009, teve início o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e mais um curso de pós-graduação: em Gestão Ambiental.

Destaca-se que a Instituição, hoje Campus Uberaba do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, desde a sua fundação, manteve-se sempre atenta e comprometida com seu papel social, com as causas sociais, com a inclusão e com a demanda e exigência de mercado regional, proporcionando à comunidade a possibilidade de cursar um ensino público, gratuito e de qualidade, na rede federal de educação profissional e tecnológica.

JUSTIFICATIVA (social e institucional)

- Razões que deram origem à criação do curso: carências a serem supridas na área ou formação profissional de acordo com as reais condições e demandas da sociedade e sua contribuição para o desenvolvimento regional sob o ponto de vista econômico e social.
- A justificativa deve conter a relevância da criação do curso – aspectos sociais, econômicos e culturais, dando a conhecer para a comunidade a sua importância. Identificar a partir de pesquisas as demandas e necessidades do mundo do trabalho, bem como a conciliação dessas demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional.

Considerando-se que a área de Informática constitui campo de avanço tecnológico com inúmeras alternativas de novos aplicativos, linguagens e tecnologias necessárias às mais diversas atividades profissionais e, visualizando ainda, que a *Internet* abre um leque de especialidades, de *webmasters* a especialistas em segurança, o **Curso Técnico de Nível Médio em Suporte e Manutenção em Informática**, na forma integrada e modalidade regular, está fundamentado nas bases legais e nos princípios

norteadores explicitados na LDBEN nº. 9.394/96 e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referências curriculares que normalizam a Educação Profissional e o Ensino Médio no sistema educacional brasileiro, bem como nos documentos que versam sobre a integralização desses dois níveis que têm como pressupostos a formação integral do profissional-cidadão.

Estabelecem-se como marco orientador desta proposta, as decisões institucionais traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social, o qual se materializa na função social de promover a construção, divulgação e aplicação de conhecimentos científicos, artísticos, culturais e tecnológicos alicerçados em valores éticos e comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

O IFTM - Campus Uberaba/MG, visando à formação integral do profissional cidadão crítico e reflexivo, capaz de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, em constante transformação, elabora este plano, com o intuito de formar profissionais capazes de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos, tecnológicos e de sua transferência e aplicação na sociedade em geral e no mundo do trabalho, em particular, de forma proativa atendendo a três premissas básicas: formação científico–tecnológico–humanística sólida, flexibilidade para as mudanças e educação continuada.

Em Minas Gerais, particularmente em Uberaba e na região denominada Triângulo Mineiro, nota-se um crescimento em todos os setores da economia. Dessa forma, o IFTM - Campus Uberaba consciente da necessidade de uma ação efetiva que permita o desenvolvimento de um processo de inserção do homem na sociedade, de forma participativa, ética e crítica e, respondendo às demandas emergentes no Estado, além de contribuir substancialmente para a qualidade dos serviços oferecidos nesta área em nossa região, o IFTM - Campus Uberaba propõe-se a oferecer o **Curso Técnico de Nível Médio em Suporte e Manutenção em Informática**, na modalidade regular e integrada.

De acordo com os dados do IBGE, Uberaba é uma cidade-pólo de uma micro-região composta por aproximadamente 32 Municípios, atuando no setor de produção, manufatura, comércio e serviços. Consequentemente, esta proposta encontra-se validada e justificada, tendo em vista esta realidade sócio-econômica-cultural existente em nossa região. É uma realidade rica em setores produtivos, cuja diversidade carece e oportuniza

a absorção do profissional *Técnico Suporte e Manutenção em Informática*, cujos aspectos evidenciam, no mundo atual, a urgência e a importância de cada cidadão adequar-se às mudanças tecnológicas do terceiro milênio. Mudanças que, quando não acompanhadas, podem promover uma exclusão social mais grave do que as já existentes, em um mundo marcado pela competição.

Assim, o IFTM - Campus Uberaba/MG busca cumprir sua missão ao oportunizar, de forma flexível e participativa, o processo de construção e aplicação de conhecimentos, sustentados em valores éticos e morais, capazes de possibilitar ao educando uma formação profissional e humana, compatível com as necessidades emergentes da comunidade. Uma formação que busque a coerência com a visão de futuro de um mundo em transformações ininterruptas, alicerçando-se sempre nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Nesse contexto, esta Instituição tem como meta oportunizar ao aluno um curso capaz de proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades específicas que o tornem apto a enfrentar os desafios e complexidades deste novo universo de conhecimentos e o leve a tornar-se um cidadão e um profissional apto a ingressar no mundo do trabalho com uma visão empreendedora e humana para participar efetivamente, cuja integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura.

Objetivo Geral

O curso Técnico de Nível Médio Integrado em Suporte e Manutenção em Informática Regular tem como objetivo capacitar profissionais aptos à realização de projetos e atividades de especificação, administração, suporte em sistemas de informática, incluindo *hardware*, *software*, e os aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicação desses conhecimentos na produção de bens e serviços, próprios da computação, requisitados pelo mundo do trabalho, oferecendo recursos para que os educandos possam construir competências gerais voltadas à aplicação na área de

computação, de modo a desenvolver competências e habilidades específicas às atividades profissionais na área de informática no nível técnico e aptos a prosseguirem seus estudos em nível superior.

Objetivos Específicos

- Construir uma sólida base de conhecimentos que permitam ao aprendiz não só ter um bom desempenho acadêmico nos Exames Nacionais de Avaliação da Educação Básica (ENEM e outros), e nos concursos vestibulares, com também um bom aproveitamento dos estudos em nível superior;
- Auxiliar o educando a desenvolver competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos;
- Favorecer o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Garantir a formação do educando de maneira que ele construa valores e competências necessários à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;
- Promover e ajudar o educando a ter uma consciência mais plena de suas responsabilidades e direitos;
- Preparar e orientar o aluno para integrar-se ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- Gerar o desenvolvimento de práticas contextualizadas, que respondam às necessidades da vida contemporânea, e ao desenvolvimento de conhecimentos mais amplos e abstratos, que correspondam a uma cultura geral e a uma visão de mundo mais abrangente;
- Auxiliar o aluno a compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, de forma que ele possa adotar, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitar o outro e exigir para si o mesmo respeito;
- Propiciar a construção de compreensão dinâmica da nossa vivência material, de convívio harmônico com o mundo da informação, de entendimento histórico da

vida social e produção, de percepção evolutiva da vida, do planeta e do cosmos;

- Incentivar o aprendiz a utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Ensinar o educando a utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimento.
- Instruir o aluno a especificar, montar, instalar e utilizar computadores;
- Instruir o aluno a instalar e utilizar *software*;
- Instruir o aluno a interligar sistemas de computadores;
- Instruir o aluno a diagnosticar e corrigir falhas no funcionamento de computadores;
- Instruir o aluno a realizar manutenção básica em sistemas de informática.

APÊNDICE A – Questionário

Questionário – Reprodução

PESQUISA - Trajetória Profissional e Acadêmica dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática integrado ao ensino médio do IFTM / Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Pesquisadores:

Ednaldo Gonçalves Coutinho – Docente IFTM/pesquisador responsável

Contatos: ednaldo@iftm.edu.br

Luiz Carlos Vieira de Sousa Júnior – Mestrando IFTM

Contatos: lc.jornal@gmail.com

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado (a) a participar do estudo Trajetória Profissional e Acadêmica dos egressos do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática integrado ao ensino médio do IFTM / Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, por ser egresso do curso mencionado no período de 2013 até 2015. Os avanços na área da educação ocorrem através de estudos como este, por isso a sua participação é importante. O objetivo deste estudo é verificar a trajetória profissional e acadêmica dos alunos egresso do ensino médio integrado na rede federal do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, no período de 2013 a 2015. O único risco do estudo é a perda de confidencialidade, contudo durante o estudo serão feitos procedimentos de codificação alfanumérico para que os dados coletados junto ao questionário não sejam comprometidos, evitando a exposição da sua identidade. Espera-se que os benefícios decorrentes da sua participação nesta pesquisa sejam fomentar a sua reflexão a respeito de sua formação no curso de Manutenção e Suporte em Informática, assim como estimular seu entendimento a respeito do cenário acadêmico e profissional da respectiva área do curso. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que nenhuma despesa necessária para a realização da pesquisa será de sua responsabilidade. Caso concorde em participar da pesquisa, será necessário responder um questionário de um total 17 perguntas. O tempo estimado para responder as questões é de cerca de 20 minutos. O material coletado será transcrito em um relatório final e arquivados por um prazo de dois anos em servidor online e posteriormente destruído.

Termo de aceitação em participar

Concordo

Não Concordo

SEÇÃO 1 - Dados pessoais

Nome:

CPF:

RG:

E-mail:

Telefone:

Sexo: Masculino Feminino

Ano de Conclusão do Curso:

- () 2013
 () 2014
 () 2015

SEÇÃO 2- Ensino Básico e Ingresso no IFTM

Antes de ingressar no IFTM em qual rede de ensino cursou o ensino básico?

Pode ser selecionada mais de uma opção.

- Rede Municipal
- Rede Estadual
- Rede Particular
- Rede Federal

Indique qual fator levou a opção pelo Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática integrado ao Ensino Médio.

- Interesse pela área
- Sugestão ou indicação de amigos ou família
- Escolha de forma aleatória (casual, sem motivo específico)
- Conhecer a estrutura do IFTM
- Por ser um curso integrado ao ensino médio e sem custos
- Outro...

SEÇÃO 3 - Escolaridade

Escolaridade - Após concluir o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM (Uberaba) quais foram suas opções de formação acadêmica?

Aponte uma resposta para cada opção.	Sim	Não
Outro Curso Técnico na área de Tecnologia		
Outro Curso Técnico em outra área do ensino		
Curso Tecnológico na área de tecnologia		
Curso Tecnológico em outra área de ensino		
Curso de Graduação na área de Tecnologia		
Curso de Graduação em outra área de ensino		
Conclusão apenas do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio		

SEÇÃO 4 - EMPREGABILIDADE

Empregabilidade - Após concluir o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFTM (Uberaba) qual foi o seu destino no mercado de trabalho?

- Emprego formal (registrado na Carteira de Trabalho) na mesma área de formação do curso
- Emprego formal (registrado na Carteira de Trabalho) em outra área não relacionada ao curso

- Trabalho informal na área do curso
- Trabalho informal em outra área não relacionada ao curso
- Empreendedor (abriu empresa formal na área do curso)
- Empreendedor (abriu empresa formal em área não relacionada com o curso)
- Desempregado desde a conclusão do curso

SEÇÃO 5 - Rendimentos

Após concluir o curso e encontrar oportunidade no mercado de trabalho na mesma área de formação qual era sua média salarial?

- Um salário mínimo.
- Até dois salários mínimos.
- De 2 a 3 salários mínimos.
- Acima de 3 salários mínimos.

SEÇÃO 6 – AVALIAÇÃO DO CURSO

Opinião sobre proposta formativa do curso

Considera a proposta formativa do curso (carga horária das disciplinas teóricas e práticas) adequada?

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo parcialmente 3 - Indiferente
4 – Concordo Parcialmente 5 – Concordo totalmente

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---------------------

Considera os professores do curso preparados para atender às necessidades de formação que o mercado de trabalho exige?

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo parcialmente 3 - Indiferente
4 – Concordo Parcialmente 5 – Concordo totalmente

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---------------------

SEÇÃO 7 - Estágio

Opinião sobre o estágio

Considera que o estágio influenciou em sua colocação no mercado de trabalho?

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo parcialmente 3 - Indiferente
4 - Concordo Parcialmente 5 - Concordo totalmente

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---------------------